

Joselina da Silva
Amauri Mendes Pereira

OLHARES

sobre a mobilização brasileira para
a III Conferência Mundial Contra o Racismo,
a Discriminação Racial, a Xenofobia
e Intolerâncias Correlatas



OLHARES

sobre a mobilização brasileira para
a **III Conferência Mundial Contra o Racismo,
a Discriminação Racial, a Xenofobia
e Intolerâncias Correlatas**

Joselina da Silva
Amauri Mendes Pereira

OLHARES

sobre a mobilização brasileira para
a III Conferência Mundial Contra o Racismo,
a Discriminação Racial, a Xenofobia
e Intolerâncias Correlatas

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES/CNIRC – MINC

Nandyala

Copyright ©2012 by Joselina da Silva e Amauri Mendes Pereira
Todos os direitos reservados.

Coordenação Editorial

Iris Amâncio

Imagens da Capa

Peça artesanal da África do Sul - Acervo Nandyala Editora

Fotografia - peça artesanal

Iza Campos

Projeto Gráfico e Editoração

Iris Amâncio, Dorys Marinho e Luan Gomide

Revisão

Iris Amâncio e Júnia Costa

Estagiária de Pesquisa

Aline Valentim

-
- M821r Silva, Joselina da; Pereira, Amauri Mendes.
Olhares sobre a mobilização brasileira para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas/Joselina da Silva e Amauri Mendes Pereira. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares-MinC; Belo Horizonte: Nandyala, 2013.
208 p.; 15 x 22 cm.
ISBN 978-85-61191-86-3
1. Racismo. 2. Relações raciais 3. Ciências Sociais I. Título

CDU 323.12

CDD 320.56

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a expressa autorização da Nandyala Editora.

NANDYALA Livros e Serviços Ltda.

Av. do Contorno, 6.000 – Loja 01 – Savassi

30110-060 - Belo Horizonte - MG

Telefax: 0055 (31) 3281-5894

nandyala@nandyalalivros.com.br / www.nandyalalivros.com.br

Palavras iniciais



Dez anos! Este é o tempo entre a redação final do relatório da pesquisa sobre a preparação brasileira para a III Conferência Mundial Contra o Racismo e a publicação do livro. A vantagem é que serve como celebração – se confirmaram as vozes de militantes, estudiosos, autoridades e membros da delegação oficial: cresceram a sensibilidade e o nível de consciência social sobre o racismo! São significativos os avanços em políticas públicas e outras em todo o espectro da sociedade a partir do pós-Durban.

Como parte de sua missão, cabe à Fundação Cultural Palmares propiciar o acesso e leitura desse trabalho de máxima importância ao público interessado na superação do preconceito, da discriminação e das desigualdades raciais no Brasil. Assim como a Palmares como instituição, os autores, seu engajamento e interrogações, seus caminhos de pesquisa e análises foram forjados em embates antirracistas cotidianos, protagonizados pelo Movimento Negro Brasileiro junto a cada vez mais amplos setores da sociedade e do Estado nacional.

Esse livro faz parte da série de realizações que o Governo brasileiro tem implementado nessa direção. O Brasil enviou a Durban uma grande delegação, que contou com esforços da Deputada Benedita da Silva, juntamente com a Fundação Cultural Palmares – à época, por mim presidida –, no intuito de agregar a sociedade civil e militantes do Movimento Negro. Muito precisa ser feito para enfrentarmos, com eficácia, dilemas e desafios históricos, para que a sociedade brasileira seja capaz de construir novos sentidos de cidadania, de democracia e de justiça social em nosso País.

Carlos Moura

Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra – CNIRC
Fundação Cultural Palmares – MinC



*Aos nossos ancestrais, por nos darem vida, energia e fé,
necessárias para levar a cabo nosso ativismo negro,
bem como o projeto de pesquisa que resultou na elaboração desta obra.*



Agradecimentos

Esta publicação se concretiza com os incondicionais apoios da Fundação Cultural Palmares, por meio do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra – CNIRC, e da Nandyala Editora, aos quais agradecemos muito sinceramente. O projeto de pesquisa e seus resultados só se tornaram possíveis graças à colaboração de inúmeras pessoas e instituições. Queremos, então, agradecer:

- Ao Professor Lívio Sansone, Diretor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos à época e articulador do projeto junto à Fundação Ford.
- À Professora Rosana Heringer, que assumiu a direção do referido Centro, em meio ao desenvolvimento da pesquisa e, de imediato, aquiesceu ao projeto, tornando-se incentivadora e parceira.
- A todos(as) os(as) que nos concederam entrevistas, com um agradecimento especial aos membros da Aliança Afro-Latina e Caribenha.
- Ao Geledés, Instituto da Mulher Negra de São Paulo, e ao ENZP (Escritório Nacional Zumbi dos Palmares), que nos credenciaram para a PrepCon II em Genebra e para o Fórum de ONGs em Durban, sem o que não teríamos podido participar. Da mesma forma, estendemos nossos agradecimentos à Fundação Cultural Palmares, na pessoa do seu então presidente, Dr. Carlos Moura, que possibilitou nosso acesso à Conferência Oficial em Durban, África do Sul.
- Ao Sr. Ivair Augusto Alves dos Santos, Assessor Especial da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, que nos possibilitou a gravação de toda a Conferência Nacional e esteve sempre disponível às inúmeras consultas que lhe fizemos durante um ano e meio de pesquisa.
- Aos bibliotecários do Palais des Nations/ONU, em Genebra, que nos ajudaram a localizar, nos diversos arquivos, documentos vitais para o nosso trabalho, tendo, inclusive, permitido o uso de copiadoras da biblioteca, nas quais pudemos reproduzir partes dos imensos livros – ainda em forma manuscrita ou datilografada –, que acautelavam os documentos relativos às Conferências I e II.
- Ao Sr. Celso Amorim e esposa, pela recepção na Embaixada Brasileira junto às Nações Unidas, em Genebra, que nos permitiu entrevistar várias autoridades do Governo, entre elas o Embaixador Gilberto Sabóia.

- À Annick Thebia-Melsan, funcionária das Nações Unidas, que muito gentilmente nos convidou a um jantar em sua casa em Genebra, facilitando, assim, nossa aproximação com agentes importantes, que nos abriram vieses impensados à volta do processo de organização da Conferência. Entre eles, estavam Marcos Terena e Afonso Alen Rojo, assessor de Rigoberta Menchu, liderança indígena guatemalteca, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz. Estes nos trouxeram o olhar da causa indígena, tanto em nosso âmbito “familiar”, como das suas demandas e articulações internacionais.
- A Edna Roland, Sueli Carneiro, Henrique Cunha Jr. e Ivanir dos Santos, os primeiros a nos situarem no contexto da preparação. Sua visão panorâmica foi preciosa na oportunidade.
- Aos companheiros e companheiras do Movimento Social Negro e de Mulheres Negras, que compreenderam e se solidarizaram com nosso papel de pesquisadores. Buscamos uma pesquisa objetiva, mas sempre encontramos, também, canais por onde fluíam as vibrações pelos êxitos que se iam alcançando e pela vivência que se ia adquirindo.
- À equipe do Centro de Estudos Afro-Asiáticos – depois, Afro-Brasileiros – pela ambiência do espaço de trabalho e pela cooperação e contribuição inestimáveis. Ao Marcio André Santos, pela colaboração na organização final – chamamos de colagem – das transcrições de entrevistas.
- À equipe da Biblioteca do Centro de Estudos Afro-Asiáticos/Afro-Brasileiros, nas pessoas de seus titulares Prof^a Ana Senna e Prof. José Antônio, pela cumplicidade no trabalho e a excelência da qualidade técnica e metodológica.
- A Sra. Denise Dora, da Fundação Ford, em seu escritório no Rio de Janeiro, pelas muitas palavras de incentivo e pela confiança depositada em nosso trabalho.
- À Fundação Cultural Palmares, na pessoa de seu atual Presidente, Elói Ferreira da Silva, ex-Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, por tornar acessíveis, ao público maior, as análises e contribuições contidas nesta obra, que se encontrava em “compasso de espera”, desde o encerramento de atividades do AFRO-Centro de Estudos Afro-Brasileiros na UCAM.
- Ao Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra – CNIRC da Fundação Cultural Palmares, na pessoa do Dr. Carlos Moura, seu Coordenador.

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	11
INTRODUÇÃO	13

PARTE I – OLHARES

CAPÍTULO 1 – A PREPARAÇÃO E O PÓS-CONFERÊNCIA	21
O COMITÊ IMPULSOR	
A – A PRIMEIRA PLENÁRIA DO COMITÊ IMPULSOR (SÃO PAULO, JULHO DE 2000).....	27
B – A PRIMEIRA PREP CON (GENEVA, MAIO 2000).....	29
PROCESSO PREPARATÓRIO NACIONAL: ALGUNS MARCOS.....	33
SOBRE O COMITÊ NACIONAL.....	51
A CONFERÊNCIA REGIONAL DO CHILE.....	60
A REPRESENTAÇÃO INDÍGENA.....	67
SOBRE A CONFERÊNCIA NACIONAL	68
A CONFERÊNCIA MUNDIAL.....	79
ALIANZA ESTRATÉGICA AFRO-LATINA E CARIBENHA: PERFIL DE ALGUMAS ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS	92
ALIANZA ESTRATÉGICA AFRO-LATINA E CARIBENHA: O PROTAGONISMO AFRO-BRASILEIRO.....	96

PARTE II – ANÁLISES

CAPÍTULO 2 – UM COMETA: A CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO – NOTAS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE A CONJUNTURA DA LUTA CONTRA O RACISMO NO BRASIL.....	103
A PREPARAÇÃO: EXPECTATIVAS, MOBILIZAÇÕES, FRUSTRAÇÕES, ENERGIAS.....	104
A CONJUNTURA À VOLTA DA CONFERÊNCIA	118
MOVIMENTO NEGRO/DELEGAÇÃO OFICIAL: UMA ALIANÇA DE SUJEITOS	

HISTÓRICOS NA PREPARAÇÃO PARA A CONFERÊNCIA.....	130
A (VONTADE DA) DEMOCRACIA RACIAL.....	132
DE VONTADES E EXERCÍCIOS.....	137
SOBRE FALTA DE VONTADE E DE EXERCÍCIO.....	141
HEGEMONIA X CONTRA-HEGEMONIAA.....	145
OS SETORES DO MOVIMENTO NEGRO FORA DO CONTEXTO HEGEMÔNICO.....	157

CAPÍTULO 3 – NACIONALISMO E ANTIRRACISMO:

RIMA FÁCIL, PARCERIA DIFÍCIL.....	165
NAÇÃO E NACIONALISMO: AS ESCOLHAS NA CONSTRUÇÃO	166
A LUTA ANTIRRACISTA NO INTERIOR DA ONU	174
ALGUMAS CONCLUSÕES.....	180

PARTE III – VOZES

FLASHES COLHIDOS DURANTE A CONFERÊNCIA NACIONAL.....	185
--	-----



Apresentação

Este livro é o terceiro produto do projeto de pesquisa Documentação e análise da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas¹, iniciado em Abril de 2001, intitulado “Olhares sobre a mobilização brasileira para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância”. Baseados no Centro de Estudos Afro-Asiáticos, depois Afro-Brasileiros, da Universidade Candido Mendes – UCAM (RJ), e contando com o apoio da Fundação Ford, procuramos reunir documentos dos mais variados tipos, emitidos por órgãos governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, a respeito da Conferência. Com as informações obtidas, a) foi criado um banco de dados na biblioteca da referida universidade; e b) de 13 a 16 de Maio de 2002, realizamos o Simpósio “O Brasil no Ano Internacional de Mobilização contra o racismo” no Rio de Janeiro, para avaliação dos resultados da Conferência.

Foram reunidos cerca de cinco centenas de documentos e mais de quarenta entrevistas com ativistas do Movimento Negro, da comunidade judaica, do Movimento Indígena, além de acadêmicos, parlamentares, juristas e membros da delegação oficial do Governo Federal. Todos envolvidos na preparação da Conferência Mundial. Ainda, objetivando compor as análises da pesquisa, registramos as plenárias de organização do Movimento Negro, a Conferência Estadual do Rio de Janeiro e a Conferência Nacional Brasileira. Presenciamos a II PrePcon, em Genebra, onde tivemos oportunidade de pesquisar nos arquivos públicos da ONU, coletando importantes documentos referentes às Conferências I e II, realizadas naquela cidade em 1978 e 1983.

Em Durban, durante a III conferência, documentamos a participação da delegação brasileira e sua atuação nas diferentes frentes

¹ Realizada em Durban-África do Sul, de 31 de Agosto a 8 de Setembro de 2001, sob a direção geral do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas.

de trabalho, resultando, daí, um *slide show*, também disponível para consulta. Durante a Conferência, colhemos depoimentos de diferentes atores da sociedade civil com o intuito de fornecer outras visões da participação brasileira, tanto no âmbito oficial, como no Fórum de ONGs. Esta pesquisa é complementada, também, por noticiário de jornais brasileiros de diversas regiões, arquivados pelo projeto “Memória Negra” do AFRO – Centro de Estudos Afro-Brasileiros, que existiu entre 2003 e 2005 na Universidade Candido Mendes, no Rio de Janeiro.

O acervo constituído a partir deste projeto é uma fonte para pesquisadores das relações raciais, ativistas e para todos aqueles que se debruçam sobre a elaboração e implementação de políticas públicas, com a finalidade de eliminar as desigualdades sociais decorrentes do racismo. Dadas as dimensões continentais do Brasil e também pela multiplicidade de eventos que foram realizados em todas as regiões como preparação para a Conferência, com variadas características e articulando diferentes fóruns da sociedade brasileira, estamos cientes de que, certamente em diversos pontos do país, ainda repousam documentos que poderiam enriquecer ainda mais este acervo. Aproveitamos o ensejo para reiterar nossa solicitação a quem possua documentos (provisórios ou finais), fitas de áudio e vídeo, fotos, programas, registros de qualquer tipo, sobre aquela rica experiência, a entrarem em contato conosco através dos endereços na contra capa desta obra. O banco de dados está permanentemente aberto a doações².

A memória e as análises de um evento de tamanha convergência e significação devem transcender os regionalismos, os acontecimentos e mesmo as personalidades e expressões mais visíveis e prestigiadas pela mídia. Deve-se buscar ao máximo seu enriquecimento com as vozes e os jeitos do acontecer histórico que aquele momento representou e continua representando para a luta antirracista no Brasil. Por aí, por essas concepções, passaram os objetivos, a metodologia e o compromisso que nortearam esse projeto.

² Em virtude do encerramento das atividades do centro que sediava esta pesquisa as doações poderão ser endereçadas ao N'BLAC-UFC-Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais-Universidade Federal do Ceará-Campus Cariri.

Introdução

A III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, como todas as Conferências Mundiais realizadas sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), foi convocada a partir de proposta aprovada pela Assembleia Geral. As anteriores foram em 1978 e 1983. Inúmeros depoimentos são enfáticos em dizer que, desta vez, foi um embaixador brasileiro – José Roberto Lundgreen Alves – quem encaminhou, em 1997, a proposta de realização dessa última.

As Conferências Mundiais são organizadas paralelamente em dois espaços: o oficial, onde apenas membros de delegações oficiais designadas por governos, têm voz; e o Fórum de ONGs. Embora cada uma tenha sua própria programação – em Durban, o Fórum de ONGs foi realizado de 28.08 a 01.09 e a Conferência Oficial de 31.08 a 08.09 –, há bastante interação entre ambas. Por exemplo, a Alta Comissária das Nações Unidas e principal responsável pela realização da Conferência, Mary Robinson, o Presidente da África do Sul, Thabo M' beki e a Presidenta da Conferência e Ministra das Relações Exteriores da África do Sul, N'kosazana Dlamini Zuma, estiveram presentes na abertura do Fórum de ONGs. São, também, estabelecidos canais de comunicação entre as duas instâncias de organização, para que os documentos aprovados em Assembleias de ampla participação no Fórum Paralelo de ONGs sejam entregues por seus representantes eleitos aos principais responsáveis pela Conferência Oficial.

Além disso, há, no sistema de organização da Conferência Oficial, mecanismos que favorecem a presença de ONGs nas plenárias de discussão, nas negociações para a redação dos documentos oficiais e nas assembleias oficiais da Conferência. Há níveis de participação e *status* diferenciados para ONGs, conforme elas sejam organizadas e/

ou atuem em deferentes regiões do mundo, ou sejam de reconhecida excelência em certas áreas de atuação, ou que estejam incorporadas à atuação das Nações Unidas etc. Ocorre, ainda, de delegações oficiais – como foi o caso da brasileira – incorporarem membros de ONGs e de outros segmentos da sociedade civil. Há, no entanto, casos extremos em que determinada comissão oficial rejeite a presença de ONGs de seu país. Esses casos devem ser avaliados por instâncias especiais das Nações Unidas.

A III Conferência Mundial Contra o Racismo foi precedida por dois tipos principais de Encontros Preparatórios:

1 – As Conferências Regionais de 4 continentes:

Europa, Estrasburgo/França; **Ásia**, Teerã/Irã; **África**, Dakar/Senegal; **Américas**, Santiago/Chile.

2 – As três Conferências Preparatórias em Genebra (PrepCons):

Maio/2000, Abril-Maio/2001 e Julho/2001.

O objetivo dessas Conferências era “desenvolver uma agenda de trabalho e negociar o conteúdo dos principais documentos”.³

Fora desse âmbito oficial foram incontáveis e diversificadas as iniciativas de segmentos de interesses (como negros e indígenas nas Américas e *Dalits* – casta de intocáveis, na Índia – ou ONGs de palestinos e de judeus: tanto as que se viam como complementares e se reuniam e fortaleciam mutuamente; quanto as que se viam como inimigas e chegaram a se enfrentar fisicamente no Fórum Paralelo), envolvendo ou não governos, visando se prepararem da melhor maneira para a Conferência. É de se destacar nesse contexto, a atuação do International Human Right Law Groups, chefiado por Gay Mac Dougall, que funcionava como uma espécie de ponte entre as ONGs e as instâncias oficiais da Conferência.

³ Extraído da p. 21 do folheto elaborado pelo Human Rights Law Groups, importante organização não governamental norte-americana, com atuação na área de Direito Internacional, também credenciada junto à ONU.

No caso brasileiro, o processo preparatório, em suas diversas instâncias, foi intenso e muito criteriosamente articulada, a começar pela inclusão de representantes da sociedade civil (lideranças negras, dos povos indígenas, de homossexuais – a comunidade judaica não enviou representação), no Comitê Nacional para a preparação, criado por decreto do Presidente da República. A parte oficial do Comitê envolveu segmentos dos três poderes de Estado:

- Executivo: principalmente a Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e a Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura;
- Legislativo: Grupo de Parlamentares no Congresso. Estiveram sempre presentes o Deputado Luiz Alberto (PT-BA), o Deputado João Grandão(PT-MT) e Deputado Reginaldo Germano (PFL-BA), entre outros.
- Judiciário: Ministério Público Federal. O Dr. Joaquim Barbosa esteve presente na Conferência do Chile, mas se afastou antes do final da mesma.

Uma noção do que foi o processo preparatório, todavia, só será possível à medida que o leitor percorrer os textos analíticos e depoimentos. Os registros falam da sua abrangência, da intensidade das disputas e das controvérsias. Abarcam, também, as Conferências Regionais, envolvendo Governos e sociedade civil em diversos Estados, a Conferência Nacional com milhares de delegados, as expectativas frustradas ou cumpridas, dependendo do ângulo que se queira ver. Mas procuram demonstrar, sobretudo, que foi um grande momento. Para nós, que realizávamos a pesquisa, o processo preparatório foi uma oportunidade e nisso reside sua principal característica, de explicitação das transformações que vinham se operando no contexto da Luta Contra o Racismo desde a re-emergência do Movimento Negro nos anos 1970.

O processo preparatório e a culminância em *Durban* constituíram-se num marco da Luta Contra o Racismo no Brasil e na América Latina, muito bem ilustrado na fala da Dra. Palmira Rios, da Universidad de Puerto Rico:

En un corto periodo esta conferencia ha estimulado esta comunicación, más la tecnología que facilita la comunicación constante. Pero, por ejemplo, recibí información de revistas culturales de Brasil, de todas las actividades, declaraciones etc. También se dio la Cumbre centroamericana que se celebró en Honduras; o sea, que se ha ido creando esta red. Ahora tenemos el reto de definir mucho mejor nuestra agenda más allá de Durban y empezar a definir nuestra organización, los aspectos organizativos, fortalecer nuestra capacidad de gestión y empezar a identificar proyectos. Hemos hechos algunos lineamientos, cuáles son los puntos, qué deberíamos sacar de ésta PRE-conferencia y de Durban y empezamos ya a hablar más allá de Durban. En muchas regiones hemos estado siguiendo procesos paralelos pero muy similares, inclusive en sectores que no son afros, por ejemplo, con los cuales, hemos visto que hay una gran afinidad, con los africanos en Europa, muchos sectores en África y han sido procesos paralelos completamente independientes uno del otro, pero que empezamos a ver que hay unos espacios donde podemos colaborar. Eso nos ha obligado a ser más realista y a afinar esta estrategia y empezar a ver en cuál nivel pueden estar algunos sectores, en que esferas pueden trabajar otros y eso nuevamente apunta a la necesidad de definir estos proyectos para que estén de acuerdo a nuestros recursos, a nuestro nivel, a nuestras capacidades y al momento histórico.

Na condição de pesquisadores-participantes, testemunhamos a relevância de todo o processo antecedente à III Conferência Mundial Contra o Racismo, como apontado na fala da Professora Palmira Rios. Referimo-nos à pulsante rede de organizações do movimento social negro na América Latina, que foi se formando e consolidando ao longo do processo. Vale ressaltar, também, a importância desta articulação, se tivermos em conta que a mesma ocorre numa região onde, com o saliente referencial freyreano-brasileiro, falas oficiais e o senso comum sempre propugnaram a ausência de tensões raciais.

Certamente, talvez mais para quem vivenciou esses processos, está sendo devorado o mito da democracia racial na chamada América

Latina. Dúvidas e certezas se digladiam à sua volta, gerando diferentes e conflitantes medos, forças e perspectivas. Nossa publicação pretende apresentar uma radiografia desse momento, sem fugir à responsabilidade de analisá-lo, mas sem a veleidade de produzir a palavra última e definidora. Neste sentido, procuramos organizá-la, de forma a ir introduzindo o leitor na ambiência instigada por aquele momento; vendo-o como uma experiência ímpar para segmentos da sociedade brasileira, que buscam, deliberada e efetivamente, constituir uma nação capaz de se vangloriar da erradicação do racismo, do preconceito e da discriminação racial.

Optamos por trazer ao público a fala mesma dos entrevistados. A alta representatividade política e/ou acadêmica de cada um deles, naquele contexto, torna suas vozes mais do que autorizadas. Por outro lado, diante da exiguidade de espaço, vimo-nos obrigados a editá-las. Dado que nos definimos por uma metodologia de fala livre, sem o emprego de questionários, acabamos por ter muito mais que depoimentos: uma conversa que tratou não apenas do processo da Conferência, mas propiciou análises de conjuntura para além das fronteiras nacionais. À medida que íamos transcrevendo as fitas, observamos que, mais do que uma pesquisa sobre o processo preparatório para a III Conferência, havíamos, isto sim, produzido um documentário oral sobre a história recente de boa parte do Movimento Afro-Latino-Americano. Aí, o pensamento de ativistas e representantes das três esferas de Governo são surpreendidos, e nos surpreendem, no calor da hora mesma dos acontecimentos e das lides pré e durante a III Conferência Mundial...





PARTE I

Olhares





A preparação e o pós-conferência

Dulce Maria Pereira¹

As discussões sobre essa Conferência surgiram há muitos anos, a partir da proposta feita pelo Embaixador brasileiro José Augusto Lundgreen, que pertencia à Comissão de Direitos Humanos da ONU. De um ponto de vista pessoal, eu achava muito importante que tivesse sido um brasileiro, um diplomata brasileiro que trabalhava na área de Direitos Humanos, que tivesse feito essa proposta. A partir da Conferência de Beijing na China, várias pessoas – e eu sou uma delas –, começamos a pensar que uma das formas importantes de fazer com que o processo brasileiro interno de superação das desigualdades acontecesse seria nos referenciarmos, inclusive, nos grandes eventos mundiais. Essa proposta seria uma boa referência para incluir, na pauta política do Brasil ou na pauta das políticas públicas, das políticas econômicas no Brasil, o tema das políticas para, pelo menos, minimizar os efeitos do racismo. (...) O próprio Presidente Fernando Henrique se incorporou às propostas referentes à Conferência; começamos a discutir a participação do Brasil e eu fui, então, várias vezes chamada a coordenar esse processo.

Uma das questões que se colocava era a fundamental importância de se ter recursos. E foi muito interessante, porque a minha equipe da Fundação Palmares foi muito eficiente no sentido de convencer o Ministério do Planejamento de que era fundamental o Brasil se

¹ Ex-presidente da Fundação Cultural Palmares e, na 1ª PrepCon, em Genebra-Maio de 2000 era a chefe da delegação oficial brasileira. Quando deu esta entrevista, em Durban, durante a Conferência Mundial, exercia um cargo de embaixadora, era Secretária Executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

preparar. E eu diria que foi um dos momentos importantes, em que nós conseguimos discutir, de forma técnica, a necessidade de se ter um orçamento específico para a participação do Brasil na Conferência. (...) Ninguém acreditava, primeiro, que se fosse conseguir incluir uma ação como essa no Planejamento Plurianual do Governo brasileiro. Foi muito importante, foi muito rico, foi muito especial. Eu acho, inclusive, que esse já foi um ato de política de ação afirmativa, se a gente quiser dizer assim, o fato de essa discussão acontecer no mais elevado nível, quer dizer, tipo uma reunião com o Ministro Marcos Tavares e a Secretária Executiva do Ministério da Cultura, Maria Emília – imagina, uma pessoa que tem uma história nas áreas de Gerenciamento Público extraordinária –, uma das pessoas que foi fortemente argumentar no Ministério do Planejamento, comigo e com a minha diretora administrativa, a importância histórica do Brasil ter fundos para o seu processo preparatório. (...) Nesse meio tempo, começou a haver uma discussão interessante, porque o Ministério da Justiça também começou a se mobilizar, e foi muito interessante, em torno da Conferência. E logo depois da reunião preparatória havida em Genebra havia uma discussão sobre um Comitê, como seria a cooperação do Comitê brasileiro. Foi definido, então, o Comitê brasileiro. Eu acho a I PrepCon em Genebra muito interessante, porque ela foi uma reunião muito tensa, foi uma reunião em que eu chefei a delegação brasileira. Foi uma reunião em que, sobretudo naquele momento, havia uma postura muito, digamos, que até mesmo as próprias ONGs brasileiras não acreditavam que o Governo brasileiro, como governo, fosse investir em uma Conferência como esta. Muitas pessoas me perguntavam se eu, de fato, acreditava que o Brasil faria um processo mais profundo preparatório e eu dizia: “Olha, há, do ponto de vista do Presidente – que, inclusive, se reuniu conosco –, interesse total em fazer com que este seja um processo marcante no País”. E é o que me dizia o Presidente Fernando Henrique Cardoso, no Ministério das Relações Exteriores: que o processo preparatório da Conferência poderia e deveria ser um “marco”. No que diz respeito ao Brasil assumir a necessidade, inclusive, de aprofundar processos e, principalmente, de implantar políticas públicas, que permitissem a inclusão adequada da população negra no processo do desenvolvimento.

O COMITÊ IMPULSOR

Foi o nome assumido pela articulação de militantes e entidades negras, que se responsabilizaram, ao longo de 2000 e até o início de 2001, pela mobilização em torno da Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Interlância. Como veremos nos depoimentos, o Comitê foi criado para ser interlocutor entre a sociedade e o Governo Federal, como irradiador, durante o seu período de atuação de diversas atividades, que deram oportunidade a que a Conferência passasse a ter mais visibilidade no Brasil. Foi, também, através dele que diferentes setores do Movimento Negro foram inicialmente mobilizados, mais de um ano antes do encontro em Durban.

Sueli Carneiro⁵

Desde 1997, havia deliberação da realização da Conferência. No entanto, somente a partir do final de 1999, início de 2000, é que as informações começaram a chegar até algumas organizações negras. O dinamizador de fazer a informação da Conferência circular foi o *International Human Rights Law Group*⁶, fundamentalmente, a partir da chamada Reunião de Belágio, que aconteceu na Itália. Do Brasil, até onde eu sei, só estava presente a Dulce Pereira, então Presidente da Fundação Palmares. Nessa reunião, começou a se trabalhar o temário da Conferência. Na verdade, ela orientou, bastante, a PrepCon⁷ de Genebra.

Nós, do Geledés, temos acompanhado todos os processos de conferências das Nações Unidas da década de 1990, desde a ECO-

⁵ Presidente do Geledés – Instituto da Mulher Negra de São Paulo.

⁶ Internacional Human Rights Law Groups é uma organização sem fins lucrativos baseada em Washington DC. De acordo com informações contidas em sua página na internet, a organização tem como missão habilitar e instrumentalizar mulheres e homens e a sociedade civil organizada na luta pela defesa dos Direitos Humanos.

⁷ Prepcon é a abreviação de pré-conferência. Normalmente as conferências mundiais das Nações Unidas são precedidas de conferências preparatórias, ou seja, anteriores a Conferência oficial, a fim de discutir sobre itens importantes que darão origem ao documento final e a um plano de ação.

92, passando pelo Cairo, Viena e por Beijing*. Evidentemente, a Conferência Contra o Racismo é muito mais estratégica para nós. Montamos um projeto para a Fundação Ford, a fim de desenvolver um conjunto de ações relativas à Conferência, tanto para mobilizar no plano nacional, como para buscar formas de articulação dos afrodescendentes no plano internacional. Precisávamos desencadear um processo amplo de mobilização e disponibilizar informação. Eu convidei o Edson Cardoso para nos ajudar. Ele fez uma verdadeira cruzada nacional, reunindo vários estados, buscando levantar a militância e levá-la a se interessar e a se envolver com a Conferência, o que acabou culminando – após um longo processo de vários meses – na Plenária de agosto de 2000, que tirou a executiva. Posteriormente, iniciou-se, por sugestão do Edson Cardoso, um Comitê Impulsor para a Conferência, formado por organizações negras e com o envolvimento de alguns parlamentares”.

Edson Cardoso¹⁰

Eu trabalhava como chefe de gabinete do Deputado Ben-Hur Ferreira e, assim que soube da Conferência, fizemos um pronunciamento cujo título era “Vexame com data marcada”. E criticávamos a forma como o Governo brasileiro anunciava a sua

* Refere-se ao ciclo de conferências mundiais das Nações Unidas da década de 1990, que são: Cúpula Mundial para Crianças (Nova York, 1990); Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992); Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Viena, 1993); Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994); Cúpula para o Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995); Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres (Beijing, 1995); Conferência sobre Assentamentos Humanos (Habitat II, Istambul, 1996) e a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (África do Sul, 2001).

⁹ Gêledes, CEERT (Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades/SP), INSPIR (Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial), Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados Federal, Articulação Nacional de Remanescentes de Quilombos, CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras), ANDES (Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior), ENZP (Escritório Nacional Zumbi dos Palmares), IROHIN (Org que publica jornal de mesmo nome), Sindicato dos Advogados de São Paulo, SMACOM (Secretaria Municipal de Apoio da Comunidade Negra de Belo Horizonte), IALODE (de Salvador) e o Deputado Federal de Mato Grosso do Sul Ben-Hur Ferreira. Informações dadas por Sueli Carneiro durante a entrevista.

¹⁰ Professor, Mestre em Comunicação Social pela UnB e presidente do IROHIN. Na época, assessor do Deputado Ben-Hur Ferreira (PT-MS).

preparação para a III Conferência, num seminário que aconteceu aqui, na Comissão de Direitos Humanos, em que veio um representante do Itamaraty. Havia, claramente, uma proposta do Governo brasileiro, que era diluidora e não criava um calendário de ações concretas.

O fato é que, com o pronunciamento do Ben-Hur, o Itamaraty mandou uma pessoa aqui no gabinete – e veja que interessante, um pequeno pronunciamento – e pedia ajuda ao Deputado para que as coisas não acontecessem como ele dizia no pronunciamento: um vexame. O Deputado disse que aguardaria as determinações do Movimento Negro. Com a data da reunião de Genebra, 5 de maio, pensamos em ter alguma coisa que chamasse a atenção do que aconteceria em Genebra, para a realidade brasileira. A primeira ideia que nos ocorreu era marcar uma reunião no PNUD¹¹, já que ele é cabeça das Nações Unidas no Brasil. Marcamos uma reunião antes da data de Genebra – final de abril – e procuramos convocar o maior número possível de representantes, entidades e ONGs do Movimento Negro, com o objetivo de entregar um documento, chamando a atenção para o descumprimento que o Brasil vinha sistematicamente fazendo de convenções e de acordos internacionais sobre o tema das desigualdades raciais. Então, eu combinei com a OAB¹², aqui, um espaço para depois da reunião do PNUD. O clima de euforia com que saímos do PNUD foi enorme, porque ele sinalizou a possibilidade de um diálogo e de ações entre o Movimento Negro e o PNUD durante e depois do processo da Conferência.

Houve sugestões para que aquele grupo se transformasse imediatamente na comissão executiva para preparar a ida do Brasil para a Conferência. Eu achava que nós deveríamos coordenar o processo de criação dessa executiva numa plenária. Luíza Bairros sugeriu o nome de Comitê Impulsor para aquele grupo, que estimularia a organização do Movimento Negro para a Conferência. Nós fizemos uma reunião em Salvador.

¹¹ PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Há uma representação em Brasília.

¹² OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

A perspectiva que nós tínhamos, como Comitê Impulsor, a perspectiva que nos tínhamos com a realização da Plenária de São Paulo era de que a realização da Conferência fosse um elemento de unidade que nós necessitávamos num determinado momento. Quer dizer, na medida que os diversos setores, as diversas forças políticas não tinham dúvidas com relação ao fato de que se teria, de algum modo, que participar da Conferência, nós achávamos, na época, que isso seria suficiente, que isso poderia criar um processo unitário... E não foi o que aconteceu, na verdade. O que aconteceu? Já na nossa primeira plenária em julho de 2000, se revelaram algumas divergências, muitas divergências que não puderam ser superadas no processo da Plenária. Acho, também, que muito em função do fato de que esse tema, Conferência Mundial, era um tema ainda muito pouco conhecido pela maioria das forças do Movimento Negro. Nós saímos da Plenária de São Paulo com uma formação para a executiva do Fórum Nacional, que aparentemente contemplava todas as forças políticas do Movimento Negro. Mas não tomamos em consideração o fato de que, ao serem contempladas, não necessariamente, essas forças contribuiriam para um trabalho, que fosse um trabalho amplo.

Reverendo Antônio Olímpio de Santana¹⁴

Eu não quero pegar o Comitê [impulsor] e jogar na lata de lixo. Ele foi importante sim. Por exemplo, as principais questões do Movimento Negro levadas para Santiago, à Conferência Preparatória das Américas, foram introduzidas pelos negociadores oficiais. Isso aqui é uma reunião de Governo, eles assumiram as nossas propostas

¹³ Militante do Movimento Negro e Professora universitária. Quando da entrevista, em Durban 2001, era funcionária da representação do PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no Brasil.

¹⁴ Secretário Executivo do CENACORA-Comissão Eclesiástica Nacional de Combate ao Racismo da Igreja Metodista.

e elas foram aprovadas lá. Foi devido à luta, por exemplo, dos companheiros lésbicas, homossexuais, que as propostas deles foram assumidas pelo Governo brasileiro, que é um dos três únicos da ONU (Brasil, Suécia e Canadá), que está defendendo a questão. Esta coisa chegou aqui por causa do trabalho do Cláudio Nascimento¹⁵ – que está lá no Comitê – e dos outros companheiros.

A – A PRIMEIRA PLENÁRIA DO COMITÊ IMPULSOR (JULHO DE 2000/SÃO PAULO)

Edson Cardoso

Toda a preparação tinha uma resistência muito grande, vinda dos setores que se acostumou chamar de esquerda do Movimento Negro. Tinha a presença, absolutamente desfalcada, do sindicalismo, porque, no Comitê Impulsor, nós tínhamos já contemplado o sindicalismo, colocando o INSPIR, que nos disse que representava todas as centrais. Então, o INSPIR já era do Comitê Impulsor, não a CUT. O INSPIR poderia ser parte da executiva, porque estava ali como uma ONG negra, com base sindical. O que nós não poderíamos aceitar era a participação de uma central sindical. Em princípio, quem não é entidade do Movimento Negro não participa de executiva do Movimento Negro. Você pode, como uma ONG, estar associada a uma igreja, a um credo. É essa pluralidade que nós somos. Agora, ostensivamente, enquanto Central Única dos Trabalhadores, participar de uma executiva do Movimento Negro, isso era um problema.

O Comitê Impulsor cumpriu o seu papel, que era construir uma plenária ampla e plural. Havia, evidentemente, resistências à construção dessa unidade. Se fosse só divergência, nós teríamos resolvido isso numa discussão política e numa negociação. Há mais

¹⁵ Presidente do Grupo Arco-Íris do Movimento GLBTU (gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e transexuais do Rio de Janeiro)

do que divergências; há propósitos diferentes. Acho, também, por experiência de quem puxou propostas de unificação nacional nos últimos 15 anos – I Encontro do Negro do PT, a Marcha Zumbi do Palmares e esse Comitê Impulsor –, sempre quando nós vamos para alguma proposição e numa conjuntura que favorece a unificação do Movimento, há forças que atuam no nosso meio, no sentido de estimular as tendências desagregadoras. Ou seja, golpes tramados para impedir que a plenária possa acontecer e a discussão não possa fluir. Há despolitização do Movimento. Sempre que chega a hora de fazer política, recua. E esse medo é da subalternização que o racismo coloca nas pessoas.

Há um medo enorme – de quem vem dependente do partido tal, da organização tal, ou da central tal – de se manifestar com autonomia diante do partido, em relação à Igreja, em relação a núcleos outros, que, na verdade, controlam a cabeça do negro. Mas há infiltração. Pontos que poderiam perfeitamente ser discutidos viram casos de briga pessoal, num plano absurdo. Com o Comitê Impulsor, o Governo admitia que existia uma instância autônoma no Movimento, que iria tomar decisões. Até ali, o Estado não tinha controle da situação. Ele tinha alguns grupos negros subordinados e ele temia o que podia acontecer. A partir da Conferência Nacional, do jeito que ela saiu, o Estado controla completamente o processo.

Luíza Bairros

Eu confesso que, apesar de ter percebido essa impossibilidade, a Plenária de São Paulo mostrou-se aberta para um trabalho conjunto, eu achei que valeria a pena apostar um pouco mais nisso. Fui uma das pessoas que fez muita força para que aquela executiva, que foi tirada em São Paulo, que ela passasse a assumir um determinado papel dentro desse processo. Fiz muita força para que nós pudéssemos, dentro de um processo que me pareceu o mais transparente possível, que esse processo pudesse ganhar a confiança das pessoas, mas, ao mesmo tempo, reconheço que isso não foi possível.

B – A PRIMEIRA PREPCON¹⁶ (GENEBRA, MAIO DE 2000)

Edson Cardoso

Tudo corria às mil maravilhas: o Comitê estava criado e, agora, nós íamos participar da Conferência em Genebra. Quando chegamos, na véspera da reunião, que começou dia 5 de maio, já se falava que o Brasil não iria sediar a Conferência Regional das Américas, por conta do Movimento Negro. Forçamos uma reunião na Embaixada do Brasil. Presentes estavam o Embaixador Paulo Sérgio Pinheiro e a própria Dulce Pereira¹⁷. O embaixador foi muito franco ao dizer que ele mesmo só ficou sabendo disso na sexta-feira (estávamos na tarde de terça-feira) e nós fizemos uma explanação sobre o erro que o Brasil estava cometendo naquele momento. Quando o Brasil falou que não ia sediar mais a Conferência Regional, era nítida a surpresa dos outros países, sem saber exatamente o porquê da decisão. E a delegação oficial¹⁸ brasileira alegou que os poucos recursos que o Governo brasileiro dispunha para a preparação da Conferência Regional iria jogar para a preparação de uma Conferência Nacional e para mobilizar a sociedade brasileira.

Ora, na mesma plenária que o Brasil diz isso, o Senegal – que iria organizar a Conferência da África – e o Irã – a da Ásia – alegaram também falta de recursos. Mas, imediatamente, solicitaram às Nações Unidas. Não acharam que falta de recursos era razão para sair de um compromisso. Curiosamente, na hora em que o Brasil dizia que estava saindo para a Conferência Nacional pelo grande interesse que

¹⁶ As PrepCons são Conferências preparatórias da Conferência Mundial. Nelas, são negociados os pontos principais e os textos que vão compor a Declaração e o Plano de Ação, documentos a serem aprovados na Conferência propriamente dita. Para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, foram realizadas três, todas em Genebra: maio de 2000, abril/maio e julho de 2001. O objetivo das PrepCons é "*desenvolver uma agenda de trabalho e negociar o conteúdo dos principais documentos*" (Human Rights Law Groups, 2000: 21)

¹⁷ À época, presidente da Fundação Cultural Palmares e, naquele momento, chefe da delegação oficial brasileira.

¹⁸ Delegação oficial brasileira – composta por Dulce Pereira, por diplomatas e personalidades designadas pelo Governo Federal.

ela despertava, também se referia ao Movimento Negro, chamando atenção para a grande delegação brasileira presente ali, como se nós fossemos parte de uma delegação oficial. E isso sinalizava o grande interesse que o Brasil tinha pelo tema. Quer dizer, nós servíamos de álibi para dizer não à Conferência Regional e também servíamos de justificativa para dizer do grande interesse.

Nós, do Movimento Negro, fizemos uma nota e chamamos atenção para o que houve nas comemorações dos 500 anos¹⁹. Então, Paulo Sérgio Pinheiro me pediu para adiar a elaboração da nota, enquanto ele falava diretamente com o Presidente da República, para saber se era possível reverter ainda essa deliberação. Esperamos 24 horas e, em um outro café da manhã, Paulo Sérgio disse que era impossível reverter a nota e fez um pedido – claro que não foi atendido – de que a nota que iríamos produzir pudesse ser branda, de forma a não fechar as portas, já que o Governo estava aberto ao diálogo e que aquilo era uma circunstância em que o Governo não tinha como evitar. Foi feita a nota e submetida ao grupo que achou muito dura, mas que seria aquela. Foi traduzida para o francês e o inglês e fizemos o possível para distribuí-la para todos. Quando eu fui colocar um pacote de notas, num local próximo ao plenário, onde ficavam os muitos documentos de ONGs, funcionários da Fundação Palmares chamaram um guarda, que protege o plenário das Nações Unidas, para retirar as notas que nós, o Movimento [Negro] brasileiro, tínhamos feito.

Sueli Carneiro

Esse era o cenário. O Brasil ia ser palco de um grande momento para a população afro-latino-americana, porque apontavam para cá todos os afro-latinos e juntando-se com esse Movimento Negro

¹⁹ Comemoração oficial dos 500 anos do descobrimento do Brasil, onde o Governo Federal organizou em Porto Seguro uma série de festividades, mas foi veementemente contraposto pelos movimentos populares com preeminência dos Movimentos indígenas, negro e o MST. A polícia baiana, dissolveu as manifestações populares com violência, ferindo e prendendo diversos militantes.

enorme que existe aqui, se comparado com os outros países. Aí, acontecem os 500 anos! A avaliação política que se tem pode ser improcedente, paranoica até, mas as comemorações aconteceram no dia 21 de abril e a Prepcon começava em 5 de maio. Aconteceu uma repercussão internacional da repressão. Nesse ínterim, nós, do Geledés, organizamos uma delegação de representantes do Movimento Negro²⁰ para ir a Genebra acompanhar o processo. Era um momento importante para que a gente, enquanto movimento, mostrasse que estava mobilizado e participando do processo.

Chega-se lá e é feito um pronunciamento pela Dulce Pereira, em nome do Brasil, em que o país retira a oferta que havia feito de sediar a Conferência Regional e que isso se devia à posição do Movimento Negro brasileiro, contrário à Conferência. A delegação que lá estava se sentiu na obrigação de contradizer, porque era uma acusação séria, principalmente, diante do quadro da mobilização latino-americana e da expectativa latino-americana diante da Conferência. Diz um folclore, relativo a esse assunto, que foi uma decisão que saiu da alta cúpula do Governo, avaliada pelos militantes como uma decisão fundada nos acontecimentos lá de Porto Seguro e no desinteresse do Brasil em construir um palco internacional para que manifestações como aquela pudessem ter uma repercussão muito maior se a Conferência fosse sediada aqui. Foi insinuado, também em algum momento, que a presença das ONGs negras ali era uma demonstração de vontade política por parte do Governo brasileiro em relação à Conferência. Então, também, foi reafirmado que a presença daquelas organizações ali não tinha nenhum vínculo com o Governo e que, muito pelo contrário, estavam ali às suas próprias despesas. Ninguém estava viajando por conta do Governo. Era por esforço próprio das organizações negras.

²⁰ "Delegação: Edson Cardoso, Comitê Impulsor; Ivanir dos Santos – CFAP (Centro de Articulação das Populações Marginalizadas); Marcos Cardoso – CONEN (Coordenação Nacional de Entidades Negras); Escritório Zumbi dos Palmares e Cidinha, do Geledés. A gente tentou contemplar todas as forças políticas e levar organizações de caráter nacional e articulações que pudessem passar para as suas bases o que aconteceu lá. Além desse grupo, outras pessoas negras foram por outros processos". (Sueli Carneiro, em entrevista dada).

Hace mucho más de una año hicimos los arreglos para participar en la conferencia y fue aquí en Ginebra que entramos en contacto con los compañeros de Brasil, con los compañeros latinoamericanos. En ese sentido Ginebra, la primera conferencia preparatoria fue una ganancia para nosotros porque nos permitió entrar en una comunicación directa con estos los compañeros y durante todo el proceso se han ido forjando unos lazos de colaboración. Hemos identificado proyectos comunes y cada uno profundizando más en esa elaboración de una agenda común. Esto ha sido un proceso de ganancia. Es importante forjar las relaciones y en ese sentido las relaciones internacionales han sido muy importantes.

Yo estaba en conversaciones con varios colegas que dirigen centros de investigaciones en las distintas región del Caribe, que es con la que yo más de cerca trabajo. Específicamente en República Dominicana, Panamá y un grupo que está comenzando en Cuba. Hemos hablado con compañeros en Nicaragua porque queríamos empezar a colaborar con comunidades de investigación, algunas no se especializan en cuestión racial, pero van a crearlo como un área de trabajo en sus centros. Sugerimos hacer un mapeo de que es lo que hay para identificar cuál sería la agenda de investigación. En algunos casos algunos centros llevaran su investigación, en otros casos podemos tener proyectos de colaboración. La idea es que se vaya socializando la información, que se vayan rotando las reuniones.

Es la conferencia, sin dudas, que ha estimulado y empezamos a ver el área de la investigación académica como un área importante del plan de acción post Durban, o sea, cómo nosotros podemos asegurar que esos acuerdos no se queden en papel y los llevemos a la ejecución a escala nacional porque sino se queda todo en un deseo.

²¹ Profesora de la facultad de ciencias sociales de Universidad de Puerto Rico

Hay que realmente llevarlo a abajo a que se empiece a ejecutar. Y entiendo que las universidades tenemos un rol y nosotros también tenemos que decirle a nuestras organizaciones como vamos a jugar ese papel

PROCESSO PREPARATÓRIO NACIONAL: ALGUNS MARCOS

Compreende o período entre a I PrepCon (Conferência Preparatória da Conferência Mundial (Genebra, Maio/2000) e a viagem à Conferência Mundial (Durban, agosto/2001). Envolveu agentes de Governos, de Estados e da sociedade civil:

– Do Governo Federal: além de diplomatas, principalmente a Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e a Fundação Cultural Palmares do Min. da Cultura;

– Do Poder Judiciário: participação do Ministério Público Federal;

– Do Legislativo: um Senador e uma pequena delegação de Deputados Federais. Em alguns estados e municípios, envolveu, geralmente, as Secretarias de Direitos Humanos e as Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores.

– Da Sociedade Civil: envolveu principalmente organizações e militantes do Movimento Negro e dos Povos Indígenas, além de um representante do Movimento de Homossexuais. Ao contrário do que era a expectativa de boa parcela dos militantes do Movimento Negro e de alguns setores da sociedade civil, a ênfase não se deu sobre a mobilização da opinião pública para demandar ações antirracistas imediatas, mas sobre a preparação para a discussão dos documentos oficiais – nas preparatórias (PrepCons, em Genebra e em Durban). Com esse sentido, a Fundação Cultural Palmares realizou seminários temáticos em todas as regiões, ao longo do ano 2000 e no início de 2001. A Secretaria de Estado de Direitos Humanos, por sua vez, com o apoio do Instituto

de Pesquisas de Relações Exteriores (IPRE) e CNPq, realizou três seminários nacionais preparatórios para a Conferência Mundial²².

A motivação para subsidiar a elaboração de documentos oficiais também era a tônica nas poucas Conferências Estaduais, que foram realizadas como preparação para a Conferência Nacional. Apesar de terem acontecido fora do país, a Conferência Cidadã (Fórum de ONGs), de 3 a 4 de dezembro de 2001, e a Conferência Regional das Américas (oficial, de governos), de 5 a 7 de dezembro, em Santiago do Chile, tiveram grande importância para os brasileiros. Foi a primeira vez que uma grande quantidade de militantes participou de um evento internacional daquela envergadura. Foi, também, o momento em que delegação oficial e delegação de ONGs perceberam o quanto poderia ser produtiva sua complementaridade. E, finalmente, foi quando fez sua aparição a Alianza Afro-Latina e Caribenha que, em atuação bem orquestrada, conseguiu introduzir, na redação dos documentos oficiais, o termo afrodescendente que se mostrou capaz de unificar conceitualmente negros das Américas, da África e da Europa. A atuação das ONGs negras brasileiras foi decisiva para tais êxitos.

A Comunidade Judaica Brasileira não teve visibilidade durante a preparação da Conferência. Cinco meses antes da Conferência Mundial, uma liderança judaica, por nós entrevistada, dava, embora não o admitisse claramente, sinais de desconhecimento da iminente ocorrência do conclave e, menos ainda, de se envolverem em sua articulação.

²² Ver: MOURA, Clóvis Alves e BARRETO, Jônatas Nunes (Orgs). *A Fundação Cultural Palmares na III Conferência Mundial Contra o Racismo, discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Brasília-DF: Fundação Cultural Palmares-MinC, 2002.

Edna Roland²¹

O alto comissionário da ONU me fez um convite para elaborar um documento. Eu fui, cumpri a tarefa e voltei. Agora, o que tem acontecido é que, a cada momento, tem, digamos, análises políticas que tem sido feitas. Eu não tenho contrato estabelecido, dizendo que queremos que você acompanhe o trabalho até a Conferência. Eu recebi um telefonema do embaixador Sabóia me perguntando assim: “Você está indo para a II Prepcon?” Eu falci: “Até o momento, não tenho nenhuma confirmação. Estou tentando arrumar uma bolsa junto à uma ONG.” Aí, ele disse: “Tudo bem, nós vamos por o seu nome na publicação da delegação final para Genebra. Estou com pressa. Estou falando no celular, minha pilha está acabando. A gente se fala depois.” Então, as coisas acontecem um pouco assim. Ontem, uma pessoa do Governo me telefonou e perguntou se eu estou indo. “Não sei!”, disse. E ouvi: “Vamos por o seu nome aqui”.

Agora, obviamente, que, dessa, vez a minha intenção é telefonar para a Secretaria de Estado e dizer: “Eu recebi um convite, mas eu gostaria de receber formalmente, alguns documentos, as atas, por exemplo, do Comitê Nacional. Os documentos de Estado que estão em discussão em Genebra. Eu esper, dessa vez, ir um pouco mais preparada do que eu fui para o Chile. E saber, exatamente, a posição do Brasil.” As coisas parecem se dar como um rio que está passando e você nem sempre sabe tudo o que está em jogo. Eu, ainda, tenho considerado que é possível, aceitável e vale a pena participar. Mas, eu gostaria de ter algumas informações da diplomacia brasileira antes de entrar no avião e ir a Genebra para trabalhar com a delegação oficial do Brasil.

Eu estou indo para Genebra, daqui a algumas semanas, cumprir uma tarefa. Mas eu quero cumprir essa tarefa para o maior

²¹ Presidente da FALA PRETA – Organização de Mulheres Negras-SP. Foi assessora da Delegação Oficial, convidada pelo Embaixador Gilberto Sabóia. Indicada pela Delegação Oficial, foi escolhida a Relatora Final da III Conferência Mundial contra o Racismo. Hoje, é uma das cinco personalidades mundiais encarregadas pela ONU para acompanhar o cumprimento das resoluções da Conferência Mundial.

benefício possível para o Movimento Negro. E eu só vou poder fazer isso se eu tiver canais e apoio. Se não tiver, eu só vou poder fazer no meu limite pessoal e o meu limite pessoal é muito menor que o limite coletivo do Movimento. Agora, o meu limite pessoal, para ele ser cumprido e ordenado, só se houver o processo coletivo. Quando fui convidada a elaborar aquele documento para a África do Sul, eu botei uma comunicação na praça e mandei para mais de 100 militantes comunicando... A Conferência é um processo! O resultado final ao qual nós vamos chegar, lá na África do Sul, depende do que cada um de nós possa fazer ao longo do processo. Eu pedi ajuda a algumas pessoas. Alianças políticas que você tem, lhe dão forças, dependendo de quem.

E o meu entendimento em qualquer processo político é: eu sou parte de uma grande engrenagem. Eu cumprio tarefas, eu me submeto a objetivos políticos que são coletivos e que são superiores a mim e a minha própria organização. Eu falo de disciplina... e ainda que eu possa, eventualmente, ter uma divergência em uma formulação (...), mas, se tem um acordo que é comum, é coletivo, eu encaminho. Então, eu acho que foi passado no Movimento essa compreensão... de que é possível a construção desse leque... eu acho que é possível, da minha parte, da parte da minha organização! Acho que é possível todas as organizações e todas as forças do Movimento pensarem desta forma e assinar pactos políticos.

Vera Regina Paula Barone²⁴

Nós, em março, preparamos um seminário para discutir quais seriam as prioridades ou as áreas temáticas que o Estado ia trabalhar. Definimos preparar uma Conferência estadual, mobilizando negros e negras do Estado todo, inclusive, os quilombolas. Fizemos no mês de junho uma Conferência estadual. Nós trabalhamos, prioritariamente, Direitos Humanos, emprego e renda, saúde, educação e cultura

²⁴ Na época, era assessora da Secretaria de Assuntos Jurídicos da Prefeitura do Recife (PE).

e elegemos um elenco de prioridades que estão sendo negociadas com os governos municipal e estadual, com o objetivo de instituir no município políticas afirmativas nestas áreas definidas. Estamos trabalhando a inclusão, no programa municipal de Recife, de promoção de emprego e renda, do recorte racial. Definimos que nós íamos participar do orçamento participativo com um recorte racial nas áreas de políticas públicas. É isso que vai dar o fundamento para que nós possamos estar, por exemplo, com legitimidade hoje aqui nesta Conferência de Durban. Não se trata só de estar participando destes fóruns, nacional ou internacional, mas, sobretudo, podermos atuar internamente em nosso Estado e nos municípios do estado, nas áreas de políticas públicas, para que sejam definidos prioridades e interesses da população negra do Estado.

Foi difícil o processo de escolha dos afrodescendentes. Muitas pessoas tinham vontade de participar. Algumas participaram, pela primeira vez, de um evento nacional racial com marca própria. Nós conseguimos não fazer com que essa coisa fosse algo traumático entre nós. Mesmo sabendo das dificuldades, nós conseguimos, de forma consensual e sem conflito maior, escolher a delegação.

Embaixador Gilberto Vergne Sabóia²⁵

Existe um grau de convergência bastante grande na comunidade internacional com relação à necessidade de combater e eliminar o racismo e suas diferentes manifestações. Existem, no entanto, dificuldades importantes no que diz respeito às responsabilidades com relação ao passado, aos efeitos da discriminação na História da Humanidade durante tantos séculos. E a questão da reparação, das ações afirmativas são, enfim, os efeitos que esses problemas de racismo tomaram com relação à pobreza, às disparidades entre diferentes regiões, a exclusão. Existem preocupações, também, com relação às

²⁵ Embaixador. Na época, era Secretário de Estado de Direitos Humanos e presidente do Comitê Nacional para Preparação da Conferência Mundial contra o Racismo.

questões atuais da xenofobia, as intolerâncias com relação a migrantes e outras populações de estrangeiros, em determinadas regiões desenvolvidas, que podem suscitar cuidados. Problemas políticos de difícil resolução, que dizem respeito às questões atuais, como o conflito no Oriente Médio. São questões que não estão diretamente vinculadas à temática da Conferência, mas que acabam tendo uma incidência através de proposições de diferentes grupos que se situam antagonicamente a respeito de certas resoluções. Há um consenso muito forte, digamos, primeiro, em relação ao repúdio ao racismo, às formas de discriminação racial em todas as suas manifestações, tanto no caráter contemporâneo – como as formas de racismo na Internet – na imigração, nas políticas de emprego. Há um consenso na necessidade de reforçar as políticas com relação à educação e da prevenção do racismo em diferentes níveis da vida social. Existem dificuldades com relação ao conceito de uma reparação, ou de uma compensação traduzida de uma forma mais concreta em termos de políticas financeiras.

A preparação da Conferência oferece uma oportunidade muito grande para que a sociedade brasileira pense e repense essa questão da participação na vida nacional dos diferentes setores sociais, raciais, culturais da nossa sociedade. Existe um nível de entendimento bastante grande entre a delegação oficial e as delegações de ONGs, que está baseado em uma relação muito transparente e em um compartilhamento de uma visão a respeito do Brasil, que não propriamente da democracia racial. Nós partimos de uma premissa de reconhecimento de que existem, no Brasil, dados que permitem configurar uma situação de discriminação racial, ou seja, de participação desigual das populações nos benefícios, no crescimento econômico, no acesso à educação, em diferentes níveis na política, na economia e na agricultura. Reconhecimento feito pelo próprio presidente Fernando Henrique.

Existe, também, uma convergência com relação a formular políticas de ação afirmativa, que procurem reduzir essas deficiências de participação e acesso, que ainda prejudicam setores consideráveis

da população brasileira, com base no problema racial, de origem, problema étnico, problema cultural e que afetam, em particular, as populações afrodescendentes e os indígenas. Vai ser preciso trabalhar muito para a formulação dessas políticas. Para isso, nós vamos criar, além das reuniões do Comitê Preparatório Nacional, uma Conferência Nacional.

Por outro lado, o Brasil, apesar dessas dificuldades, desses *deficits*, apesar da discriminação que a gente pode notar, tem, também, uma contribuição, um acervo de relações inter-raciais, que não deixa de ter um caráter positivo. Nós não estamos querendo reafirmar a questão da democracia racial, mas, também, não estamos querendo dizer que o Brasil é uma repetição do que existiu na África do Sul. Nós precisamos aproveitar e mobilizar esse acervo positivo de relações entre as raças para superar e enfrentar com franqueza e com determinação esse hiato, essas dificuldades. Deixando de lado esse racismo disfarçado que permanece e procurando fazer dessa riqueza de raças, de origens culturais, um capital positivo para entrar no século XXI, como um país realmente moderno e democrático, enfim, desenvolvido de uma maneira justa.

Célia Gonçalves de Souza – CONEN²⁶ e CENARAB²⁷ - MG

Nós tivemos plenárias nacionais da CONEN, em que já se falava em Durban. Já vislumbrávamos esta questão de participação e de se tentar garantir minimamente a interlocução política em Durban. Tivemos plenárias nacionais abertas e sem contar as reuniões da Coordenação Nacional, tentando garantir essa discussão e essa preparação. Na Plenária Nacional de Belo Horizonte (julho de 2000), participaram mais de cem pessoas.

²⁶ CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras

²⁷ CENARAB – Centro Nacional de Resistência e Africanidade – Afro Brasileiro

Edna Roland

O que vi na mídia por ocasião do 21 de março, em que três dias seguidos, a Rede Globo fez uma série de reportagens sobre as desigualdades entre negros e brancos no Jornal Nacional. Isso é um espaço que, sem dúvida, decorre da Conferência Mundial. E isso certamente deve ter sido articulado pelo Comitê Nacional. É muita coisa em termos de impacto de mídia. Agora, uma das notícias que saiu no Jornal Nacional – que eu fiquei com as minhas pulguinhas atrás da orelha – é um projeto do BID, em que iria financiar cursinhos para que os negros pudessem passar no vestibular. É alguma coisa, mas, eu acho que o Governo brasileiro precisar ter a coragem de, realmente, implementar ações afirmativas de verdade. Porque política pública imediata, concreta e real à ausência da população negra na universidade é ter a coragem de abrir, realmente, a segunda porta e ver que a população negra tem o direito de entrar na universidade e usar o dinheiro do BID para qualquer programa de acompanhamento, de tutoria. E ver o que os estudantes negros necessitam para que possam superar as eventuais falhas no seu processo educacional. É um processo coletivo. Não estamos, absolutamente, questionando o santo processo competitivo...

Luiza Bairros²⁸

Cada um desses momentos internacionais de preparação da Conferência teve características diferentes. Na Conferência das Américas²⁹, todo mundo saiu com uma sensação de vitória. Na II PrepCon³⁰, a situação mudou completamente e se começou a vislumbrar a possibilidade de perder algumas conquistas que, na

²⁸ Militante do Movimento Negro. Doutora em Sociologia e Profa da UFBA. Quando da entrevista, em Durban 2001, era funcionária da representação do PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no Brasil.

²⁹ Conferência das Américas se refere à Conferência Regional de Santiago do Chile.

³⁰ Segunda PrepCon – Maio/Junho de 2001 em Genebra.

Conferência Regional³¹, pareciam estar asseguradas. E a III PrepCon³² reverte um pouquinho mais quando abre algumas possibilidades para aquelas questões que o Chile discutiu. A participação em Durban passou a ser vista com um foco totalmente centrado no trabalho dos documentos da Conferência propriamente dita, sem uma preocupação maior com uma outra questão, que lá no início tinha nos mobilizado, que era a questão da visibilidade do Movimento Negro em nível internacional.

E o que Durban está provando³³ é que essa visibilidade não é garantida nos documentos que são produzidos na Conferência, mas pelo trabalho de mobilização que se faz junto à opinião pública internacional, que está presente no processo. O momento efetivamente mais forte para poder se criar essa possibilidade de dizer “nós existimos, nós estamos lutando e nós temos algum tipo de proposta de interesse para o mundo” foi o Fórum de ONGs³⁴, no entanto, justamente onde ninguém jogou a força política que deveria ter jogado. E aí os setores, que, ao longo do processo, se qualificaram e criaram uma competência para participar da Conferência Oficial, não foram, de nenhuma maneira, respaldados por um outro setor que, de alguma maneira, poderia ter tido a ação política militante que faltou durante o Fórum de ONGs.

De uma certa forma, essa presença brasileira em Durban, do Fórum de ONGs para cá, reflete exatamente as escolhas que foram feitas no processo de preparação. Deixou-se de lado essa possibilidade de ação conjunta do Movimento Negro ao longo do processo e é exatamente essa dimensão que fez falta aqui. Em Durban, faltou, realmente, visão estratégica de quem comandava esse processo. Outras pessoas podem falar melhor porque participaram dessa Aliança Estratégica Afro-Latino e Caribenha³⁵, que são os atores

³¹ Refere-se à Conferência Regional de Santiago do Chile.

³² Terceira PrepCon - Julho - 2001 de 2001 em Genebra.

³³ A entrevista foi realizada em Durban, durante a III Conferência Mundial.

³⁴ O Fórum de ONGs teve lugar em Durban, simultaneamente à realização da Conferência Mundial.

³⁵ A Aliança Estratégica Afro-Latino e Caribenha foi criada no processo de preparação à conferência.

que, no Brasil, mais diretamente se envolveram com esses processos oficiais. E se envolveram com isso de uma forma extremamente competente, diga-se de passagem. Mas houve um excesso de foco em um lado da questão. É que faltou, para a gente, a possibilidade de trabalhar com uma visão de complementaridade. O plano internacional e o nacional deveriam ser complementares. Mas, na cabeça das pessoas, essas coisas aparecem como se elas competissem entre si. Como se poderia ter inculcido, no Movimento Negro, essa ideia de complementaridade, se a atomização é o que define as relações? Quando um dos aspectos, por exemplo, que a gente tinha pensado dentro do Fórum e para o qual se trabalhou muito dentro dele e o CEERT, inclusive, deu muita força para a gente, nesse sentido pudesse, em nome do Fórum, mobilizar recursos para que se viabilizasse a presença de algumas pessoas aqui. E a gente, nesse meio tempo, falava, usava uma palavra-chave que era o seguinte: a formação de uma “delegação”.

Com os recursos que o Fórum mobilizou, cerca de 32 pessoas, talvez seja um pouco mais do que isso, puderam vir para cá. Se nós tivéssemos conseguido, pelo menos, esse núcleo de 32 pessoas mais as outras todas em volta lá, que conseguiram recursos de outras fontes não necessariamente do Fórum, se tivesse tido isso como um núcleo para garantir essa presença política para fora dos grupos de discussão, aqui na rua mobilizando a opinião pública internacional, eu acho que a gente teria feito essa complementaridade sem prejuízo absoluto, para ninguém, mas com ganhos objetivos para a população negra como um todo. E aí, o que acontece é uma ideia que eu acho difícil de ser elaborada assim, na frente de batalhas, mas basicamente tem a ver com o seguinte: sob muitos aspectos, ao se pensar a Conferência, se perdeu de vista quem são as populações alvo do racismo.

Foi constituída por organizações não governamentais negras do Brasil, Uruguai, Colômbia, Equador, Venezuela, Porto Rico, Chile.

Sueli Carneiro

Nós financiamos a realização de um seminário nacional da CONEN, com vistas à Conferência, dentro da ideia de mobilizar e de começar a capacitar a militância para compreender o processo da Conferência. Trouxemos, para esse seminário de dois dias, que aconteceu em Belo Horizonte, representantes do International Human Rights Law Group, o pessoal que detinha o máximo de informação. Depois, se organizou um *workshop* aqui em São Paulo com Gay McDougall³⁶, que fez um cursinho rápido. Inicialmente, estava previsto que ela iria visitar mais lugares, mas acabou ficando só em 2 ou 3 Estados. Privilegiaram-se lideranças de Estados nos quais ela não iria passar. Foi um *workshop* muito esclarecedor, porque ela, como a segunda pessoa mais importante no processo da Conferência, depois da Mary Robinson³⁷, sinalizou muito claramente onde é que deveríamos jogar força – na questão estratégica do Chile –, porque havia, também, a questão de uma Conferência Nacional, governamental que já estava sendo sinalizada.

Ela enfatizou que uma Conferência Nacional tem peso mínimo no contexto das negociações, portanto, o que quer que nós pudéssemos conquistar, teríamos que fazê-lo dentro da Regional. Porque seriam os documentos das Regionais que seriam levados em conta. Uma Conferência Nacional poderia ter uma importância local, mas não teria impacto nenhum no plano internacional. Isso também fortaleceu a visão de jogar força no Chile e em ter um resultado positivo.

Esse período foi todo um processo de mobilização, cujo objetivo estratégico era constituir a plenária de agosto, em que o Movimento Negro tiraria uma executiva que, em princípio, se encarregaria de construir o processo até a África do Sul. Então, se

³⁶ Gay McDougall é diretora-executiva do International Human Rights Law Group (Grupo Internacional de Advogados pelos Direitos Humanos).

³⁷ Mary Robinson - Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos e Secretária-geral da III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância.

constituiu uma plenária e se buscou dar um contexto político para ela. Gay McDougall veio e fez a abertura. Saiu a Executiva, formada por sete organizações nacionais, ou oito. Teve-se uma postura de que, na plenária, estivessem presentes todas as forças políticas e que a executiva fosse a mais representativa possível do conjunto do Movimento e com a responsabilidade de levar o processo até a África do Sul. Feita a plenária, se espera o Chile. A plenária foi em agosto e o Chile era em dezembro. Então, começou todo o processo de organização da presença afro-brasileira.

Nesse momento, emerge também a articulação nacional de ONGs de mulheres negras, que começa a fazer toda uma mobilização, com um encontro nacional em setembro. A articulação de mulheres negras também se encarregou de assegurar uma presença significativa de mulheres negras na Conferência do Chile. Essas duas iniciativas conseguiram produzir a maior delegação estrangeira presente no Chile. O Brasil teve um protagonismo extraordinário nisso – em especial, as mulheres negras – e grande responsabilidade nos resultados da Declaração e do Programa de Ação do Chile.

O Movimento Negro deu salto qualitativo no processo organizativo da Conferência de Durban. Se nós vamos ter competência e maturidade para dar esse salto, aí é o futuro que irá dizer. Houve um equívoco grande na plenária. Acho que aquele era o momento de se dar esse salto. Refiro-me à plenária que clogou a executiva. Ali foi cometido um erro político grave, que conspira contra essa possibilidade. Com essa II Plenária³⁶, nós estamos fazendo uma nova tentativa. Na verdade, nós perdemos quase um ano.

Há uma perda grave neste processo, que é o recuo do Edson Cardoso. Ele foi o grande mobilizador no plano nacional e, praticamente, construiu aquela plenária com um esforço de militância, de dedicação grande e exclusiva, para conversar com todas essas forças políticas. Ele viajou o país inteiro, tentando sensibilizar

³⁶ II Plenária Nacional de Entidades Negras, realizada em maio na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

as pessoas para essa oportunidade que a Conferência colocava e conseguir trazer todo mundo para aquela plenária. Muitas pessoas contribuíram para o processo, mas, sobretudo, o esforço pessoal dele e a habilidade que ele teve naquele momento de trazer todos, dialogar com o Movimento NegroU, CONEN, APNs³⁹ e fazer uma plenária. Não sei com detalhes, mas alguma coisa houve, uma contradição brutal que se colocou no resultado que promoveu o afastamento dele. A gente deixou de contar com esse elemento altamente dinamizador, que ele foi. A executiva foi eleita pela Plenária, mas não conseguiu assumir esse protagonismo, cumprir o seu papel. E se passaram oito meses, quase de imobilismo e de inércia e só as organizações que já têm papel muito claro e definição muito precisa em relação à Conferência, se mantiveram ativas.

Então, o que vai acontecer no Rio de Janeiro, a meu ver, no próximo fim de semana, é tentar construir aquilo que deveria ter sido construído há quase um ano atrás e cumprir o papel. A ausência do protagonismo dessa executiva permitiu que o Governo tomasse a dianteira no processo da Conferência. Na ausência de lideranças, o Governo avançou na direção de propor uma Conferência Nacional. Com a criação do Comitê Nacional, ele foi tomando a dianteira e a gente perdeu, no processo, aquela capacidade de pressão e interlocução mais crítica, que se tinha conquistado junto ao Comitê Impulsor.

No plano do Brasil, essa Conferência de Durban deixa claro que a questão racial só diz respeito ao negro neste país e que nós estamos por conta própria. Não existe nenhum setor significativo da sociedade brasileira, que se importe com a Conferência, que vá se envolver com ela, que não tem, inclusive, apoio das agências de financiamento, como outras conferências tiveram. É, fundamentalmente, a Fundação Ford, sustentando essa Conferência, enquanto, por exemplo, na Conferência de Beijing, as agências batiam nas portas, oferecendo financiamento para as mulheres participarem.

³⁹ APNs-Agentes de Pastoral Negros. Grupo de militantes antirracistas ligados à Igreja Católica, com sessões em quase todos os estados brasileiros e intensa atuação especialmente nos anos 1980 e 90.

A única força política que, de fato, vem apostando contribuições e apoio para essa Conferência é o movimento feminista.

O movimento de mulheres teve um protagonismo importante no Chile, de apoio e de disponibilizar seu conhecimento nessas esferas. E agora, timidamente, começa o processo de diálogo com as principais ONGs na sociedade civil brasileira, no sentido de que estas se comprometam um pouco mais. Há um absoluto desinteresse, uma deliberada invisibilização da Conferência pelos meios de comunicação, pelo Governo. Eu acho que o Brasil espera é conseguir passar por esse negócio, com o mínimo possível de ruído, de tudo o que está sendo feito nessa direção.

Regina Nogueira⁴⁰

Nós, da Coordenadoria Estadual da Mulher, tivemos a informação da Conferência em 1997. Nós fomos ao Uruguai, numa ação com o Mundo Afro e o Romero⁴¹. Nós apresentamos, então, início de 1998, no Fórum Estadual de Entidades Negras, um programa que se chamava “Programa Raça 21 Afrodescendente”, e que tinha a justificativa em três pilares: o fato de vir o censo do ano 2000, o final do século com o início do século XXI e a Conferência Internacional da África do Sul.

Está escrito, no documento do Comitê Afro Mundial, que o Fórum Social Mundial deveria apoiar a luta antirracista através da Conferência. O grande momento do Rio Grande do Sul, em termos de conferência antirracismo, é este, que a gente consegue fazer uma articulação e sai no documento do Fórum Social Mundial a questão de que ele se posicione a favor da questão da Conferência. Não houve plenária no Rio Grande do Sul, não houve retirada de delegados; as pessoas foram e se intitularam delegadas.

Nós temos, dentro do Rio Grande Sul uma instituição

⁴⁰ Titular da Coordenadoria Estadual dos Direitos da Mulher, do Rio Grande do Sul.

⁴¹ Romero J. Rodrigues – Diretor geral de Mundo Afro – Montevidéu – Uruguai. Referido por todas as como dos mais importantes articuladores da Alianza Estratégica Afro-Latina e Caribenha

fortíssima que é o Maria Mulher⁴², a instituição mais antiga de mulheres negras do Estado - que faz parte da articulação nacional de mulheres rumo à Conferência e que fez uma oficina no Fórum Social Mundial, preparatória para a Conferência. Tem, também, o preparatório puxado pelo CODIM – Conselho Municipal da Mulher. O CODENE⁴³, por sua vez, disse que era uma ação vinda do Governo Federal e que o CODENE não entraria. Aí, passa a ser uma decisão também deste Governo e não entra nem o Conselho da Mulher nem a Coordenadoria da Mulher. E aí, é o único encontro que é feito só com o CODIM e instituições que somam-se a esta ação do Conselho Nacional da Mulher. É um momento importante, reúne quase 200 mulheres aqui do interior.

Todos os momentos em que vieram iniciativas para se discutir isso, o Governo do Estado esteve fora dessa discussão. Daí é que acontece este encontro, que é o primeiro Encontro de Mulheres Negras do Fórum Estadual de Entidades Negras, para discutir a Conferência e para retirar delegadas para o III Encontro Nacional de Mulheres. Teve dois encontros: um, puxado pela Articulação Nacional de Mulheres Negras rumo à Conferência e o outro, puxado pelo Fórum Estadual de Mulheres Negras.

Nós, da Coordenadoria Estadual da Mulher, apoiamos o encontro, com infraestrutura, cartazes, divulgação. Foi um sacrifício para mim, porque não pude falar no encontro todo. Isso é uma coisa séria, que é o respeito. Eu sou uma militante, mas estou no Governo e a minha tarefa, como Governo, é ir lá e ouvir o Movimento e não fazer a disputa com a minha ideia por dentro desse Movimento. Temos o projeto da anemia falciforme, que foi esta coordenadoria que apresentou. Então, nós temos, hoje, 212 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, que aderiram ao diagnóstico precoce da anemia falciforme. Nós temos um Estado com 13% de negros e já temos registrados 500 casos de portadores.

⁴² Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, de defesa dos Direitos Humanos das populações marginalizadas, especialmente afrodescendentes.

⁴³ CODENE – Conselho de Desenvolvimento do Negro. Órgão do Governo estadual-RS.

Temos um critério de ação afirmativa no projeto de qualificação profissional, que é o critério de desempate para a qualificação, se for mulher, se for negro, se for índio. Então, a gente está apresentando esta proposta. Nós temos a proposta de família cidadã, que também tem recortes de inclusão, tem como critério para receber o dinheiro da renda mínima se for mulher, se for negro.

E nós estamos apresentando a questão do Rio Grande do Sul, que não constava como tendo terras de remanescentes de quilombos no Brasil e já foram diagnosticadas 43 terras de pretos, como são chamados no Rio Grande do Sul. E seis já entraram no esquema de reconhecimento das terras. Isso vai ser levado pelo Governo do Estado para a África do Sul, num caderno trilingue.

Edson Cardoso

Nós voltamos ao Brasil, depois de Genebra (na I PrepCon), para tentar, de algum modo, fazer com que o Governo compreendesse que o Movimento Negro não estava interessado em não trabalhar responsabilmente em uma preparação para uma Conferência. O que nós queríamos era um calendário, em que a Conferência começasse no Brasil. Como nós tínhamos mais de um ano até a Conferência, tínhamos condições de ter um roteiro. Um mínimo de coisas factíveis, possíveis de serem assumidas pelo Governo. Assim que nós voltamos, marcamos uma audiência com o Ministro da Justiça, através do Hélio Santos, e explicamos o que havia acontecido em Genebra e quais eram as reivindicações do Movimento Negro. As reivindicações saíam de uma plenária. Antes disso, ninguém estava autorizado a negociar como Movimento Negro. Esta história de toda pessoa negra que o Governo encontra para conversar, falar que é representante do Movimento Negro tem que acabar. Temos que definir interlocutores. Não sabíamos quem iria sair e nosso papel era levar até a Conferência e ali sair um corpo de uma executiva com um documento reivindicativo e que sentasse para negociar com o Governo um calendário mínimo

de realizações para a Conferência, realizada em São Paulo no dia 22 de julho.

No princípio, havia uma expectativa do Governo sobre qual era a correlação de forças e que, na verdade, ele teria uma margem de negociação. Como isso não acontece, o que sai da Conferência de Durban é um fiasco total. E, a partir daí, aquilo vai se diluindo e o Estado vai tomando a iniciativa. Você vai ter senador fazendo safári na Conferência Mundial. Pergunte se essa turma procurou as organizações políticas da África do Sul no período da Conferência? Pergunte se foi traçado – como queria o Comitê Impulsor – um programa paralelo para militância negra na África do Sul, que significasse politização, conhecimento da realidade histórica da África do Sul, dos problemas enfrentados para democratizar uma sociedade como aquela, de qual a trajetória de luta do Congresso Nacional Africano e quais os impasses daquele momento histórico. Na verdade, o comportamento irresponsável, que mantiveram ao longo de toda preparação, se atrelando àquilo que o Estado queria, vão ter na própria Conferência.

A grande intervenção desorientadora do Estado na preparação da Conferência foi ressaltar a questão das cotas. A partir daí, a coisa da cota cresce. A partir da plenária de 22 de julho, eu me afasto, mas sei que vão ter reuniões nos Estados – já simbiose do Movimento Negro e Governo. Não se tem mais movimento de pressão para fazer aqui e agora. Mas, sim, levantamento, diagnóstico. O Governo procurou ler a Conferência de trás para diante. Porque, como o tema da Conferência era Conferência Mundial de Combate ao Racismo, as desigualdades raciais, discriminação racial e todas as formas de discriminação e formas conexas de intolerância, ele lê o final, pega as formas conexas. Mas, formas conexas são formas relacionadas ao tema principal. Para o Governo não. São formas relacionadas que possam ser aproximadas dessa temática. Aí, toca trazer o que ele pode trazer e jogar para criar confusão.

Isso tudo servia para encobrir a temática do negro. Quantos ciganos você conhece? De repente, você ia para uma mesa para estar

dividindo espaço com ciganos de igual para igual. Quando, na verdade, a desproporção, a inserção histórica, a dimensão para a sociedade brasileira de qualquer problema que o cigano possa ter aqui não tem nada a ver com os problemas vivenciados pela população negra há cinco séculos. Mas criava confusão, diversificava. E, com isso, o negro ia encolhendo o seu espaço. Essa foi uma estratégia também. Mas o que o Governo usou muito bem foi a coisa das cotas. Por um lado, o Governo começou a apontar, sinalizar que poderia vir a tomar uma medida do tipo cota e aí o Movimento Negro entrou nessa canoa de só falar de cota, que é a melhor maneira de não fazer, fingindo que está fazendo alguma coisa. Inclusive, só falando sobre isso.

Henrique Cunha Júnior⁴⁴

O Governo brasileiro, em seu conjunto, poderia ter dado um salto de qualidade relativo às relações étnicas no Brasil. No Projeto Palmares, isso seria um trabalho a ser realizado o ano todo. Íamos visitar Ministério por Ministério. Em cada um dos Ministérios, nós íamos mostrar o relatório da Conferência e convidaríamos os ministérios a formar, realmente, um setor de negros dentro deles, nas questões específicas que estavam colocadas ali. É o que poderia ser a grande vantagem do Governo brasileiro na África do Sul, não chegar fazendo proposta para os outros, mas chegar dizendo: "Estamos fazendo uma mudança, já instituindo essas coisas".

As pré-conferências⁴⁵ fizeram uns amarros nesse sentido: casar melhor políticas elaboradas pelos movimentos. Mas, também, havia uma negociação que não casava muito bem. Tanto de posições fundamentadas, como de documentação. Se nós fômos apoiar

⁴⁴ Professor Titular da UFC. No ano de 2000 Coordenou o GT na Fundação Palmares para elaboração de um plano de ação daquele órgão visando sua participação na preparação brasileira para a Conferência Mundial. Foi convidado por Dulce Pereira, então Presidente da Fundação Palmares, oficialmente designada para dirigir o processo preparatório no âmbito governamental, até seu afastamento em meados de 2000.

⁴⁵ As pré-conferências foram realizadas pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH) nas cidades de São Paulo (6 de novembro de 2000), Salvador (20 de novembro de 2000) e Belém (10 de novembro de 2000). Maiores informações consultar os "Anais dos Seminários Regionais Preparatórios para a Conferência Mundial contra o Racismo", organizado pelo Ministério da Justiça (2001).

alguma atitude do Governo brasileiro na África do Sul, que ela seja embaçada. Acho que só um certo grupo, dentro do conjunto das Entidades Negras, está embaçada para ir para a África do Sul.⁴⁶ Tem muita gente indo no bolo, participa de tudo que é reunião, mas não lê os documentos internacionais, nem os traduz em seu conjunto.

Dentro do processo, na Palmares, eu pretendia fazer a tradução de todos os documentos. O conjunto precisava estar conhecendo todos os documentos. Há uma produção muito importante de negros na Inglaterra, na Holanda, na França. São pontuações que estão discutindo o mercado de trabalho europeu. A questão fundamental dos afrodescendentes da Europa é a imigração. Eu acho que o Comitê não tem se aparelhado suficientemente para a discussão internacional, para poder estar interagindo com as questões brasileiras e poder estar formulando uma boa postura do Governo brasileiro para a questão da Conferência. O projeto de trabalho foi perdido e é uma grande pena ter sido perdido. Ele era um projeto bastante amplo que permitia uma articulação nacional, internacional e de liderança.

A Conferência não é só Estado. Por que o projeto da Palmares tinha tantas viagens? Por que a gente ia à Jamaica, à Costa Rica, ao Equador? Você tem que costurar todos esses organismos e conversar com dúzias de pessoas que põem dinheiro, possuem condições políticas, campos de influência para você costurar uma Conferência em determinado lugar. O Movimento Negro, no conjunto das articulações, acordou muito tarde para a questão da Conferência. Fora algumas lideranças que viajam até bastante, entretanto, no conjunto, temos articulado mal o campo internacional.

SOBRE O COMITÊ NACIONAL

Criado por Decreto-Lei do Presidente da República, expressamente, para ser o órgão responsável pela preparação brasileira para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, foi

⁴⁶ Entrevista realizada antes da III Conferência em Durban.

composto por membros do Executivo, Legislativo e Judiciário, membros da sociedade civil – lideranças negras, políticas, culturais e religiosas – e uma liderança indígena. “O Comitê Nacional foi encarregado de coordenar o processo de discussão dos temas substantivos da Conferência e sistematizar as contribuições dos órgãos governamentais e de movimentos da sociedade civil interessados na temática da Conferência.”

Hélio Silva Júnior⁹⁷

Na primeira reunião de instalação do Comitê, eu compartilhei com os meus companheiros do Movimento Negro que a minha motivação para a participação no Comitê não se restringia à elaboração de um documento ou a criação de condições para uma boa performance do Brasil na III Conferência. O Comitê se apresentava como a última esperança de que a gestão Fernando Henrique Cardoso pudesse adotar políticas concretas no plano interno, como uma lição a ser dada ao mundo de um jeito brasileiro de enfrentar a questão racial.

Podemos dividir nossa preocupação em duas dimensões: a primeira, de conectar a discussão sobre o processo preparatório, com uma mobilização interna dentro do Governo, mas especialmente no campo do Movimento Negro. A Conferência permitiu ao Movimento Negro retomar a iniciativa política que nós havíamos perdido com a Marcha Zumbi dos Palmares pela Igualdade e pela Vida que fizemos em 1995. Este interregno de 1995 até 2000 foi um período em que, praticamente, o Movimento Negro não conseguiu retomar a iniciativa política da primeira metade dos anos 1990.

E a outra dimensão, onde a preocupação era fazer com que o Comitê expressasse um conjunto de discussões, de formulações

⁹⁷ Coordenador do CEERT-Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, Organização Negra de São Paulo. Doutor em Direito. Na época assessor do Comitê Preparatório Nacional. Um dos redatores do Relatório levado pela Delegação Oficial para DURBAN.

que tiveram início com a entrega do documento que os dirigentes da Marcha [de 1995] fizeram ao Presidente da República, com um Grupo de Trabalho Interministerial pela Valorização Negra, presidido pelo professor Hélio Santos. Algumas tentativas de interlocução que o Movimento Negro havia feito com o Governo Fernando Henrique e que haviam malogrado. O Comitê poderia suprir, de alguma forma, esta ausência de um canal de interlocução e, quem sabe, até favorecer a adoção de medidas.

A gente deveria chegar à África do Sul relatando a experiência de medidas que ele já adotara antes da III Conferência. O final da Conferência iria coincidir com o começo da disputa das eleições presidenciais, que é um período em que, inevitavelmente, qualquer governo se mobiliza e governo mobilizado para outras áreas não iria se mobilizar especificamente para a questão racial.

Eu entendo que, do ponto de vista de se criar uma interlocução com a sociedade civil e “vitaminar”, “turbinar” o Movimento Negro, de ter um gancho que possibilitasse as pessoas se reencontrarem e criarem espaços de diálogos, a III Conferência cumpriu papel importante. Mas a segunda expectativa que nós tínhamos em relação ao Comitê resultou malograda. Eu tenho dito, publicamente, do indiscutível empenho do Embaixador Gilberto Sabóia e do Professor Roberto Martins, que fez um esforço extraordinariamente grande e ousado à frente do IPEA de produzir dados que pudessem sustentar o discurso da necessidade de políticas específicas para enfrentar as desigualdades raciais no Brasil. A despeito deste esforço, o núcleo central do Governo Fernando Henrique permanece absolutamente indiferente à questão racial no Brasil, muito embora, a existência do Comitê Nacional tenha tornado viável a realização de uma Conferência Nacional.

O Comitê Nacional foi criado pelo Governo brasileiro. Nós temos duas organizações indígenas que estão participando, uma do Acre e outra do Paraná. E eu sou suplente do presidente da FUNAI. Assim que esse Comitê foi montado, a ideia era que a FUNAI, também, tivesse como representante um índio. Isso não foi possível, já que, no processo de organização da articulação indígena, nós ainda estamos trabalhando com a possibilidade bem próxima de termos um índio na presidência da FUNAI e, aí, então, a gente quer fazer com que o Governo seja, realmente, representado pelo indígena. É um trabalho que nós estamos fazendo com mais veemência, este ano, em função desta Conferência, já que, por exemplo, a Fundação Palmares, que representa a cultura negra, tem um negro na sua presidência.

O processo da participação nossa dentro do Comitê é um processo restrito à oficialidade, aos princípios de governos institucionais, mas isso não significa que os índios não estejam se mobilizando de maneira alternativa, para levar adiante as conquistas necessárias para assegurar esses direitos básicos: o direito à vida, à dignidade e o direito de ser o que são. Então, uma das conquistas que a gente já teve, dentro desse processo articulado, primeiro, entre as organizações indígenas brasileiras e os índios não brasileiros – aí, a gente considera importante o papel da ONU – foi o reconhecimento de uma credencial, que sempre existiu, que é a credencial de não mais índios simplesmente, mas, povos indígenas, que é uma realidade brasileira. Basta a gente convocar esses três representantes do Comitê que a gente vai ver que são povos distintos. Agora, o Governo brasileiro está assimilando em termos oficiais, mas não ainda em termos legais. Nas recomendações das leis brasileiras, isso ainda não é possível porque há o entendimento de que, a partir disso, você pode assegurar uma série de fatores inovadores. Nas várias instâncias preparatórias para a Conferência na África, nós temos nos articulado bastante com índios não brasileiros, para que a gente possa fazer uma carta de recomendação.

⁴⁸ Um dos principais expoentes entre as lideranças nacionais do Movimento dos Povos Indígenas. Na época, assessor para assuntos indígenas da FUNAI.

Hoje, aqui em Genebra, dia 29 de maio, II PrepCon, os índios tiveram um encontro com o Embaixador Sabóia. Então, foram apresentadas várias reivindicações para serem incluídas nesse projeto da ONU, que vai ser levado para a África do Sul. Claro que nós sabemos que isso não depende, exclusivamente, deste ou daquele embaixador ou corpo diplomático, mas, sim, de uma série de *lobbies*. Então, cada índio, por exemplo, do México, vai estar fazendo isso com o seu governo, na Nicarágua e assim sucessivamente. Isso também não assegura estas conquistas, mas nós estamos batalhando, fazendo esse *lobby*, para que a gente possa andar. Isso no campo oficial. As organizações indígenas vão se mobilizar, para estarem na África do Sul.

É nesse raciocínio, a gente começa a verificar quem são os aliados, das formas alternativas, porém, legítimas de militância, onde temos exatamente a comunidade negra. Construir uma aliança entre negros e índios gera, então, o grande compromisso. Enfrentar as grandes discriminações, os grandes preconceitos. Aí, a dificuldade das Nações Unidas de estabelecer esta forma realista de que os índios e os negros não desapareceram, apesar de todo o massacre existente. Não desapareceram por causa da cultura e da espiritualidade. Hoje, se a gente quer construir aquilo que todo mundo diz, – em vários lugares do mundo –, um mundo melhor, a gente tem que passar pelo reconhecimento – oficial, inclusive – da discriminação, contra a mão de obra do homem indígena e do homem negro. Estamos trabalhando junto com a comunidade indígena no sentido de educar o homem branco. Educar as futuras gerações, para que a gente passe, realmente, a construir uma sociedade com mais condições, de a gente poder ter essas diferenças e que elas não possam significar separação, ódio.

Nesse sentido, a gente trabalha, também, com as crianças indígenas, para que elas possam compreender que o poder de comunicação do homem branco é muito veloz e a gente precisa se preparar, também, para que se possa resguardar a sua identidade original. Eu venho a convite e por recomendação do Ministro da Justiça, apesar de ser suplente da Fundação Nacional do Índio.

Por outro lado, as organizações pró-índio, no Brasil, não estão promovendo este tipo de debate, que seria a caminhada mais legítima. Nós vamos fazer presença com uma discussão um pouco mais avançada. Primeiramente, fazer um encontro afro-indígena no Mato Grosso, quando nós pretendemos reunir 150 indígenas com mais 150 da cultura negra, para a gente estabelecer uma estratégia, até mesmo comum.

E a gente espera que estas recomendações sejam base para a Conferência Nacional, que vai ter no Rio de Janeiro. Quanto à participação efetiva na África do Sul, a gente depende, porque demanda custo operacional. E a gente depende de saber quem são os patrocinadores. Vamos fazer força para que o Governo brasileiro banque algumas dessas lideranças. Não sei, ainda, quem poderia estar participando dessa comissão indígena, porque a gente também não pode trazer uma liderança indígena que não tenha o conhecimento desses programas. Não que elas não sejam legítimas, mas porque a instância de negociação, de debates aqui fora, é muito diferente. E também muito rápido. Em uma semana ou duas, você tem que dar conta de pelo menos inglês e espanhol.

Benedita da Silva⁴⁹

Eu fui convidada a estar no Comitê Nacional. Mas, como uma militante, eu não queria pura e simplesmente assinar embaixo. Então, procurei, primeiro, me respaldar partidariamente. E coloquei para o meu partido que eu não gostaria de estar como uma personalidade, como uma representante da sociedade civil, porque eu era uma militante e, como militante, nós temos vários segmentos. Eu não poderia, sem delegação dos segmentos, me fazer representar. Então, eu estaria na condição de Governo nesse Comitê Nacional. O Governador [Anthony Garotinho], através de um decreto, me colocou com essa competência, o meu partido tomou conhecimento e só depois eu aceitei o convite.

⁴⁹ Na época, Vice Governadora do Rio de Janeiro. Presidenta do Comitê Nacional e da Conferência Nacional Brasileira Preparatória da Conferência Mundial Contra o Racismo.

A III Conferência Mundial teve, no Brasil, dois momentos: um, em que a coordenação estava com a Palmares e que eles tinham pensado a Conferência sob o ponto de vista de várias conferências temáticas. Em um segundo momento, quando a coordenação passa à Secretaria de Direitos Humanos, começa a se constituir um Comitê Nacional. Ele teve um componente religioso (o pessoal da Igreja Católica – o bispo, o reverendo –, uma mãe-de-santo – Mãe Estela); teve uma composição do Movimento Negro mais tradicional de São Paulo e Rio e algumas figuras proeminentes. Da parte do Governo, a novidade foi o surgimento do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada). O IPEA nunca tinha participado de qualquer debate deste tema. Na primeira reunião do Comitê, o Roberto Martins apresentou um diagnóstico que foi tão impactante que, a partir daquele momento, só se falava em definir prioridades. E foi consenso, dentro do Comitê, que a educação deveria receber um tratamento diferenciado. E isso implicaria numa articulação com o Ministério da Educação, onde houve uma boa reunião com o Ministro. Infelizmente, não teve continuidade.

O próprio Embaixador Sabóia, presidente do Comitê, passou a ter dificuldades até de agendar uma nova reunião com o Ministro da Educação e a sentir dificuldades de articular o ingresso do Governo para implementar as políticas nas diferentes áreas. Há uma tendência forte, no Governo, em entender a III Conferência como um evento isolado e há uma outra do Comitê, de transformá-la numa possibilidade de fazer uma agenda objetiva, completa. Não só se preparar para o evento mundial, mas aproveitar para poder executar políticas. Evidentemente, ao se confrontar estas duas posições, a posição vencedora não tem sido esta mais avançada, tem sido a outra. A Conferência surge nesse binômio. A outra coisa, delicada, é que nós, do Movimento Negro, não cometemos mais os mesmos erros que havíamos cometido no

²¹ Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Na época, assessor Especial da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

passado. A gente conseguiu trabalhar numa posição de unidade, de forma que o que nos interessa são as políticas públicas.

Azelene Kaigang²¹

Todo o processo de estruturação do Comitê, todo o processo de discussão antes da Conferência Nacional no Rio de Janeiro, foi muito importante para nós, na medida em que o Comitê Nacional foi o primeiro espaço em que os próprios índios foram seus interlocutores. Na medida em que nós tivemos espaço para falar com as instâncias de Governo, coisa que a gente nunca teve acesso. Falar sobre nossos problemas e as nossas angústias, as questões que refletem nossa triste realidade depois de 500 anos de massacre, de sofrimento, de espoliação de nossos territórios.

Uma das grandes questões, das grandes bandeiras nossas do Movimento Indígena é a mudança da legislação indigenista brasileira. O Estatuto do Índio, que está em vigor, é uma lei da época da ditadura, de 1973. Ali, está contido, na sua essência, que o Estado brasileiro deve proteção aos povos indígenas porque eles são incapazes e o código civil brasileiro, em seu artigo sexto, também afirma – por sinal, agora está em revisão. O que o Estado brasileiro, o Governo brasileiro quer dizer com uma legislação como essa, que, para que eu seja considerado cidadão plenamente capaz, tenho que perder minha identidade de origem. Ou seja, para que seja considerado cidadão plenamente capaz de raciocinar, ser responsável pelos meus atos, ser interlocutor do meu povo, eu tenho que desaparecer.

O que significa integração para nós é, na verdade, perdermos todo o patrimônio cultural de mais de 215 povos diferentes que, falam mais de 180 línguas e que ocupam 12% do território nacional.

²¹ Socióloga, membro da delegação oficial brasileira, representando o Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil.

Já somos invisíveis quanto à cultura, então eu acho a legislação indigenista, a lei 6001 de 1973, extremamente preconceituosa e discriminatória. Não se pode dizer que o Brasil pensa em combater a discriminação racial com relação aos povos indígenas sem, antes, mudar a legislação, que, por si só, é discriminatória.

Essa é a nossa grande bandeira, que o Estado brasileiro continue, sim, nos dando proteção até pelos massacres e perdas históricas que nós sofremos, como compensação pelas perdas físicas, culturais, territoriais. Eu acho que o Estado brasileiro deve isso para a gente. Então, é isso que nós queremos, que ele mude essa legislação, que nos considera relativamente incapazes. Por termos diferentes, nos chamam de incapazes. Na verdade, nós temos outras formas de vida, outros valores, outros conceitos, que são, necessariamente, uma sociedade não útil e, por causa desses conceitos específicos, a partir do olhar indígena, nos consideram incapazes.

O Brasil tem que se reconhecer como um país multicultural, um país poliétnico. A partir do reconhecimento dessas diferenças é que o Brasil vai ser democrático e pensar em falar em combater a discriminação. Então, eu acho que isso representa muito mais uma conquista nossa. Queremos ser identificados como povos. É puramente uma questão de identidade e graças ao trabalho que nós realizamos no Comitê Nacional em debate com todo o Movimento Negro. Aliás, surgiu uma aliança muito importante do Movimento Negro com os indígenas e com os homossexuais. A Aliança Afro-Indígena, hoje, é concreta. Hoje, ela existe e nós não queremos nem pós-Conferência Nacional, nem pós-Conferência Mundial. Não podemos deixar que essa aliança desapareça ou se dilua nesse processo de cobrança, de discussão.

Graças a esse espaço, que surgiu no Comitê, nós conseguimos fazer um trabalho de convencimento junto ao Itamarati. Foi o Itamarati que formou a opinião com relação à denominação de povos indígenas em nível internacional e se aceita, ou não, em nível nacional. Ele é quem faz essas recomendações e, graças ao trabalho que a gente fez, hoje, o Itamarati se convenceu de que a nossa reivindicação não

tem nada a ver com ameaça à soberania nacional. Foi uma conquista nossa, agora é só incorporar isso à legislação indigenista e tomara que a gente consiga aprovar nova legislação indigenista que deixe de ser preconceituosa e que, finalmente, nos considere cidadãos indígenas e brasileiros.

A CONFERÊNCIA REGIONAL DO CHILE

Conferência Preparatória das Américas, de caráter oficial, realizada de 5 a 7 de Dezembro de 2000, em Santiago do Chile. Nos dias 3 a 4, foi realizado um Fórum de ONGs, A Conferência Cidadã.

Sueli Carneiro

O fato de a Conferência Regional não ser no Brasil – até porque ficou um grande período de indefinição para onde ela iria – fez com que as organizações do Uruguai se oferecessem. Até porque o Uruguai é sede de uma das redes de organizações negras da região. Mas houve toda uma pressão e despacharam a Conferência das Américas para o Chile, um país com uma baixa população negra. Começou todo um processo de mobilização, para tentar construir, no Chile, o que seria feito aqui – com maiores dificuldades – por ser um país sem tradição, não se ter bases para as organizações negras trabalharem lá.

A Rede Latina convocou uma reunião em Porto Rico e lá se definiu a criação de uma aliança estratégica de organizações afro-latino-americanas e caribenha pró III Conferência⁵². Tirou-se uma Declaração de líderes afro-latinos e ela foi o detonador do processo de diálogo da Aliança com as organizações no Chile. Compõem a aliança 22 instituições, envolvendo federações e redes de todos os países do continente. Esta aliança entrou para o Comitê de Gerenciamento e Distribuição das Becas [bolsas de auxílio para participar na Conferência]. A Aliança entrou como

⁵² Alianza Estratégica Afro-Latina e Caribenha.

co-coordenadora do Fórum paralelo⁵³, negociou o temário da Conferência e conseguiu, politicamente, que a questão dos afrodescendentes fosse um eixo fundamental da Conferência. A primeira providência da Aliança foi conseguir que, na Conferência Cidadã [no Chile]⁵⁴, as questões negras, afrodescendentes e indígenas fossem tratadas como grupos prioritários – as vítimas fundamentais das práticas de racismo, discriminação, xenofobia e tudo o mais – na região para constituir o temário da Conferência.

A Aliança conseguiu reverter esse cenário que o GRULAC⁵⁵ havia colocado no seu documento, e reverter a invisibilidade e colocar a questão dos afrodescendentes como eixos norteadores do Fórum Paralelo e, depois, montar um *lobby*, para que isso se concretizasse e que a temática estivesse presente no documento final da própria reunião governamental das Américas. O resultado final do documento reflete bem a vitória que tivemos. É um documento extraordinário que reconhece e condena o passado colonial; que reconhece a persistência das práticas discriminatórias e associa, claramente, pobreza e racismo no Continente. Ou seja, por mais “letras mortas” que estes documentos possam ser, eles são históricos, porque rompem radicalmente com a tradição de escamotear a problemática na região. A Aliança consegue romper com essa tendência, que havia, de ver a Conferência das Américas⁵⁶ como uma Conferência da questão indígena.

Iradj Roberto Eghbari⁵⁷

Então, decidimos [os Bahá'í]: nós vamos entrar no processo e o primeiro passo foi organizar, em parceria com o ENZP-Escritório Nacional Zumbi dos Palmares, um Seminário, que chamamos

⁵³ Todas as Conferências Mundiais motivaram a organização, praticamente no mesmo período, proximidades e realização simultânea de Fóruns Paralelos, constituídos por organizações não governamentais. Mecanismos políticos e institucionais de variado tipo foram criados para permitir interações entre os agentes desses fóruns e os organizadores das Conferências Oficiais.

⁵⁴ Esse foi o título designado para o Fórum Paralelo da Conferência Preparatória Regional das Américas, realizado em Santiago do Chile, em Dezembro de 2000.

⁵⁵ Instância de Articulação Diplomática de Países da América Latina e Caribenhos junto às Nações Unidas.

⁵⁶ Conferência Regional das Américas de Santiago do Chile.

⁵⁷ Membro representante da Comunidade Baha'í-Brasil.

Mecanismos de Promoção da Igualdade, e, logo depois, a Conferência Regional. A comunidade Bahá'í tem uma longa experiência de participação em conferências mundiais. Não na comunidade brasileira, mas é um *knowhow* da comunidade Bahá'í como um todo. Tínhamos esse *knowhow* e a oportunidade de botar isso a serviço da causa do Movimento Negro. Nos Seminários dos Especialistas, a gente pode mapear coisas, ajudar companheiros nossos, que não sabiam inglês, não tinham boa comunicação em espanhol. Os companheiros do Movimento Negro identificaram a comunidade Bahá'í como uma boa interlocutora com o Governo. Nós tínhamos uma amizade boa com o chefe da delegação brasileira no Seminário de Especialistas. A partir de Santiago, que foi a Conferência Regional, consolidou essa nossa participação e começamos a travar contatos mais operacionais, não no campo meramente diplomático. Trabalhar pela promoção da igualdade, de forma prática. Com o ENZP, nós temos uma parceria de apoiar jovens advogados negros, para que eles possam ter uma pequena bolsa de estudos e poderem dedicar-se a concursos. Começamos com um, há seis meses.

Gabriel BAHÁ'ÍSM

A Conferência do Chile foi onde realmente se concretizou esse trabalho conjunto com as ONGs. Eu queria até ressaltar mais o trabalho das mulheres. No Chile, da delegação brasileira, que era de 170 a 180 pessoas, a maioria tinha interesse de ficar mais no salão, que era onde se faziam depoimentos e apresentações. As mulheres foram as únicas que se dispuseram, junto conosco, a ficar lá na sala de redação batalhando. E o resultado foi que a grande maioria das proposições foi inserida dentro do documento final. Uma vitória grande do movimento.

SM Membro representante da Comunidade Bahá'í, Brasil.

Carlos Moura⁵⁹

A Câmara dos Deputados votou um crédito suplementar, que foi alocado na Fundação Palmares, exatamente para as ações preparativas da Conferência, e isso eu vejo como de grande importância. Para alguém como eu, que teve a oportunidade de participar da Conferência das Américas, em dezembro do ano passado, no Chile, vi como houve uma perfeita articulação entre a identidade do Movimento Negro brasileiro e a representação oficial do Governo brasileiro. Houve um diálogo perfeito, para que fossem aprovadas propostas partidas do Movimento Negro. Está sendo um grande esforço, quer dizer, pelo Governo, que é o braço executivo desse estado impermeável, e pelos movimentos negros de modo geral.

Edna Roland

Eu fui requisitada, por duas vezes, pelo Embaixador, para participar de negociações com outros países em grupos de trabalho, coisa e tal. Da negociação, que resultou no termo “afrodescendentes” eu participei, representei o Brasil. Houve outra negociação, que chegou a causar polêmica em alguns militantes. Daí, essa coisa que eu digo, de falta de compreensão de saber lidar com o processo, da necessidade de a gente sair, que foi a discussão a cerca da miscigenação. Houve algumas pessoas que quiseram transformar isso em uma traição (que eu teria feito) ao Movimento. Eu, simplesmente, brequei uma formulação vinda da Venezuela e do Peru, que transformava a miscigenação como o produto mais perfeito e mais acabado das relações raciais no Continente Latino-americano. Eu brequei isso e falei para o Embaixador: “Nós não podemos aceitar isso. Isso é ajudar Freyre! Nós temos de intervir nesse tipo de formulação”. E fui para as negociações e consegui que isso fosse transformado em um texto, que diz que reconhece a presença da miscigenação na América Latina, processo que resulta da escravidão, da colonização e também das relações desiguais entre gêneros no continente. Eu acho que atuei no limite do

⁵⁹ Presidente da Fundação Cultural Palmares-Governo Federal, pela 11 vez, a partir de 2001.

possível. Não dava para impedir que a palavra miscigenação aparecesse numa declaração da América Latina. Peru, Venezuela e outros países, lá, se não encontrássemos uma formulação que fosse aceitável, sairia uma formulação que seria ideologicamente e politicamente inaceitável para o Movimento Negro do Brasil. Então, eu acho que a negociação foi correta. Eu sustento ideologicamente e politicamente a formulação que fiz.

No Chile, nós conseguimos a formulação afrodescendente. No documento do Chile, você tem a declaração e, no Programa de Ação, a população de origem africana é denominada "afrodescendente". Nem todo mundo vai concordar com isso, com a denominação. Mas o movimento social organizado que estava lá presente, reivindicava desta forma. O Governo brasileiro não aceitava chamar "povos afrodescendentes". O Governo brasileiro aceitava ou "povo afrodescendente", no singular, ou "afrodescendentes" no plural. E a questão, aí, do plural, está relacionada a uma outra questão teórica e política, que tem a ver com os povos indígenas. Até esse momento da negociação, o Governo brasileiro, ainda, não assumia a denominação "povos indígenas" no plural. Porque o Brasil ainda temia as decorrências do ponto de vista da autonomia, autodeterminação, de possíveis conseqüências para a unidade nacional.

Acabou-se se assumindo, lá no Chile, "povos indígenas", mas com uma ressalva e todas as decorrências que seriam possíveis em termo de política internacional. Mas os povos indígenas, principalmente, de outros países, ao fazerem essa reivindicação, não têm uma reivindicação de autonomia territorial, constituição de governo separatista, fora dos limites internacionais. E os povos indígenas não aceitavam a denominação populações. Coisa que para nós, negros, no Brasil, nunca questionamos. Denominamo-nos populações negras, inclusive no singular.

Então, há uma série de complexidades conceituais, que você tem que levar em conta. E quando você está em uma arena, não basta as referências nacionais. Você tem que conseguir, além de manter a fidelidade com os conceitos, as questões do seu país, dar a dimensão internacional e encontrar uma formulação que seja aceitável pelo seu governo e ser capaz de dialogar com setores de certos países. Encontrar uma formulação aceitável. Eu acho que o "afrodescendentes" dá isso. Porque você tem,

nesses países latino-americanos, a não aceitação do termo negro. Eles se denominam “afrodescendente”. Eu não tenho nenhum problema com a denominação. Mas eu também acho que nós temos que “desestigmatizar” certas palavras e certos conceitos. Eu acho importante desestigmatizar a palavra “negro” como nós tivemos no Brasil. Eu tenho a impressão de que, em outras regiões da América Latina, eles não utilizam o termo negro. Não porque estão mais avançados do que nós, mas porque eles não conseguiram empreender o processo de “desestigmatização”, que nós fomos capazes, em relação ao termo negro.

Francisco Javier⁶⁹

Efectivamente el gobierno de Chile conjuntamente con la Fundación “Ideas”, tomó la responsabilidad de organizar la Reunión Regional de las Américas en nuestro país luego que el gobierno de Brasil desistiera de esa responsabilidad. Desde el punto de vista de Chile, efectivamente, hay dos elementos que hay que considerar políticamente: el presidente Ricardo Lagos le ofrece a Brasil la alternativa de que esta reunión se celebre aquí con lo cual se ahorra un gran problema. No hay que olvidar que los presidentes son amigos, estudiaron juntos, y esa fue la manera en que políticamente el presidente Lagos ayuda a su homólogo Cardoso. [Fernando Henrique Cardoso].

Claro, la circunstancia de que la Conferencia se hiciera en Chile es para nosotros los chilenos algo que indirectamente tenemos que agradecer. Y existe en nuestro país, después de la conferencia que se hizo en Santiago, una conciencia mucho mayor sobre el racismo. Con la ocasión de la conferencia ciudadana se produjo un hecho notable, extraordinario que es algo muy importante que no hubiese ocurrido si la conferencia se hace en Brasil. No digo que no hubiese sido mejor hacerlo en Brasil, digo que al hacerla en Chile se permitió

⁶⁹ Membro da Fundação Idea/Chile. Um dos principais articuladores da ida da Conferência das Américas para aquele país, e da *Conferência Cidadã-O Fórum de ONGs*, que foi realizado dois dias antes da Conferência Oficial, na capital, Santiago.

la visibilidad del norte del país. Ustedes saben que hay una comunidad negra pequeña, pero existente y los afro-descendientes han estado invisibilizados. Con la visión de América Latina, desde el punto de vista macro, correspondía hacer la conferencia en Brasil por el grado de discriminación y exclusión del pueblo negro y por el peso del racismo en sí, y por el peso mundial que tiene Brasil pero, como chilenos, estamos muy contentos de que se haya podido hacer aquí.

Palmira Ríos

En Puerto Rico, hemos celebrado dos reuniones preparatorias para todo este proceso. La primera fue la reunión del comité coordinador de las Américas a la cual asistió el compañero Ivanir dos Santos (Ceap-RJ) y otros compañeros coordinadores del mundo afro, más los Estados Unidos y Canadá. Y allí ya empiezan a trazar dos tipos de agenda: una dirigida a la conferencia y otra dirigida a fortalecer estas organizaciones afro-latinas funcionando paralelamente. Este último proceso, la creación y fortalecimiento de las relaciones entre las organizaciones de Latinoamericanas y caribeña se ha beneficiado de una serie de encuentros dirigidos a fortalecer esa relación. El primero y, quizás, el más importante fue la reunión de Costa Rica auspiciada por el Instituto norteamericano de Derechos Humanos donde se convocan a dirigentes, compañeros y compañeras de toda la región de toda América Latina y el Caribe. Entonces, ahí viene la mayor delegación de Brasil etc. Es en ese momento que se crea la Alianza. El momento en que se conforma la Alianza, yo creo que es un hito porque acordamos con unos puntos mínimos de consenso y unas series de acciones que se iban a continuar. Afortunadamente, hubo una reunión pocos meses después, que fue la Regional de Santiago, que nos permitió reunirnos nuevamente, ésta vez un grupo mucho mayor porque venían delegaciones más grandes de todos los países de la región, ya teníamos representación de Cuba que no teníamos antes, y nos fuimos fortaleciendo, conociendo mejor qué está pasando en todos los países porque, también, durante todo este período, estamos recibiendo información constantemente de lo que está pasando en los países.

O sea, yo casi todas las semanas recibo información de actividades en Brasil, de actividades en Uruguay, en Cuba, Centro América, República Dominicana y en todas partes del mundo.

A REPRESENTAÇÃO INDÍGENA

A Delegação Indígena abrangeu militantes de diferentes povos. Azelene Kaingang foi escolhida pelo Governo Federal, a exemplo dos outros participantes, para compor o Comitê Nacional. Outro participante indígena do Comitê Nacional, na qualidade de suplente, Marcos Teteña, estava na II PrepCon, em Genebra, como representante da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), mas não foi a Durban.

Agnaldo Pataxó

Na comemoração dos 500 anos, o Governo já travou uma batalha forte com os Movimentos Indígenas no nosso país. O Governo se incumbiu de desarticular o Movimento Indígena, para que o Movimento não tivesse mais força de se articular com outros movimentos sociais no Brasil, para chegar, a uma Conferência como esta, com força política para representar as nossas reivindicações. O Governo conseguiu, na reta final, impor uma maneira de escolher uma representante da Conferência. Os movimentos indígenas ficaram de fora desse processo. Foi escolhida a Azelene Kaingang, para nos representar no Comitê Oficial e, diante desse fato, nós ficamos sem uma representação, de fato, do Movimento Indígena. A Azelene Kaingang foi escolhida de última hora. É uma índia que está lá para defender os nossos anseios, os nossos interesses. Mas não houve articulação para dar respaldo a ela nessa Conferência. Apesar de ela estar tentando fazer o máximo, infelizmente ela não está conseguindo representar todos os anseios dos Movimentos Indígenas. Aqui, na África do Sul, nós estamos com uma delegação de 8 índios brasileiros. Pataxó e Raráãe, Pataxó e Porto Seguro, temos o Macuxi, Apurinã, Potiguara, Kaingang e Pancaráé. Com exceção de Azelene Kaingang, os outros

todos tiveram que batalhar a sua passagem, junto a alguma entidade de apoio ou algum político para poder vir.

Marcos Terena

Eu fui acionado na última hora, pelo Governo brasileiro, para participar dessa PrepCon [II PrepCon, Genebra, maio/2001], através do Ministério da Justiça e da FUNAI. Eu, pessoalmente, não havia me programado para vir aqui. E também não tinha me preparado, baseado nos documentos oficiais que a ONU, geralmente, prepara antes desses encontros. Mas eu frequento a ONU desde 1991, a favor dos direitos indígenas. Não necessariamente para cobrir uma lacuna que alguém percebeu que havia nesse processo de representação indígena. Antes de sair do Brasil, eu deixei isso bem claro, que não estava aqui cobrindo uma lacuna. Eu vim para compartilhar essa luta com outras lideranças indígenas, que também lutam por novas conquistas e do Brasil também.

SOBRE A CONFERÊNCIA NACIONAL

Realizada nos dias 6, 7 e 8 de Julho de 2001, no Campus da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), sob a presidência da Vice-Governadora do Estado do RJ, Benedita da Silva, a Conferência Nacional foi organizada por uma Comissão Nacional Executiva Preparatória designada pelo Comitê Nacional, e reuniu cerca de 2.500 participantes – 1.500 delegados – de quase todos os Estados brasileiros. Contou com a presença de um representante do Alto Comissariado das Nações Unidas, do Ministro da Cultura, Francisco Wefort, do Embaixador Gilberto Sabóia (Secretário de Estado de Direitos Humanos e Presidente do Comitê Nacional para Preparação da Conferência Mundial) e do Presidente da Fundação Cultural Palmares, Carlos Moura. O Governo brasileiro, através das suas agências envolvidas na Conferência (a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a Fundação Cultural Palmares e alguns participantes do Comitê

Nacional), anunciava um intenso trabalho de estímulo à sociedade civil organizada, para participação na Conferência Nacional, vendo-a como o grande momento de culminância para a preparação dos documentos, onde desaguardariam as demandas dos diferentes setores envolvidos. A Conferência Nacional realizou-se sob muitas tensões. Setores do Movimento Negro – inclusive a representação de parlamentares negros – manifestaram-se publicamente contra a sua realização posterior à III PrepCon em Genebra, meses antes. A alegação era de que seus documentos finais não seriam mais considerados pela delegação oficial, que já voltara de Genebra.

Vimos, nas falas de alguns entrevistados, que não havia consenso sobre a importância da Conferência Nacional, tendo ela sido realizada após as duas primeiras PrepCons. No último dia da Conferência, um membro da delegação oficial e militante destacado do Movimento Negro e um dos responsáveis pela elaboração do relatório oficial para Durban – Hédio Silva Jr – ainda no espaço da Conferência, convoca uma coletiva de imprensa e anuncia o desligamento da Delegação Oficial e do processo de organização da representação brasileira na Conferência Mundial. Em entrevista de grande repercussão na mídia nacional, seu tom era respeitoso com o Embaixador Sabóia, mas desancava as instâncias centrais do Governo brasileiro, segundo ele, incapazes e desinteressadas do efetivo enfrentamento da questão racial.

Marcos Vinícius Pinta Gama⁶¹

A Conferência Nacional deve servir como uma espécie de caixa de ressonância de todas estas preocupações. Ela deve levar ao Governo um elenco de propostas e deve indicar áreas de

⁶¹ Diplomata, - Chefe de Gabinete do Secretário de Estado dos Direitos Humanos, designado para compor a Delegação Oficial em Genebra e em Durban.

preocupação da sociedade civil, do Movimento Negro, de todos os grupos e minorias que estarão representados lá no Rio de Janeiro.

Vera Barone

Na Conferência Estadual, nós definimos a prioridade, a metodologia de escolha. Cada segmento escolheu sua representação. Os afrodescendentes se reuniram e escolheram os seus, as mulheres escolheram as suas, os homossexuais os seus. Foram 42 delegados de Pernambuco. Definimos, primeiro, a representação de afrodescendentes. Do total, 35 pessoas seriam afrodescendentes. Destes, 80% seriam mulheres. Escolhemos pessoas representativas das entidades e também pessoas que têm uma atuação no Estado e no Município, que estavam respaldadas para participar. Depois, escolhemos mais 35 afrodescendentes, depois 8 mulheres e estas foram escolhidas no Fórum de Mulheres de Pernambuco, que é misto – de mulheres negras e não negras. Mas a escolha recaiu, preferencialmente, sobre mulheres afrodescendentes.

O Fórum de Mulheres de Pernambuco congrega mais de 100 entidades de mulheres no Estado. Depois, escolhemos 5 pessoas com deficiência e, aí, trabalhamos esta questão com as entidades da área de pessoas com deficiência física, deficiência auditiva e deficiência visual. Escolhemos três pessoas para o segmento de homossexuais. E mais uma pessoa da comunidade judaica, que não participou da Conferência, pois acabou não tendo condição de viajar.

Embaixador Gilberto Sabóia

A ideia da Conferência Nacional é cobrir tudo. Mas no ponto de vista de divulgação, ficou um pouco difícil colocar um título tão grande⁶². Ficaria um pouco difícil para compreensão para

⁶² Referindo-se ao fato do título da Conferência Nacional, não ser igual ao da Conferência da ONU.

o público em geral – brasileiro. Mas a intenção é dar oportunidade a que se ventilem todos os temas relacionados com a Conferência. Evidente que, no caso do Brasil, será, principalmente, uma questão da comunidade negra, das populações indígenas e de setores da sociedade, que podem se sentir afetados por algum tipo de intolerância xenofóbica.

Todo o processo preparatório brasileiro ficou um pouco atrasado por várias circunstâncias. Não cabe aqui enumerar. Só depois de Santiago é que foi possível propor, ou não, uma Conferência Nacional e nós acabamos ficando com uma conjuntura em que, do ponto de vista prático, logístico, era impossível uma Conferência antes dessa reunião do Comitê Preparatório. Nós tivemos que optar pela realização de questões logísticas. No fundo, dos temas nacionais, considero que um dos principais resultados para o Brasil foi a contribuição importante que demos de discutir internamente as nossas questões. E aproveitar essa oportunidade para colocar adiante essa agenda.

Benedita da Silva

Nós sempre somos um foro paralelo, que nos organizamos e vamos paralelamente cobrar uma agenda muito mais avançada, evidentemente, do que a agenda governamental. Porque o Governo tem os seus limites, porque as demandas do seu país, colocadas entre as demandas dos outros países, de repente, ficam diluídas, porque toda Conferência oficial é onde você vai tratar do consenso.

Porque nós temos acumulado com as chamadas regionais, pré-conferência que está acontecendo no mundo inteiro em relação a este tema. Se ele é tão importante – este debate –, tão entriquecedor, ele não pode ser diluído pura e simplesmente por uma Conferência, onde não se tem condição de aprofundar temas que são específicos, regionais, de um determinado país. Vou dar um exemplo: a questão do negro; nós vamos tratar a questão racial não só a questão do negro.

Essa Conferência Mundial é riquíssima, mas é importantí, para que possamos cobrar depois uns dos outros. Porqu, se nós somos organizações não governamentais, nós fazemos parte dessa sociedade e, como instituição, temos de contribuir, evidentemente, para combater a discriminação, o racismo, a xenofobia e a intolerância correlata. E se somos Governo, também, temos o papel de reproduzir os compromissos assumidos, oficialmente, pelo País, em políticas públicas para o Brasil. Esse comprometimento não se dará, evidentemente, numa Conferência internacional e, sim, na nacional.

Porque fica muito fácil falar, reconhecer que tem racismo, reconhecer que há desigualdade de gênero. O que nós esperamos da Conferência da ONU é que o nosso Governo, ao assumir compromissos, encontrará um país preparado para respaldá-lo nas ações, na aplicação da ação. Vamos preparar o Brasil. Vamos tornar isso ao alcance de todos, que terão conhecimento, e vamos ter a ação de continuidade. Eu estou aqui nas duas situações, como militante e Governo.

A Conferência Nacional tinha uma data para maio, que ficou inviável para divulgar e mobilizar nacionalmente. Para que os segmentos pudessem fazer suas chamadas pré-conferências, a Conferência estadual ou municipal, ou fosse como fosse. E os recursos que tinham sido aprovados eram recursos para a Conferência na África do Sul, para a Conferência internacional, e nenhum recurso para a Conferência Nacional. Então, precisávamos, a partir de um convencimento dentro da própria instituição governamental, movimentar recursos para essa agenda nacional. Por outro lado, também, era preciso criar condição de que essa Conferência Nacional pudesse dar um clima que unificasse e estava havendo uma divergência em relação à Conferência.

Segundo, por maior que seja o Movimento Negro, a Conferência não é uma Conferência da questão racial. É discriminação em todos os níveis. É racismo, aí envolve raça, xenofobia e intolerância correlata. Essa é a Conferência que se

quer fazer. E não uma Conferência da mulher, ou do negro, ou do portador de deficiência ou disso ou daquilo. O fato de sermos majoritários, claro, acabamos sendo hegemonia na discussão, no debate e na decisão. Porque somos maioria. A comunidade indígena, por exemplo, já estava reclamando porque, na questão racial, só se falava no negro. Agora, imagine se fôssemos achar que era tranquilo fazer uma Conferência em maio, discutindo só com o Movimento Negro e tendo outros segmentos – até dentro mesmo do Movimento Negro –, porque, na verdade, nós estávamos discutindo era com o Fórum.

Queríamos priorizar a discussão com o Fórum Nacional de Entidades Negras. Nós temos muitos segmentos dentro da nossa militância do Movimento Negro. E vamos partir para a questão da religiosidade, por exemplo, nós temos uma representação de judeus, que seria uma concepção de raça, não é só negro. Nós temos os indígenas, as pessoas portadoras de deficiências, o protestante, o candomblecista, o católico. Então, é humanamente impossível você mobilizar, mesmo com um Comitê Nacional, que é composto de representação da sociedade civil e governamental. E o que eu pude perceber é que, dado o questionamento, num determinado momento, correu-se até o risco de não acontecer a Conferência. É um debate nosso, nacional, é um debate político, profundo e claro da relação entre a sociedade civil e o Governo. É uma parceria e a gente tem que assumir isso. Por que eu quis ser Governo e não representante da sociedade civil dentro do Comitê Nacional? Porque fica muito mais fácil dizer que estou representando um governo que me autorizou.

Eu posso escrever para o Brasil inteiro, para os ministérios, assembleias legislativas, câmaras de vereadores, para tudo quanto for governamental. Eu estou autorizada a fazê-lo sem questionamento, sem crítica. Porque o que eu estou apenas colocando é que vai haver uma Conferência e que é importante participar, pedindo aos governos que façam as suas agendas, dada a importância do debate, e que a Conferência vai se realizar no Rio de Janeiro em tal data.

E que nós gostaríamos que o Estado estivesse representado pelas entidades da sociedade civil e do Governo: esse é o meu papel.

Seria uma petulância minha querer representar a sociedade civil dentro do Comitê e não ter a responsabilidade de articular nacionalmente os segmentos sociais. Se não houver a discussão de reparação, e das terras de remanescentes de quilombo, em Genebra ou na África do Sul, aqui, para nós é fundamental. A questão da educação, a história da África, para nós, é fundamental. Os demais países só conhecem a si mesmos e nós conhecemos todo mundo.

Então, nós temos a hegemonia. Esta que é a realidade. Eu estou fazendo debate com pessoas portadoras de deficiência. Nós temos que fazer debate com homossexuais, com as diferentes religiões. E aí é uma responsabilidade de quem está presidente da Conferência, colocar para o Movimento que ele tem hegemonia, tem essa responsabilidade e que ele não pode, de forma nenhuma, fazer com os outros o que secularmente foi feito conosco. Nós estamos fazendo encontro de negros com indígenas, visitando quilombos, indo lá nas comunidades indígenas. O Comitê Nacional está indo diretamente nos locais para fazer o debate. Mobilizando o institucional, que é o Governo. Na sociedade civil, quem está tocando é o Movimento Negro no Brasil inteiro. Mas eu, como presidente, estou cuidando dos dois lados. Se tem uma iniciativa da sociedade civil, eu vou. Então, eu vou sendo chamada e compareço. Agora, eu estou articulando o evento em si, porque esse é o meu papel como anfitriã. A gente está cuidando da infraestrutura que é a contrapartida do Estado para os conferencistas. O poder municipal também está na Conferência com a Secretaria de Governo, na executiva. Eles têm um grupo de trabalho para poder discutir a contrapartida do Governo municipal.

Primeiro, que essa é uma Conferência oficial da ONU. Segundo, que não dá para representar o Governo Federal quem não é do Governo, quem não é do ministério. A segunda imagem do Governo Federal são os Ministros. Na verdade, foi o Ministro da Justiça quem delegou poderes ao Secretário Nacional de Direitos Humanos, que tem o mesmo *status* de ministro para dirigir. Quer dizer, ele fala em

nome de Fernando Henrique Cardoso. Então, por conseguinte, como nenhum de nós, negros, somos ou Secretário Nacional ou Ministro, estamos assessorando. Até porque a Fundação Cultural Palmares está subordinada ao Ministério da Cultura. Então, nós não somos ministros.

O que eu estou deduzindo, também, é que existe uma consciência negra no Embaixador, que foi capaz de trazer para a composição do Comitê, majoritariamente, a representação negra. E tem, como seus assessores diretos, os negros que são lá dentro. Tanto assim, que os recursos da Conferência não estão nas mãos nem do Ministério da Justiça nem da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e, sim, da Fundação Palmares. O Congresso votou e os recursos foram para a Fundação e não para os ministérios. O Governo, através dos Ministérios, é que vai colocar os recursos agora na Conferência Nacional, em parceria com o Governo do Estado e Governo Municipal.

Hélio Silva Jr.

Eu não sou daqueles que acha que a Conferência Nacional, desconectada do processo preparatório, seja necessariamente ruim para o Movimento Negro. E que, se você desconecta a Conferência Nacional do processo preparatório da Conferência da África do Sul, submerge como agenda prioritária à questão nacional. Pode ser ruim para a intervenção do Movimento Negro no processo preparatório, mas fortalece, inevitavelmente, uma discussão numa agenda interna.

Ivaír Augusto Alves dos Santos

A Conferência Nacional passou a ser algo importante. E foi uma disputa política muito grande. Parte do Movimento Negro não queria a Conferência. Aí, os deputados foram protestar contra a Conferência, pois achavam que tinham que fazer antes da PrepCon de Genebra. O Governo também não queria fazer a Conferência, porque achava que poderia criar um problema.

Ela perdeu um pouco o seu caráter ao longo do processo de confrontação que começou a sofrer. A Conferência Nacional não era objetivo do Comitê, mas, quando foi trazida pelo movimento essa necessidade, nós embarcamos na proposta e começamos a trabalhar. Hoje, a Conferência tem vários objetivos, mas o que eu acho fundamental é manter o tema sob discussão permanente no Governo e ampliar a discussão para os governos estaduais e municipais. Tornar o debate da questão racial um pouco mais em nível nacional, mas, o Governo participando, o Judiciário e o Poder legislativo.

Fazendo uma projeção, acho que tem que conseguir atingir uns 40% dos governos estaduais. Isso vai ser um avanço importante. Os governos de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Amapá estão mais ou menos mobilizados. O restante ainda não está. Precisaria, hoje, de uma rearticulação mesmo do Comitê, com a tarefa de mobilização para a Conferência Nacional. Porque, aí, você tem a sociedade com outras forças, atuando em bloco. O que os setores progressistas e os setores que não queriam a Conferência não queriam, por motivos diferentes. Um não queria, porque queria fazer a de Genebra, e o outro não queria, porque achava que a Conferência ia gerar tensão. Isso paralisou um pouco o processo.

Ivanir dos Santos⁶³

A Conferência Nacional vai acontecer em um momento em que ela vai ter muito pouco impacto na agenda Internacional. Ela vai acontecer na última PrepCon de Genebra, definidora de muitas ações que vão acontecer na África do Sul. Muitos acordos já serão construídos nessa PrepCon. Manter uma Conferência Nacional, que fortaleça o papel da sociedade civil e que discuta com o Governo, põe o Governo na agenda para ter peso internacional. Agora, em se

⁶³ Presidente do CEAP – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, RJ. Esteve presentes nas três PrepCons, em Genebra, na Conferência das Américas e na Conferência Mundial, sempre como membro das delegações oficiais. Sua organização teve papel saliente na articulação de recursos, especialmente no repasse das “betas” (financiamento de passagens e estadias para participação em Durban), entre militantes negros de todo o país.

tratando de ineditismo, pela primeira vez na história deste país, haveria uma Conferência Nacional de combate ao racismo. Alguns setores do Movimento Negro acham que isso não tem importância, porque nós temos que pensar em uma agenda que não só olhe para a África do Sul. Não adianta se articular bem internacionalmente, ter visibilidade, se não criar uma agenda nacional. A Conferência Nacional, apesar de tardia, pode ser um espaço importante, primeiro de construção de uma agenda e, segundo, de pressão sobre o Governo. Alguns setores, ao não quererem a Conferência Nacional, estão lavando a mão do Governo, porque, dentro do próprio governo, a maioria dos setores não tem interesse na Conferência Nacional.

Vamos supor, numa Conferência de 2000 mil pessoas, onde 70% pode ser da comunidade negra. Depois do ENEN (Encontro Nacional de Entidades Negras), nunca houve um momento tão plural. A capacidade geradora de articulação, de reverberação, de repercussão, é muito grande internamente. Você poder ter a Conferência como um fator mobilizador dos vários segmentos da Comunidade Negra. Os judeus são articulados, mas são minoria, eles mesmos reconhecem isso. O indígena é quem mais ganharia dentro do Movimento Negro. E justamente o que o Governo não quer, neste momento, é uma mobilização forte do Movimento Negro. Em Genebra, em março do ano passado, cinco entidades do Movimento Negro conseguiram fazer um estrago na imagem do Governo num documento. Você imagina, um *pool* de entidades, assinando qualquer documento ou declaração de contundência.

Não é à toa que o Governo não tem dinheiro para essa Conferência. Se ele quisesse teria dinheiro previsto no orçamento. Não é à toa que botou a Bené [Benedita da Silva – Governadora do Estado do Rio de Janeiro] para presidente na Conferência, porque, se ele não estivesse sob pressão, se não desgastasse a imagem dele, ele ia botar outra pessoa. Eles têm tratado dessa Conferência com um certo cuidado, atento ao estrago que ela possa produzir para ele. Do ponto de vista nacional, antes ou depois de Genebra, ela será um dado importante. Levando em conta que nós vamos ter

eleições presidenciais, ter uma Conferência interna com uma agenda, produzindo uma documentação, uma plataforma, uma pauta, ela não seria desconhecida no processo de campanha eleitoral presidencial brasileiro.

Em síntese, o objetivo é você ter uma Conferência Nacional e ter, nos anais deste país, uma Conferência Nacional em que várias correntes, várias posições do Governo, pela primeira vez unidos, disseram tais e tais coisas. Um momento, na sociedade brasileira, em que Governo, sociedade civil e outros movimentos discutissem a questão do racismo, nunca houve com uma amplitude tão grande. Não é que a Conferência seja uma coisa decisiva para o Movimento Negro, mas é um marco para a sociedade. Ela não pode ser mais preparatória, porque ela não tem mais essa função.

O Governo não queria, desde o início, a Conferência Nacional. Quem não quer não é o Movimento Negro, é o Governo brasileiro. O Governo acha que, catalisando uma Conferência Nacional, pode ter um palco de manifestações antirracistas dos negros. Os índios estão mobilizados para essa Conferência. Primeiro, eles não aceitaram que fosse em Brasília. Quando veio o oferecimento de ser no Rio, eles aceitaram prontamente. Segundo, não tem recurso no orçamento da União. Eles já sabem dessa Conferência há muito tempo e ninguém pautou recursos. Me informaram que tem reunião no Palácio do Planalto quase toda semana, para monitorar essa Conferência. Eles acham que vai criar problema para a imagem do Presidente da República.

Em maio do ano passado, o Governo brasileiro disse, em Genebra, quando nós estávamos lá, que ele não faria a Conferência Regional. Ele livrou-se da sua responsabilidade de Conferência Regional, dizendo que faria um belo encontro nacional e jogaria todo seu enfoque dentro da Conferência Nacional. A posição correta era fazer a Conferência preparatória, antes do encontro regional. Eles empurraram para fazer depois. Depois que houve o Chile e eles viram uma possibilidade de uma agenda conjunta, tiveram até uma postura progressista.

Ricardo Henriques⁶¹

Tanto o Governo quanto a sociedade civil passaram a admitir, com mais contundência, a questão racial no Brasil. A questão racial ainda não é encarada como um problema, porque acho que, de alguma forma, a sociedade brasileira naturalizou essa vivência com a desigualdade, em particular com a desigualdade racial. A Conferência – e mais do que a Conferência, os meses que antecederam a Conferência e o auge ali, na Conferência Nacional, talvez, na continuidade, esse processo acumulado até a Conferência –, acho que criou um espaço maior de tolerância, de maior negociação entre os grupos que estão dentro do Movimento Negro, mais do que através do Movimento Negro entre outros grupos de minorias recentes, que são discriminados, como os homossexuais, indígenas etc.

Então, houve um retorno da pauta da discussão política e da percepção de que é fundamental ter uma unidade e, portanto, mais tolerância entre os grupos discriminados, para poder dar um passo à frente e tentar avançar na discussão dentro da sociedade. Isso foi um enorme avanço acumulado, que se traduziu na Conferência Nacional. A Benedita da Silva tem um papel importante nesse jogo; no entanto, tem um problema. Um dos problemas é que, mesmo na mesa que se estava discutindo a questão de raça e etnia, alguns membros do Movimento Negro estavam construindo um discurso tão circunscrito no espaço interno da lógica do Movimento, que estão perdendo a possibilidade de alavancar essa discussão para a sociedade.

A CONFERÊNCIA MUNDIAL

As conferências da ONU são convocadas a partir de uma demanda proposta pela comunidade internacional quando percebe a necessidade de que um determinado tema seja tratado pelos Estados

⁶¹ Economista e Professor da UFR. Quando dessa entrevista, em Durban 2001, era Pesquisador do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-órgão do Min. do Planejamento). Esteve em Durban como membro da delegação oficial brasileira.

membros³. Outro fator importante a ser destacado é que cada uma dessas conferências demanda, pelo menos, dois anos para ser organizada. Neste período, são definidos seus objetivos, sua agenda e os resultados esperados.

As Conferências Mundiais são tradicionalmente formadas por duas grandes reuniões, que são paralelamente organizadas e realizadas. Uma é aquela a cargo dos Estados membros, representados pelo corpo diplomático de cada país – ali, falam os governos. Outra, o Fórum das ONGs, é o local de onde a sociedade civil pressiona para ter suas reivindicações visibilizadas – ali falam os povos. A ponte estabelecida entre estas duas conferências fica a cargo dos ativistas, que terão, como meta, que fazer chegar aos governos e garantir, nos documentos oficiais os seus próprios pleitos e os daqueles por eles representados.

PrepCons – Conferências Preparatórias são realizadas pela instância da ONU, encarregada de cada Conferência Mundial. A organização da III Conferência Mundial Contra o Racismo ficou a cargo do Alto Comissariado dos Direitos Humanos da ONU, composto por 53 países, que se reuniram três vezes ao longo do processo preparatório. Conferências Regionais – uma em cada continente – são convocadas pelos governos, com ajuda das chamadas organizações intragovernamentais. Ali, também se contribui na elaboração dos documentos a serem levados à Conferência Mundial. Quer nas PrepCons, quer nas preparatórias regionais, o papel das ONGs é fundamental, interferindo sempre no esboço da agenda, da declaração e do programa de ação, que vão sendo constituídos ao longo dos sucessivos encontros.

Sueli Carneiro

Essa Conferência (a III Conferência Mundial) tem várias ameaças. Nos EUA, por exemplo, ameaçam não participar da Conferência se os temas das reparações passarem em Genebra, o que enfraqueceria tremendamente a Conferência. Há reticências de todos os países em

relação à III Conferência, porque as duas outras conferências de racismo tinham questões muito precisas: a questão do *Apartheid*, a questão do colonialismo e do neonazismo. Essa Conferência trata do quintal de todo mundo. Porque todo mundo tem o problema dentro de casa. Então, ela tem uma complexidade muito maior, tem muitas forças trabalhando contra, para que ela passe logo, que polemize o mínimo, que certos temas não tenham apoio e que certas questões que são estratégicas não apareçam. A África veio com um tema, que é a reparação; a Ásia, com o tema da Palestina; a América, o dos afrodescendentes. A prioridade da Europa era a questão da xenofobia. Há interesses muito maiores em jogo e nós, no Movimento Negro brasileiro, estamos muito despreparados para entrar nesse jogo internacional.

Edna Roland

A gente pode avaliar, no processo da Conferência, mais ou menos três níveis de avaliação: um nível é o do internacional. O outro é do nível nacional, em relação ao Governo, aparato governamental, e o outro nível não é só o Movimento. Em relação ao nacional *versus* o internacional, eu acho que a maioria dos militantes do Movimento Negro tende a acreditar no espaço nacional. A Conferência é quase que um pretexto para permitir avanços no cenário nacional. Às vezes, um parágrafo que você consegue introduzir num documento desses tem muitos desdobramentos políticos posteriores, que você só sabe avaliar no período pós-Conferência. Por exemplo, tem um parágrafo famoso na Conferência do Cairo, que permitiu, por exemplo, que, depois da Conferência de Beijing, retomássemos a discussão sobre direitos reprodutivos em relação ao aborto, que tem oferecido uma série de avanços em termos de serviços públicos – oferecidos pelo Estado –, recomendações para aqueles que seriam revisados e tem todo um desdobramento político posterior.

Esse parágrafo foi criado letra a letra, vírgula por vírgula, em incessantes 36 horas de trabalhos com as pessoas que estavam lá. Às vezes, uma Conferência vale um único parágrafo que você conquiste

e, a partir desse parágrafo, você tem uma série de políticas que advêm dessas formulações. Obviamente, o processo ainda não acabou. Mas, digamos, se a gente conseguir até a África do Sul e ter um parágrafo sobre reparações, já valeu a loucura toda. Mas, independente do cenário internacional de formulações, que vão possibilitar políticas públicas futuras, eu acho que tem algumas movimentações internas aqui no Brasil. Eu sei que a alta cúpula do IPEA está profundamente chocada com os dados acerca das desigualdades entre negros e brancos no Brasil. Os dados apresentados pelo Ricardo, eles são importantes. E eles provocam uma coisa assim, que fica difícil estar no governo e assistirem àquilo e dizerem não vou fazer nada.

No nível internacional, o grande desafio é reparação. No nível nacional, eu acho que se pode avançar em relação às ações afirmativas. No Brasil, nós temos uma correlação de forças, que é suficiente, que torna possível a gente conseguir ações afirmativas num prazo curtíssimo. Nós temos projetos no Congresso Nacional, colocando questões. 02 sobre reparações e 10 projetos sobre ações afirmativas para a população negra. Nós temos 5 projetos sobre ações afirmativas para alunos egressos da escola pública. E esses 10 projetos, sobre ações afirmativas para a população negra, não se limitam à área de Educação. A maioria é relativa à Educação, relativa à universidade. Mas existe, também, de terras, para a reforma agrária, mercado de trabalho, postos nos quadros do Governo e também no setor público.

Embaixador Gilberto Vergue Sabóia

O Brasil, provavelmente, terá uma posição importante – na mesa diretora dos trabalhos de Durban. Eu não antevejo nenhum papel antagonico oficial. Eu estou sendo chamado a ocupar uma posição de negociação. Um pouco por circunstâncias especiais, pelo fato de a Embaixadora do Senegal ter sido solicitada para ajudar em uma Conferência em Jacarta. O Brasil estará sempre preparado, disposto a colaborar, sem desejar, com isso, ocupar uma posição, necessariamente predominante. É um tema que nos interessa.

Vera Barone

Com certeza, é uma experiência ímpar – eu nunca tinha pisado na África, estou emocionada. Mas estar aqui para mim é muito pouco. Precisaria que esta coisa tivesse consequência concreta na vida do meu povo, do Brasil todo e, particularmente, do Estado de Pernambuco onde eu vivo. Se nós tivermos a vontade e o compromisso, com o povo negro brasileiro, de que esta coisa realmente aconteça, acho que daqui a um ano, seis meses, nós vamos começar a ter os resultados de Durban. Se não, depois deste momento, vai acabar tudo. O CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria) me inscreveu, mas quem pagou a minha vinda foi o Comitê de Promoção de Direitos Humanos e prevenção à violência, da Prefeitura de Recife. A outra pessoa é João Cândido, vinculado à Rede de Operadores Jurídicos de combate à discriminação racial e ele está aqui na vaga do ENZP – Escritório Nacional Zumbi dos Palmares.

Regina Nogueira

Eu não tenho nenhuma vontade de ir para a África do Sul. Porque eu não acredito em uma Conferência da ONU. Não acredito a que estes tratados vão nos levar e tenho visto, com muita tristeza, a guerra que está colocada hoje entre os negros para ir para a África do Sul. O quanto a gente se mobiliza para estar no movimento e não para ser o movimento. E eu vejo as pessoas se mobilizarem para ser delegadas, mas não vejo as pessoas se comprometerem com a continuidade do processo. Acho que ir para fora sem dominar a língua é passeio. Não tem articulação política se não fala a língua. A Conferência da ONU chega pronta, os documentos chegam prontos. Quem tinha que interferir nestes documentos interferiu. A briga lá é uma briga parlamentar dos governos.

Hélio Silva Jr.

Acho que está em curso um processo educativo do Movimento Negro brasileiro, de entender melhor como funcionam esses fóruns internacionais, a dinâmica de preparação desses grandes debates

internacionais, a mecânica das relações internacionais em torno do sistema das Nações Unidas. Acho que nós vamos ter um salto, pelo menos em termos de alguns quadros habilitados, para mexer, explorar melhor o que se chama, hoje, de sistema de proteção internacional dos Direitos Humanos.

Eu conheço a primeira declaração da Conferência de 1978, e o segundo documento da II Conferência de 1983. O *Apartheid* foi o grande objeto de condenação em 1978. Novamente foi o grande objeto de condenação e repúdio em 1983 e permaneceu intacto até que o povo sul africano derrubou o *Apartheid*. Então, embora eu seja um candidato a jurista e acredite que o Direito Internacional público seja um instrumento que, efetivamente, pode ser útil à nossa luta, não atribuo à Conferência da África do Sul responsabilidades que sejam exclusivamente nossas enquanto ativistas militantes negros no Brasil.

A Conferência não fará pelo Movimento Negro brasileiro aquilo que é papel dele. Ela não substitui uma ação política que o movimento deve ter. Pode ser um espaço de visibilização do problema racial no Brasil, de debate e de articulação. Lá para o ano que vem, nós vamos contabilizar avanços em termos de capacitação, circulação internacional e de aprendizado. Como se discute com a diplomacia? Como se domina o instrumental que a diplomacia utiliza neste Fórum? Como se disputam conceitos e os conecta com situações fáticas, que nós tanto repudiamos, que causam tanto males ao nosso povo? Esta conquista já está assegurada.

Com certeza, por maior que seja o nível de conquistas que nós iremos, inevitavelmente, contabilizar, elas ficarão muito aquém das potencialidades, das possibilidades que nós tínhamos. As conquistas irão expressar o nosso tamanho político hoje, como coletividade e como frente de concepções. Talvez a gente possa aprender com a experiência da Câmara Federal que instaurou a experiência de acompanhar o processo preparatório. Eu tenho proposto que a gente crie uma espécie de observatório, para que nós possamos monitorar não só a linha de conformidade ou de contrariedade que o Estado brasileiro e a sua representação política vai ter com a declaração da África do Sul, mas, na verdade, esse observatório poderia relatar um nível de conformidade que

as políticas públicas no Brasil têm com o sistema internacional, com os vários tratados regionais e internacionais, as várias declarações existentes no sistema das Nações Unidas, os projetos de declaração, os princípios, tratados internacionais dos Direitos Humanos, da Constituição das Nações Unidas, da Constituição da OIT e da UNESCO.

O que estou dizendo é que este túnel chamado Sistema de Proteção Internacional dos Direitos Humanos é um túnel que nós ainda não o atravessamos, não o conhecemos, mas – até o argumento da globalização – ele pode ser uma trincheira absolutamente importante num próximo futuro. Como contraponto da agilidade e da inexistência de fronteiras para o capital, você tem esta coisa nova no cenário da luta dos povos oprimidos, que é também a derrubada das fronteiras, do ponto de vista de uma concepção mínima de direitos, dos quais as pessoas são portadoras e que qualquer Estado deve respeitar. Digamos que poderia ser chamado precariamente de globalização dos Direitos Humanos.

Se o Movimento Negro for capaz de perceber que este é um campo de possibilidades que, para nós – até do ponto de vista geográfico, histórico –, a despeito ou com o efeito da África do Sul, nós vamos dialogar mais com esta coisa chamada Sistema de Proteção Internacional dos Direitos Humanos. A questão da reparação, de políticas de ação afirmativa, de políticas compensatórias, ela vai continuar sendo um desafio para a agenda do Movimento Negro brasileiro. E não vai ser neste Fórum. Talvez um outro aprendizado que a gente pudesse ter deste período é que nós esgotamos todas as possibilidades de diálogo amigável com a representação política do Estado brasileiro. Se o Movimento Negro não for capaz de conjugar esta ação de diálogo com ações de rua, que criem fatos políticos capazes de repercutir na mídia, chamar a atenção da sociedade brasileira, nós não vamos ter políticas de reparação, não vamos ter políticas de ação afirmativa.

Marcos Vinicius Pinta Gama

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça estabeleceu, através de um Decreto Presidencial, um Comitê

Nacional que está encarregado de preparar o relatório nacional à Conferência de Durban, e também organizou uma série de eventos preparatórios. Quer dizer, além dos seminários que foram organizados pela própria Fundação Palmares, que é também integrante do Comitê Nacional, o Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais organizou outros três seminários em São Paulo, Salvador e Belém.

O processo da Conferência Mundial está atraindo uma grande atenção da sociedade civil e do Governo Federal. O trabalho que este Comitê Nacional está desenvolvendo e a Conferência Nacional que vai ser realizada no Rio de Janeiro, em julho, constituem um marco neste processo que é evolutivo e que tende ao atendimento de demandas que devem ser levadas em conta. Há uma série de medidas que vem sendo adotadas por diferentes ministérios, que são medidas de ação afirmativa e também aquelas que poderiam ser adotadas durante o processo preparatório e após a Conferência. Porque este é um tema que não se esgota na Conferência de Durban. É claro, que nós estamos trabalhando para que a Conferência tenha um documento final, uma declaração política e um plano de ação que sejam importantes, eficazes e que orientem a comunidade internacional nas ações de combate ao racismo. Mas, internamente estes documentos vão nos servir para orientar ações que vêm sendo discutidas no âmbito do Governo. Há um duplo papel aí. Esta questão da cooperação internacional no combate ao racismo, mas há também uma série de diretrizes que vão ser discutidas e servirão para que os países adotem medidas de combate ao racismo e de promoção da igualdade.

A visão que o tema do racismo tem nas diferentes regiões do planeta é muito diferente. Há outras preocupações políticas que vêm se somar às questões propriamente de racismo e intolerância. Quando se discute esta questão ao nível global, há uma politização em função do que acontece no Oriente Médio, em função de problemas na Ásia, nos países islâmicos, e que se traduzem, por exemplo, no debate sobre a questão da discriminação, agravada no caso de grupos que são discriminados não só por critérios de raça, mas também por outros fatores como gênero, como orientação sexual. Esta é uma discussão

muito difícil e que o Brasil tem uma contribuição a dar, porque a sociedade brasileira acumulou, digamos, uma certa experiência nesta área. Há um nível de reivindicação elevado e acho que a delegação está levando uma posição progressista aqui, ao Comitê preparatório, e vai levar a Durban, no sentido de incorporar esses grupos. O Brasil leva uma posição positiva e progressista para a Conferência Nacional e isso deve traduzir-se, também internamente, em ações que o Ministério da Justiça, através da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, favorecerá.

Ivanir dos Santos

Essa Conferência fugiu ao primeiro objetivo que queriam dela. A Europa puxa a Conferência, pensando nas questões das lutas étnicas que estavam se travando na Europa. A I Conferência tratou da questão da colonização, na hora que criou as bases para descolonizar. A II Conferência tratou do *Apartheid*. A III foi chamada, em um primeiro momento, diante dos conflitos étnicos, tanto na Europa quanto na África. Essa vai tratar das questões internas de cada país. Sobrou o tratado da questão dos imigrantes, na Europa, que eles não têm interesse. É tratar de coordenar os seus países para que os negros voltem para os seus países.

A África está aproveitando para tratar da dívida externa, não quer tratar da questão étnica internamente. O Brasil ficou na berlinda e o resto da América está com problema com os indígenas e na Europa também. Portanto, é a Conferência que quase não tem apoio internacional, quase que não teve dinheiro para realizar. A África do Sul quase cancela. Os EUA estão ameaçando não ir, porque cresceram as bandeiras das reparações que, no Brasil, alguns anos atrás, foram levantadas de um jeito muito equivocado, mas é uma grande bandeira para nós, inclusive, do Movimento Negro.

Nós acreditamos que a Conferência seja um marco na Luta Contra o Racismo no Brasil, na medida em que era um ponto final que o Movimento Negro constrói, ou seja, a desconstrução do mito da democracia racial, e uma Conferência que, ao mesmo tempo, aponta para a construção de saídas dentro do modelo democrático. Uma Conferência que representou um momento chave foi a Conferência das Américas no Chile: ela reconheceu a escravidão como uma das grandes causas da situação dos negros nas Américas, vinculada com o período colonialista. Ela reconhece os efeitos da globalização e os prejuízos raciais, oriundos do processo de desenvolvimento econômico das Américas.

É uma Conferência que traz toda a problemática de desigualdade da população negra nas Américas para o debate com a ideia do racismo. Era uma Conferência que tinha como foco a discussão dos conflitos étnicos na Bósnia, na Europa, no Ocidente. E essa Conferência vai ganhando um contorno forte com grupos que estão, neste momento, vivendo graves problemas raciais. Nós tivemos uma reunião em Genebra, onde esses grupos se encontraram. Eram os afro-americanos – tanto América do Sul como América do Norte –, os negros na diáspora europeia e os africanos, quando conseguimos fazer uma unificação de uma pauta. Foi a primeira vez que nós conseguimos unificar em torno de onze pontos e a reparação apareceu como ponto central da discussão desses grupos. Ao menos ao mesmo tempo, nós conseguimos dialogar com outros grupos: os *Dalits* (intocáveis) da Índia, os palestinos, os povos indígenas. Nós conseguimos montar uma agenda consensual, que fez com que essa Conferência se tornasse um problema.

Posteriormente, houve a Conferência sobre pobreza no Canadá

⁶⁵ Advogado, Presidente do ENZP-Escritório Nacional Zumbi das Palmares. Esta organização atuou por curto tempo. Foi criada após dissidência do Projeto de atuação jurídica no CLAP-Centro de Articulação de Populações Marginalizadas-RJ, em 1999. Rapidamente instalou-se em Brasília, para intervir juridicamente contra o racismo. Apoiado pela Ford Foundation, acabou se voltando quase inteiramente para o processo preparatório da Conferência. Sérgio Martins teve destacada participação no processo preparatório brasileiro e na América Latina. Ao longo de 2000-1, e participou em inúmeros fóruns internacionais correlacionados, além das três Pré-Cons e da Conferência Mundial. Em início de 2002, anunciava-se o encerramento das atividades do ENZP.

e essa Conferência não andou. Os assuntos não foram discutidos porque, de fato, quem participou da Conferência viu que todos os temas relacionados à pobreza foram discutidos a partir da perspectiva de sujeitos históricos muito concretos: que é a linha dos povos indígenas do mundo todo, os povos africanos, os afrodescendentes na diáspora, alguns setores minoritários nos países ocidentais e as minorias étnicas da Austrália. Esse debate proporciona um aparecimento novamente das Nações Unidas no cenário mundial, como uma entidade capaz de mediar conflitos dessa grandeza na ordem internacional. Foi uma Conferência que discutiu sujeitos discriminados historicamente.

Ricardo Henriques

O mais importante é que a Conferência Mundial possibilitou a criação, no contexto brasileiro, de um espaço para poder travar o debate sobre a questão racial de forma mais ampla. Do meu ponto de vista, falta, hoje, que a sociedade assuma o debate. Tenho pouquíssimas dúvidas sobre o caráter inequívoco e contundente dos dados. A desigualdade racial é inquestionável. O que existe é uma ausência de debate, uma não percepção de que é fundamental discutir isso. Eu sou relativamente otimista quanto ao fato de que, se houver discussão, o campo progressista perceberá a necessidade que o País tem de fazer esforços para reduzir a desigualdade racial. Acredito que parte disso seja uma miopia dada pelo ocultamento da discussão.

Carlos Moura⁶⁶

A Palmares realizou dez pré-conferências em várias partes do País, abordando inúmeros temas e, com a minha chegada, eu procurei continuar perseguindo a mesma coisa. Talvez, com um pouquinho de diferença, porque a minha atuação na Palmares vai muito no sentido de atender à demanda, quer seja a demanda de entes públicos, quer seja a demanda

⁶⁶ Presidente da Fundação Cultural Palmares em 2001.

de entes privados. A Palmares não interfere, não executa diretamente. Ela procura ser a ponte, o elo de ligação entre o Governo Federal e os movimentos negros. Talvez seja um pouco de pretensão, mas também um elo entre os próprios movimentos negros.

Ou seja, propiciando encontros para a reflexão e não só a reflexão, mas também, para ação em dois sentidos: a ação da denúncia e da ação da propositura de atividades, que possam contribuir radicalmente para modificar essa situação de injustiça em que vive a comunidade negra. Nesse aspecto, essa III Conferência Mundial foi muito significativa, porque ela não só mobilizou os movimentos negros, mas também mobilizou o Governo de maneira geral. O Estado brasileiro, que é impermeável à questão do racismo contra o negro, o Estado brasileiro, que não enfrenta essa questão, tendo em vista a III Conferência Mundial, começa a ser permeável e busca um caminho para superar isso.

Reginaldo Germano⁶⁷

Quando nós falamos de reparação, estamos falando, principalmente, de um fundo nacional para o desenvolvimento da raça negra. Nós não podemos conviver em um continente, onde a população que é branca trabalha, produz, enriquece até, e a maioria da população, que é negra, continua vivendo em estado de miséria, de mendicância. Nós, parlamentares brasileiros do Movimento Negro, temos que sair daqui com uma agenda nacional. Nós temos que evitar, agora, uma discussão internacional e começar a ter uma discussão nacional. Levar o Governo brasileiro, verdadeiramente, a assumir o compromisso com a raça negra ou, então, fazer o que a vice-governadora Benedita da Silva propôs.

Então, no dia 20 de novembro, nós vamos fazer como os Sem Terra fazem quando reivindicam alguma coisa. Os Sem Terra marcham de São Paulo até Brasília, sacm de Minas até Brasília, fazem passeatas e

⁶⁷ Parlamentar, Deputado Federal (PFL-BA).

alcançam seus objetivos. Então, nós que somos 50% da nação brasileira, nós também temos que organizar movimentos, para que o Governo reconheça que nós não somos uma pessoa, nós somos uma raça, somos uma nação dentro da nação brasileira. E outra coisa, professor Amauri Mendes, eu nunca vou parar de falar nisso. Nós precisamos trabalhar nos movimentos negros deste país, para que eles trabalhem suas lideranças na seguinte proposta: nós temos que conscientizar que o negro precisa votar em negro, é necessário que negro vote em negro. Enquanto nós não tivermos uma representatividade, verdadeiramente, no Congresso Nacional, dificilmente vamos estar aprovando leis. Nós temos diversas leis, que estão dormindo no Congresso Nacional por falta de representatividade. Não pode uma nação de 88 milhões de negros, de um total de 176 milhões de brasileiros, ter uma representatividade de apenas 5% no Congresso. Toda e qualquer votação em relação aos interesses dos negros e dos afrodescendentes estará sempre em risco de cair num tremendo fracasso, porque nós não temos como aprovar pautas para colocar essas discussões em votação. Nós não temos uma representatividade para chegar no Plenário, nas votações, para termos a maioria e aprovarmos essas coisas.

Por exemplo, eu aprovei o direito de o Brasil poder denunciar o racismo no Exterior, no plenário. Fiz uma estratégia, deixei sair a maioria dos que gostam de debater em plenário, na comissão e quando ficou a minoria, eu coloquei o projeto em pauta e aprovei rápido. Foi uma jogada estratégica, mas como vai para o plenário geral da casa, então, nós temos 400 deputados. De 400, nós temos 4 ou 5 que têm interesse na causa negra, os outros não se importam. São representantes dos banqueiros, dos empresários. O que nós queremos é exatamente saber qual é o empresário que quer aumento do salário mínimo, que vai alcançar a nossa raça, que é a mais discriminada neste país. Então, nós precisamos conscientizar, eu acho que os movimentos negros têm que sair daqui e esquecer partidos. Nós não somos partidos. Eu sou de um partido que representa a direita neste país, mas a minha ideologia é ser negro. Eu não sou PFL, eu não sou PT. Se eu fosse do PMDB, eu não seria PMDB, eu seria negro.

A primeira discussão que me interessa, neste país, é o desrespeito

ao negro brasileiro. Depois, eu faço qualquer coisa com qualquer partido, mas a primeira discussão, do meu ponto de vista, é beneficiar ao negro brasileiro em questão de moradia, principalmente em questão de educação, em questão de saúde. Nós temos uma doença que está atacando o negro de maneira geral, que é a anemia falciforme. É uma doença que vêm, silenciosamente, atingindo um grande número da população negra e não há um programa governamental para combater esse mal. Depois que ele alcançar um estado de uma aids ou de câncer, aí já será tarde, para que a gente possa implementar qualquer política nesse sentido de saúde. Então, são essas coisas que nós temos que discutir e fazer ser aprovado.

ALIANZA ESTRATÉGICA AFRO-LATINA E CARIBENHA: PERFIL DE ALGUMAS ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

Francisco Javier

Fundación Idea es una fundación que nació en el año 1988 para luchar por la recuperación de la democracia. La misma coincidió con la salida de Pinochet, partidos políticos en las mesas de votación y pidió que se le avisase en caso de fraude. "Idea" jugó un papel importante y por esa vía se evitó el fraude que se iba a cometer. Después, Idea se dedica activamente a dos temas: a asegurar la consolidación del nuevo régimen democrático en el país y a promover una educación en los derechos humanos. En 1994, "Idea" hace un giro en su trabajo y decide dedicarse de una manera más activa al tema de la tolerancia. "Idea" organiza un trabajo por la tolerancia y la no-discriminación, se hacen seminarios para ir logrando una sensibilidad en la opinión pública ciudadana sobre el grado de intolerancia y discriminación que hay en Chile. En sentido común en Chile se enseña en las escuelas que no hay discriminación, que la discriminación es un problema de la conferencia mundial. El trabajo hacia la denuncia de la intolerancia y discriminación es un trabajo bien interesante; pero no teníamos un trabajo directo en el tema del racismo. Cuando supimos que se celebraría una conferencia mundial

nos dijimos tenemos que actuar. Entonces nos pusimos en contacto con organizaciones que son claves como Naciones Unidas, con la Fundación Ford que nos apoyó y asumimos el rol de organizar lo que nosotros llamamos Conferencia Ciudadana.

La comunidad negra está en la zona norte del país. Nosotros hemos apoyado la formación de una ONG que participa del movimiento negro que se llama "Oro Negro". Esta ONG está buscando la posibilidad hacer este tipo de inclusión, pero tendríamos que importarlo o formar cuadros en la propia comunidad. La única alternativa es formar una sede de la Fundación Ideas en el norte del país. Allí existe una comunidad negra que le daría sustento. En este momento estamos privilegiando al movimiento negro en Chile. Puede ser muy pequeño, son dos organizaciones, pero ese es nuestro objetivo.

Palmira Rios⁶⁸

Quisiera comenzar hablando un poco sobre nuestra organización en Puerto Rico, cómo nos integramos a la conferencia y cómo comenzamos a vincularnos con las compañeras y compañeros de Brasil. Yo dirijo un proyecto, un grupo de investigación en la Universidad de Puerto Rico en la facultad de ciencias sociales. Aunque cubre todas las áreas y es multidisciplinario, el proyecto lleva ya alrededor de cinco años gestándose y afortunadamente en el momento que nos informaron sobre esta conferencia ya estaba un proceso de identificar las áreas problemáticas en nuestro país, relacionadas o impactadas como consecuencia del racismo en Puerto Rico, igual que en otros muchos países del América Latina y el Caribe donde se sufre la existencia de prejuicio racial y se tiende a ignorar toda esta problemática. Y un grupo de nosotras y nosotros nos dimos a la tarea de empezar a estudiarlo y a tratar de elevar el nivel de discusión más allá de decir que existe o no, más allá de los aspectos culturales de afirmación de lo afro en Puerto Rico. En este proceso entendimos que era necesario también trabajar en colaboración más allá de Puerto Rico y,

⁶⁸ Profesora da Universidad de Puerto Rico.

obviamente, los primeros sectores que fuimos a buscar fue la región del Caribe y América Latina.

En el caso nuestro, el Instituto puertorriqueño tiene un nivel académico, pero no estamos en una torre de marfil porque todos venimos de movimientos activistas y estamos participando en otros movimientos, por ejemplo, participamos en el movimiento de concientización y educación y de derechos civiles, en proyectos culturales, en el proyecto contra la pena de muerte, en la lucha contra la presencia marina, en trabajos con organizaciones comunitarias que no tiene buenos recursos y nosotros nos sentimos como agentes facilitadores que podemos contribuir al fortalecimiento de esas organizaciones o facilitarles recursos materiales o de conocimiento técnico. Ahora, estamos moviéndonos más hacia el área de políticas públicas, específicamente, trabajar con algunas áreas particulares. Nosotros como tenemos esa posición y tenemos la gran ventaja de estar dentro de una institución que nos puede facilitar ciertos recursos, podemos, entonces, compartir eso con otros compañeros y organizaciones que no tienen esas facilidades. Pienso, es algo que se ha estado dando aquí en este proceso que aquellas instituciones que tienen algunas ventajas en un área pues las comparten con las que no tienen esas ventajas y entonces, al final todo el mundo se beneficia. Por eso fue que se decidió celebrar la primera reunión del comité coordinador de la red de mujeres en Puerto Rico.

Nosotros por nuestro origen y formación política y profesional venimos de movimientos políticos y movimientos sociales. Nosotros mientras nos íbamos educando profesionalmente siempre participamos de movimientos políticos. En mi caso mientras era estudiante en Puerto Rico, luego en los Estados Unidos, después que terminé mis estudios continué, ese vínculo siempre fue integral en mí. Y también informaba todas las bases de las áreas que yo me dedicaba a estudiar. Siempre ha habido un hilo conductor en mi trabajo académico- el estudio de las víctimas, el estudio de género, el estudio de los emigrantes, el estudio de los afro descendientes, el problema del acceso a las políticas públicas, a los recursos etc. Y ese siempre ha sido el hilo conductor de mi trabajo. Igualmente los compañeros y compañeras que trabajamos en el Instituto

tenemos, también ese perfil de que la mayoría somos profesionales, pero todos somos activistas en distintos campos y trabajamos con grupos comunitarios de base con toda la lucha social, o sea no estamos al margen, no estamos teorizando en abstracto.

Juan Pedro Machado

Mi nombre es Juan Pedro Machado, soy dirigente de "Mundo Afro", una organización del movimiento negro en Montevideo y dentro de la organización, hoy por hoy, estuve trabajando en la secretaría de la red continental que está radicada en "Mundo Afro", pero ahora estoy trabajando en la dirección del Instituto de Formación Afro, que es un Instituto que está hecho en coordinación con la alianza estadística afro latinoamericana.

En Uruguay nosotros tenemos un proceso que venía previo a la conferencia. En cuanto a relación con el estado, estaba presentado un comité de seguimiento de la convención internacional para la lucha contra la discriminación racial. Cuando Uruguay presentó su informe anual sobre la discriminación racial en Uruguay, hicimos un contra informe y presentamos aquí en Ginebra ese contra-informe, el cual llevó una sorpresa no sólo para el comité, sino también para el estado uruguayo. Nosotros teníamos una presentación muy profesional de la cuestión con un nivel de confrontación conceptualizado de lo que estaba puesto ahí en el informe de Uruguay y con un aparato en cuanto a contactos hechos en Naciones Unidas y con los expertos para presentar la realidad de Uruguay y dio como resultado que el comité de seguimiento hizo unas recomendaciones muy ciertas y muy duras al estado en relación con la situación de la gente negra allí. Esta realidad hizo que nuestra relación con el estado uruguayo cambiara significativamente de las bases sobre la cual el estado tenía hecho era los datos estadísticos del Instituto Nacional de Estadísticas de Uruguay que fue hecho conjuntamente con "Mundo Afro".

Estos datos oficiales del gobierno también ayudaron a cambiar esa relación con el estado en cuanto a la aproximación. Entonces, después

de tener todo ese producto ahí de recomendaciones, vino el proceso de la conferencia, pero ya teníamos un diálogo diferente con el estado. Entonces, como ellos todavía están con esa sensibilidad de no querer encarar el tema negro, el tema afro descendiente o el tema afro americano dentro de las fronteras, nosotros fuimos para encima de ellos en cuanto a que en esta conferencia nosotros teníamos que sacar el tema dentro del país e intentamos hacer una coordinación interna que se llama coordinadora uruguaya de apoyo a la conferencia mundial contra la discriminación racial. La idea de hacer esa coordinación no era sólo apuntar aquellas gentes discriminadas, sino era también intentar cambiar con relación a la futura relación del estado, a partir de ese nuevo estatus que el estado tenía con la sociedad uruguaya en cuanto a lo que las Naciones Unidas habían dicho de Uruguay. Aquí existe racismo y existe racismo particularmente orientado hacia la mujer negra, dónde ellos hacen las ocho recomendaciones, están sin dudas dirigidas para que haya reparaciones específicas en la mujer negra. Esta coordinadora es una coordinadora amplia en la que está la aMovimiento Negroísta internacional, la asociación cultural de Uruguay (otra asociación negra), la comisión nacional de los compromisos de Beijín, el comité central israelita, la iglesia anglicana, la iglesia metodista, el integrador nacional de descendientes indígenas americanos, la organización multinacional de los armenios, el "Mundo Afro", el programa de la Naciones Unidas para el desarrollo.

ALIANZA ESTRATÉGICA AFRO-LATINA E CARIBENHA: O PROTAGONISMO AFRO-BRASILEIRO

Juan Pedro Machado

Los líderes negros, yo creo que han progresado significativamente en el proceso de relación en cuanto al resto del movimiento negro latinoamericano, en cuanto al proceso de incidencias en las estructuras multilaterales e internacionales. Ahora yo creo que ya hubo una diferencia en cuanto a la percepción de los líderes negros del resto del movimiento negro, de hecho nosotros tenemos una experiencia

con algunas organizaciones negras de Brasil, se ha hecho en un trabajo previo en torno a la red de las organizaciones negras, inclusive yo noto una diferencia entre lo que fue la primera PREP-com y esta segunda PREP-com. Yo creo que nosotros tenemos un proceso romántico con Brasil porque el movimiento negro latinoamericano siempre piensa en Brasil como referencia por tener toda una conceptualidad política, el crecimiento, el aumento que hace la presencia de las religiones africanas, toda esa cantidad de personas que se encuentran en las reuniones negras. Cuando nosotros nos aproximamos a esa relación, nosotros notamos que la realidad nacional de Brasil consumía esas figuras potenciales políticas que podrían ser referencia para toda América Latina a partir de Brasil y no son. Entonces quién sabe si algunos países como por ejemplo, Uruguay donde no somos un gran número, ni tenemos una gran presencia dentro del contexto internacional, comience a hacer coordinaciones en Latinoamérica que van terminando un poco como consecuencia de esta alianza. Yo creo que la madurez política de los líderes de Brasil está influyendo y enriqueciendo los valores del movimiento negro latinoamericano.

En esta segunda PREP-com, de un año para acá, nosotros vemos un proceso de coordinación internacional, de aportes y una discusión aquí junto con la gente de Brasil basado en la experiencia de Ivanir, Sueli, Roberto de Uruguay. Todos tratando de ver el problema de la unificación del movimiento afro-latinoamericano y caribeño como un movimiento apenas americano. Lo que yo veo de progresivo en este movimiento en cuanto al proceso de líderes negros brasileños es que dieron paso para la afirmación del movimiento negro latinoamericano en cuanto a la interacción con el resto y pasaron a ser las referencias que debían ser. Entonces, creo que quien perspectiva este movimiento en el caso de liderazgo de la alianza tiene un potencial muy bueno. Usted imagina, quienes tienen 20, 30, 40 años de liderazgo junto con procesos nuevos sirviendo experiencia y como punto de referencia, tenemos que crecer.

Yo creo que hay hoy una modificación en la base de esta referencia que da una calificación al movimiento afro-latinoamericano a partir del aporte que hace el movimiento afro-brasileño. Esto es compatible

porque incluso en el proceso del resto del movimiento, todo el mundo ha crecido. Usted se sienta en una mesa hoy y tiene condiciones agradables de conversar de política con los compañeros latinoamericanos. Los compañeros de otros países quieren preguntar algo y van hasta la Alianza. Hay una estabilidad que es consecuencia de un proceso histórico de una madurez del movimiento. Por eso yo creo que una de las grandes ganancias de la conferencia es la madurez adquirida. Para cerrar, yo creo que la conferencia es importante porque la reunión en Chile abrió la conceptualidad del movimiento, madurez, capacidad de organización y de diálogo.

Palmira Ríos

En mi opinión, a través de un año de trabajo, yo he podido apreciar la gran contribución que están haciendo las compañeras y compañeros de Brasil en este proceso. Cuando vinimos aquí el año pasado a la PRE conferencia, nos encontramos con la noticia desagradable de que Brasil se había retirado como sede. Y la expectativa de los compañeros y compañeras era malestar, depresión porque todos esperaban que la conferencia fuese allí por lo que significa Brasil para el continente. Pensamos y todavía soy de la opinión que es necesario hacer una conferencia de afro descendientes en Brasil. Si los gobiernos no lo hicieron nos toca a nosotros, la sociedad civil, celebrarla. Porque ese encuentro no se ha dado todavía en todo este proceso. La reunión de Quito no fue eso, la reunión de Costa Rica fue como un embrión de más bien de líderes americanos y del Caribe, pero esa reunión no se ha dado.

Yo soy de las que ha planteado constantemente de buscar cómo se celebra, aunque sea post Durban, de hecho va a ser post Durban, ese gran encuentro de afro descendientes en Brasil por lo que este país representa por la composición demográfica de Brasil, por la gran presencia de afro descendientes y por la presencia de grandes organizaciones de afro descendientes; porque tampoco es el número lo más importante, sino la capacidad organizativa. Debemos poner como agenda esa reunión que no se cumplió. Ya tenemos una mejor apreciación de la gran cantidad de

organizaciones de afro descendientes que hay en Brasil. Estamos viendo más una posible colaboración entre ellos, y una buena articulación, una gran capacidad de conceptualización y de creatividad. Siempre es Brasil quien viene con imágenes, en esa área Brasil ha jugado un papel bien especial, muy fundamental en todo este proceso. Para darle una visibilidad y dimensión internacional a ésta nuestra lucha, yo creo que a través de Brasil lo vamos a hacer mucho más rápido por los números y por la posición que ocupa Brasil en el mundo y en el continente y en ese sentidos los compañeros y compañeras hacen una contribución muy importante en este proceso. La sede es la otra parte en la cuál los compañeros están también jugando un papel estelar y pese a su número he encontrado en ellos una disposición a trabajar siempre con nosotros, o sea, nosotros somos tres millones de puertorriqueños y en Brasil son no sé cuántos cientos no vienen con una actitud de dominar la discusión, sino todo lo contrario, es una apertura a colaborar como compañeros y compañeras latinoamericanos.





PARTE II

Análises





Um cometa: a III Conferência Mundial Contra Racismo

Notas para uma discussão sobre a conjuntura da Luta Contra o Racismo no Brasil

O processo preparatório para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata, no Brasil, é um poço de lições. Dada sua duração – para efeito deste texto maio/2000 a setembro/2001 –, intensidade e abrangência, volume de recursos e aportes institucionais investidos de diferentes fontes etc., aquele processo propiciou a visualização, privilegiada para quem estava “vendo” de perto, da dimensão dos conflitos internos, tanto no âmbito governamental e em setores de órgãos do Estado, como nas hostes do Movimento Negro e de seus aliados. Talvez seja possível dizer que nunca antes ficaram tão patentes os desafios, possibilidades e encruzilhadas (com todos os significados possíveis) interpostos ao avanço da Luta Contra o Racismo.

Mary Robinson – Alta Comissária de Direitos Humanos da ONU, responsável principal pela organização da Conferência – já dissera que, ao contrário das duas anteriores, a III Conferência mexeria com questões internas de todos os países e que exigiria muito maior zelo e habilidade para sua realização. As discussões sobre xenofobia e intolerâncias correlatas se esforçaram por merecer o destaque no título, mas o racismo e a discriminação racial foram, sem dúvida, senhores das principais atenções – não restou dúvida sobre sua proeminência sobre os outros temas. Isso não impediu que, ao longo do processo, preparatório e em Durban houvesse momentos sublimes de unidade, maturidade de membros da delegação oficial, do Movimento de

Mulheres, dos militantes indígenas, homossexuais e negros, que se apoiaram mesmo quando seus interesses específicos não estavam em jogo.

Este texto, então, aborda a III Conferência Mundial Contra o Racismo, não de uma visão que tem sido corrente, e é muito bom que seja, de referenciá-la como um marco na construção de documentos que vão subsidiar a atuação da militância contra o racismo em toda parte do mundo. Também das questões relativas a gênero, aos indígenas, às intolerâncias correlatas, não é do que ele trata. A prioridade é realizar um breve histórico do processo preparatório, tentando alinhar a fragmentação das muitas “vozes” e dos diferenciados graus de envolvimento e de lugares regionais e ideológicos dos agentes. Ainda, através dele, analisar as dimensões que aquele evento internacional adquiriu como fator de mobilização – um sopro nas brasas (perenes!) da Luta Contra o Racismo, produtor de oportunidades de expressão, de visibilidade, do contencioso racial. Desde 1995 (tricentenário de Zumbi dos Palmares), o Movimento Negro não se apresentava tão fortemente em atividades coletivas, vendo-se e sendo observado como um Movimento Social. Segundo, através desses “apontamentos etnográficos”, sugerir uma leitura da conjuntura da Luta Contra o Racismo e do emaranhado de relações no qual estão imersos o Movimento Negro e outros agentes da Luta Contra o Racismo – negros e não negros, atuando com perspectiva militante junto a governos e ao Estado e em todo o espectro da sociedade brasileira.

A PREPARAÇÃO: EXPECTATIVAS, MOBILIZAÇÕES, FRUSTRAÇÕES, ENERGIAS

O ponto de partida principal para essa análise é o fato de um evento internacional ter possibilitado ao mesmo tempo uma leitura da conjuntura nacional da Luta Contra o Racismo, e, mais do que isso, ele obrigou a redefinições de discursos, de comportamentos, a convergências, até então

insuspeitas. Após tal vivência, as partes – nomeadamente militantes do Movimento Negro e representantes de órgãos governamentais – perceberam como, com toda complexidade e desajustes que apresentam, cada um em seu âmbito e um em relação ao outro, que era possível estarem juntos...

Edna Roland

Os conflitos do 22 de abril de 2000, em Porto Seguro-BA, no que deveriam ser as festividades de comemoração dos 500 anos de “descoberta do Brasil”⁶⁹, afetariam o decorrer do processo preparatório para a III Conferência Mundial, no Brasil. Uma semana depois que correu o mundo a foto do índio, em situação deplorável, embebido em chuva e lágrimas, de joelhos, frente às tropas impassíveis; constrangida pela repercussão mundial do “massacre”, a delegação oficial brasileira chegava a Genebra, para participar da I PrepCon (Conferência Preparatória para a III Conferência Mundial). A delegação oficial era composta, principalmente, de diplomatas, mas era chefiada por Dulce Pereira, antiga ativista negra paulista, então presidenta da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, órgão de Estado designado pelo Presidente da República como responsável pela formulação estratégica, institucional e política da participação brasileira na Conferência Mundial. Mas estava presente, também, uma pequena delegação de militantes negros, atentos ao processo que se iniciava e imbuídos da máxima motivação para uma intervenção qualificada.⁷⁰

Nas negociações oficiais preliminares, no âmbito do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, que antecederam a I PrepCon, ficara estabelecido que haveria uma preparatória oficial em cada continente e o Brasil se oferecera para

⁶⁹ Vide ampla cobertura de *mídia* nacional e internacional sobre os confrontos entre tropas federais e ativistas políticos de variada coloração – entre eles, e cumprindo um papel simbólico marcante, os membros da aliança afro-indígena, que ao longo de mais de 1 ano se mobilizaram através do projeto “Brasil: Outros 500”.

⁷⁰ As Entidades Negras presentes eram: Geledes, CEAR, CONEN, ENZP EXPLICAR AS SIGLAS, Comissão Impulsora do Fórum Nacional para a III Conf. Mundial

sediar a Conferência Preparatória das Américas. Tal postulação poderia ser encarada como óbvia, dada a condição de país com a segunda maior população negra do mundo, no qual é candente a questão racial, gerando pesquisas de renomados especialistas nas temáticas da Cultura Negra e de relações raciais, e onde existe um Movimento Negro articulado em âmbito nacional, além do fato de ter sido a convocação daquela Conferência Mundial uma proposta levada pelo representante brasileiro, embaixador José Roberto Lundgreen Alves, na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1997.

Na primeira intervenção oficial da chefe da delegação brasileira na I Prepcon, Dulce Pereira declarou que o Brasil não se dispunha mais a sediar a Conferência Preparatória das Américas. Sua fala caiu como uma bomba na Plenária Oficial e revoltou a pequena delegação de Entidades Negras, principalmente porque, conforme depoimentos de ativistas presentes (não confirmados pela mesma), Dulce Pereira teria alegado, em seu discurso, que, entre outras razões, o próprio Movimento Negro estaria contra o Brasil sediar aquela Conferência.

Há, todavia, uma série de antecedentes que obrigam à cautela na análise das forças e posições em jogo naquela situação. A presidenta da Fundação Palmares era conhecida pela força e impetuosidade de suas posições. Era uma respeitada ativista do Movimento Negro desde a década de 1970. Da mesma forma que alguns dos ativistas presentes em Genebra, fundadora e membro do Partido dos Trabalhadores – tendo sido, inclusive, suplente do Senador Eduardo Suplicy à época. No momento em que ela aceitou participar de um governo de partido adversário (o PSDB), assumindo a presidência da Fundação Palmares (1995), foi objeto de intensa campanha interna do seu partido – ataques e apoios de todos os lados, inclusive do Movimento Negro – para sua expulsão. Tudo isto formava um contencioso explosivo. Havia, portanto, profunda animosidade e diferenças políticas e ideológicas significativas.

O fato é que a posição oficial brasileira foi definitiva e os ativistas divulgaram um documento, ainda em Genebra, no qual atacavam aquela decisão e, particularmente, a Presidenta da Fundação Palmares:

A decisão foi constrangedoramente anunciada ontem – dia 3 de Maio – durante sessão plenária do Comitê Preparatório, mas seus rumores já circulavam desde a Segunda-feira na abertura dos trabalhos. Em razão desses rumores, as organizações do Movimento Negro estiveram na Embaixada Brasileira e ouviram do Sr. Embaixador a confirmação das mudanças de decisão, comunicada a ele apenas na Sexta-feira à tarde, no dia 28 de Abril”. “... na Segunda-feira, dia 1º de Maio, a Sra. Dulce Pereira, Presidenta da Fundação Cultural Palmares, pessoalmente, disseminou entre as demais delegações de ONGs presentes que a renúncia do Governo brasileiro devia-se às manifestações contrárias das ONGs brasileiras.⁷¹

Tal estado de ânimo repercutiu profundamente no Brasil e era fatal o desgaste de Dulce Pereira e da Fundação Cultural Palmares como o centro de um processo que se anunciava de grande envergadura e mobilizador da opinião pública brasileira. A Palmares esboçou um movimento, convidando importantes intelectuais negros – como o professor Henrique Cunha Jr. – para sua assessoria, com o propósito de se preparar adequadamente. Ato contínuo, sua presidenta foi designada para um cargo de Embaixadora e assumiu a presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, com sede em Lisboa. A interinidade, que se alongou por cinco meses até a posse de Carlos Moura, acarretou mais problemas e debilitou ainda mais a posição da Palmares naquele contexto.

No dia 8 de setembro de 2000, quatro meses depois, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso criava, através de decreto, o Comitê Nacional para a Preparação Brasileira para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Foi uma manobra rática admirável do Governo. Eram de variadas ordens as insatisfações (dentro e fora do Governo) com a atuação da Palmares, a sua liberdade de movimentos e o seu controle de todo o processo.

⁷¹ Nota das ONGs do Movimento Negro Brasileiro – Genebra, 4 de Maio de 2000.

Em primeiro lugar, daí em diante, não haveria mais o **Governo**: um adversário comum, capaz de unificar o Movimento Negro e outros setores do Movimento Social, interessados naquele processo. Na composição do Comitê, além de membros de órgãos de vários Ministérios, de membros do Legislativo e do Judiciário, estavam lideranças do Movimento Negro, do Movimento Indígena e religiosos eminentes. Segundo, para dirigir o Comitê, foi designado Gilberto Sabóia, Secretário de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, respeitado diplomata, com brilhante folha de serviço – fora, inclusive, relator da Conferência Mundial dos Direitos Humanos (Copenhagem, 1994). A partir de então, a Fundação Cultural Palmares deixa de ocupar o centro. Os resultados ficariam visíveis na Conferência Regional das Américas, que se realizaria em dezembro de 2000, em Santiago do Chile.

Os depoimentos de militantes das ONGs negras são enfáticos em considerar a Conferência de Santiago como um marco, também pelo fato de ter sido aceita, após exaustivas negociações, a inclusão do termo “afrodescendentes” em todos os documentos oficiais da Conferência, substituindo, quase sempre, o termo negro. Sem pretender entrar na discussão sobre a precisão (a tendência parece ser considerá-lo autoexplicativo) ou sobre a maior ou menor conveniência do conceito, estava claro, naquele contexto, que o termo **afrodescendentes** contemplava, mais amplamente, a diversidade de identidades e motivações identitárias em regiões diversas e processos nacionais específicos, além de ser um novo “achado”, cuja proeminência prestigiava os propositores. Abria, ainda, uma brecha conceitual para a vinculação África/diáspora, fundamental para a luta (que se adivinhava árdua) por reparações – a principal bandeira dos povos negros/afrodescendentes na III Conferência Mundial. Adiante, se veria que o conceito amplo de reparações, na verdade, abrigava diferenças de interesses políticos e econômicos estratégicos, entre africanos e africanos-americanos (USA e Canadá) e afro-europeus. Também entre afro-sulamericanos e caribenhos etc. Mas isso é outra discussão.

Também para as Entidades Negras brasileiras foi um momento importante. Pela primeira vez, mobilizou-se uma delegação tão grande de militantes do Movimento Negro para um evento internacional. E muitos tiveram a oportunidade de “ver de perto” e compreender que a atuação, naquele contexto, exigia preparo e dedicação diferenciados, que poucos teriam condições de assumir.

Após a I PrepCon – maio de 2000 – houvera um esforço de mobilização no interior do Movimento Negro. Sob a égide do Comitê Impulsor, cujos principais expoentes foram Edson Cardoso (militante negro de Brasília, que estivera presente na I Prepcon) e Luiza Bairros (professora universitária e também reconhecida militante do Movimento Negro). Realizaram-se duas Plenárias Nacionais de Entidades Negras. Na primeira (São Paulo, Julho/2000), ficou clara a dificuldade de se constituir, tanto a unidade política quanto um contexto de formulação estratégica coletiva, visando à preparação para a Conferência. Os depoimentos recolhidos permitem avaliar que, de um lado, as ONGs negras possuíam fundamentos e articulações que lhes permitiam direcionar seus interesses e formas de atuação mais eficazes e, também, a importância da presença e da pressão do Movimento Negro; de outro, a partir da Conferência do Chile, alguns militantes de Entidades Negras perceberam que precisariam se “acelerar” se quisessem, de fato, intervir com eficácia naquele processo.

A 10 de março de 2001, o Comitê Impulsor realizou uma reunião de caráter nacional. Ela ocorreu na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) – com o registro de 43 entidades presentes. Apenas 9 não negras (ONGs, partidos políticos, sindicatos), mas representadas por negros – e sua principal deliberação foi a convocação de um seminário nacional (que depois mudou para II Plenária Nacional de Entidades Negras) para o mês de Maio. No relatório, consta a presença de representantes de 6 Estados. Era distinta a posição das ONGs e das Entidades Negras em relação a uma questão crucial: deveria se realizar um Seminário Nacional, para se aprofundar a compreensão e as estratégias do Movimento para a Conferência, ou utilizar os recursos possíveis de serem conseguidos junto a parceiros externos, para ampliar a

delegação do Movimento a Durban? Foi um momento interessante em que, apesar das divergências fundamentais (para as ONGs a estratégia já estava definida, eles já sabiam o que fazer), o clima era de tolerância recíproca. E permaneceu graças à “vitória” da posição, defendida pelo Comitê Impulsor: por isso, havia convocado a reunião, para não deixar a atuação das ONGs livre da pressão do conjunto do Movimento.

De 11 a 13 de maio se reunia a II Plenária Nacional de Entidades Negras na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro). Foi significativa a presença do Embaixador Sabóia e da então Vice-Governadora Benedita da Silva na abertura oficial do evento. Ao contrário do que se temia, não houve nenhuma manifestação de hostilidade ao Embaixador e sua comitiva. Essa Plenária foi muito representativa. Falava-se na participação de representantes de 18 Estados. Era visível que (e quanto) a maior parte da militância desconhecia as características de uma Conferência Mundial e das possibilidades, dos espaços, das formas de participação. E esse desconhecimento transbordava ansiedade, contrastando com a serenidade de membros de ONGs Negras, senhoras daquele contexto.

Elas eram detentoras de vultosa massa de informações intensamente trocadas, inclusive, através de duas listas via *Internet* – **discriminação racial e mulheres negras** –, criadas especificamente para esse fim. Importante assinalar que a intervenção dos membros das ONGs negras se deu, quase sempre, com o propósito de explicar o processo preparatório e o que era a III Conferência Mundial, além de esclarecer dúvidas sobre as possibilidades de participação do Movimento Negro. Não era fácil o diálogo, nem na cena principal, nem nos bastidores da Plenária.

Pode-se dizer que um tema galvanizava o ambiente – Quem vai à África do Sul? – embora ainda não estivesse definido o montante das bolsas, nem mesmo as fontes, o que só iria acontecer já nos meados de agosto. As decisões finais passariam pelas ONGs Negras, interlocutoras permanentes das agências de fomento. Pode-se imaginar os conflitos, angústias, ressentimentos, frustrações, inimizades, rupturas políticas e institucionais que tais decisões e os processos decisórios geraram. Havia,

também, militantes cujas disputas se davam em outros espaços: nos órgãos de governos, em que eram referências na questão racial, junto às casas e aos mandatos parlamentares onde atuavam, nos seus esquemas sindicais e/ou partidários; enfim, um amplo leque de espaços conquistados pela militância negra. Finalmente, havia os que não disputavam essas bolsas, ou porque não tinham chances, ou porque preferiam evitar os desgastes, mas que estavam decididos a ir com seus próprios recursos – queriam vivenciar aquele momento na sua excepcionalidade, na riqueza de emoções, de novas experiências, enfim, algo “imperdível para quem está na Luta, de corpo e alma”⁷².

A direção da Plenária esteve a cargo, principalmente, de Luiza Bairros, que conseguiu se haver com firmeza e serenidade. Embora as disputas dominassem a cena – pelos desafios lançados, pelo ímpeto dos oradores e oradoras – é possível perceber, através das fitas de áudio gravadas, que muitas tentavam obter informações sobre as características e a dinâmica daquele processo. O seu interesse maior era, exatamente, saber como poderiam contribuir para a “grandeza que uma CMCR (Conferência Mundial Contra o Racismo) merecia”. Ao invés de apressadamente rotular como ingênuas tais posições políticas, talvez o adjetivo mais adequado fosse este: generosas. De qualquer forma foi um grande momento protagonizado pelas Entidades Negras, a partir do investimento declarado de duas ONGs Negras – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP-RJ) e Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT-SP), que canalizaram recursos de parceiros (a Fundação Ford foi sempre muito citada naquele contexto e parece, realmente, ter alocado a maior quantidade de recursos), na sua mobilização.

Ainda em maio, aconteceu a II Prepcon em Genebra. Foi possível ver, então, o que significava “o preparo” (que, até então, funcionava como um mito) exigido aos e às militantes. Tratava-se de acompanhar, embora sem direito a voz (apenas representantes oficiais a possuíam), as sessões da Conferência Preparatória, que se realizava

⁷² Depoimento gravado de Elizabeth Lima da Silva, militante do Quilombo, organização negra do RN.

no maior auditório do *Palais des Nations* (o Palácio das Nações, complexo de edifícios articulados, sede central da ONU em Genebra). Eram admitidas as presenças de militantes de ONGs e bem toleradas suas pressões sobre suas delegações oficiais (no melhor estilo do politicamente correto e da postura diplomática), postulando inclusão de temas, melhor redação, detalhamento de conceitos, esforçando-se por efetivamente “integrar” a delegação nacional e para incluir suas posições nos documentos oficiais.

É verdade que, entre as(os) militantes brasileiros e mesmo entre as(os) demais afro-latino-americanos, poucos se desembaraçavam bem em outros idiomas, mas todas/os se desdobravam – aí vale uma menção especial às relações entre as/os ativistas negros e dois membros brasileiros (um negro e um branco) da Comunidade Bahá'í, ambos bem integrados. Importante registrar também o “pique” e a concisão de objetivos tecida em muitas conversas em todo lugar e momento possíveis, a atenta leitura dos *drafts* (rascunhos dos textos oficiais disponibilizados a cada dia), o acompanhamento dos debates em plenário, as articulações favorecidas pelos contatos – tarefas cotidianas de gente incansável – além da visibilidade internacional de alguns(algumas) ativistas brasileiras.

Era admitida, como importante, a experiência adquirida por ativistas que vivenciaram o processo da Conferência Mundial de Mulheres (Beijing-China, 1995). Estas informavam sobre a dinâmica e as características principais de uma reunião preparatória para elaboração dos documentos, que seriam finalizados na Conferência Mundial. Aí, estaria uma das razões da força e da propriedade com que se apresentavam as ativistas negras. As ONGs de mulheres negras haviam se preparado! *Folders* e outros documentos em inglês e espanhol, adereços (lenços e outros), distintivos etc., produzidos para aquele momento! A partir de Santiago, mas principalmente depois de Genebra-2000, ficaria visível a proeminência feminina nas delegações de ativistas negros ao longo do processo preparatório.

A destacar, também, a complementaridade entre delegação oficial e ONGs, que se mostrara exitosa em Santiago e que viria a

se consagrar em Genebra (a recorrência a esse fato ao longo do texto expressa o que ia no discurso das/os ativistas). As mesas compartilhadas nos espaço de lazer, lanches e amenidades, os *briefings* diários, entre a delegação oficial (várias vezes com a presença do Embaixador) e as(os) ativistas, em salas devidamente agendadas, as trocas de informações e impressões, a participação em mesas de debates muito concorridas, que se davam em paralelo às oficiais... Mas como poderia ser muito diferente? Dos cerca de 20 membros da delegação oficial, quase a metade eram militantes negros, 3 parlamentares, todos negros, um pastor protestante e um alto funcionário da SEDH (Secretaria Especial de Direitos Humanos). Importante salientar que tal nível de relações estava longe de alinhá-los quanto a estratégias e interesses, ou a perspectivas políticas e ideológicas. Havia os espaços próprios de cada agente, das(os) ativistas negras(os) coletivamente, da delegação oficial, também coletivamente, e dos grupos mais afins em cada um desses coletivos.

Isso se evidenciava nas reuniões matinais, às vezes ainda nos quartos dos hotéis ou nos encontros anteriores à chegada ao teatro da PrepCon, o *Palais des Nations* (o Palácio das Nações); na emissão de documentos aos presentes na Prepcon ou relatórios enviados por *e-mails* para divulgação no Brasil, na delegação de atribuições como, por exemplo, junto às instâncias de articulações de afrodescendentes de toda a diáspora – por sinal, era um espaço sempre tenso, com disputas acirradas (nem sempre conflituosas), graças a idiossincrasias, mas também devido aos alinhamentos que se davam em nível internacional, com implicações junto a agências de fomento e outros organismos inter e multilaterais.

Descortinava-se, ali, um mundo que só era dado a poucos ativistas negros brasileiros. Dos que se encontravam naquele momento em Genebra, alguns estiveram em Petare-Venezuela, entre 22 e 24 de abril. Lá, foi ultimada a preparação da *Alianza Afrolatina e Caribenha*, com a delegação de responsabilidades e atribuições, para cada um dos membros, dentro de uma agenda bastante ampla de todo o processo (até mesmo a participação na Conferência da Europa, por exemplo).

Foi feita, também, a avaliação dos documentos finais do Fórum das Américas, reunião satélite-preparatória, realizada sob os auspícios do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, em Quito-Ecuador (em que membros brasileiros da *Alianza* estiveram presentes), na qual se identificava a dificuldade de aceitação do termo “afrodescendentes”, retirado do relatório final. O papel da *Alianza* – e a participação das brasileiras nela – constitui uma história a parte, incabível aqui.

Todavia, é imprescindível um comentário: a criação da *Alianza* se dera em setembro de 2000, em San José (Costa Rica), culminando contatos que vinham tecendo uma rede de informações e de trocas de experiências, de consultas recíprocas entre militantes negros e negras, nas Américas e no Caribe, e que foi potencializada graças à cooperação da Ford Foundation, no período em que era oficial de projetos Edward Telles, pesquisador e professor universitário – hoje, na Universidade de Princeton – nos EUA. Pois bem, pode-se dizer que a *Alianza* se constituiu numa usina geradora de ações estratégicas articuladas, das mais efetivas e consistentes (e não só entre afrodescendentes) no âmbito das ONGs, ao longo do processo internacional a caminho de Durban, particularmente no que toca aos textos dos documentos oficiais. Na II Prepcon e em Durban, ressalte-se a unidade entre seus membros. É de se notar, também, que, de alguns países latino-americanos e caribenhos, negros, apenas membros da *Alianza* estavam presentes, o que pode dizer algo sobre a força de seus membros nos processos internos de seus países. Merece registro, ainda, o seu desempenho nos contatos internacionais, com variado tipo de agências de fomento.

Em Julho de 2001, se realizava, na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), a Conferência Nacional preparatória para a Conferência Mundial.

Foi o evento preparatório que adquiriu maior visibilidade. Para isso, concorreram alguns fatores: primeiro, a proximidade da Conferência Mundial. Já havia mais interesse de mídia, o tema motivava discussões em vários setores da sociedade e, internacionalmente, já havia

repercussões das dificuldades enfrentadas na elaboração dos documentos. Segundo, que a presidente seria Benedita da Silva, a Vice-Governadora, por si só uma personalidade capaz de galvanizar atenções. Ainda mais que ela era membro do Comitê Nacional Preparatório, atuando em complementaridade com o Presidente do Comitê, Embaixador Gilberto Sabóia.

A organização da Conferência Nacional foi um episódio ímpar. As opiniões se dividiam no âmbito do Governo Federal, quanto à conveniência de se ter à sua frente alguém tão forte e de um partido adversário. Por outro lado, como não contar com Benedita da Silva, seu carisma pessoal e visibilidade institucional, política, além de ostensiva atuação como fiadora da Conferência Nacional?

Na verdade, entre governistas no âmbito federal, havia sempre a preocupação oficial em não perder a legitimidade internacional para falar sobre relações raciais, o que implicava em manter boa relação com o Movimento Negro. Isso, porém, não deveria se dar ao custo de tal fortalecimento das posições do Movimento Negro, que lhe permitisse hegemonizar a própria expressão das posições oficiais, concedendo-lhe maior visibilidade internacional, criando problemas maiores adiante, na volta ao cotidiano de lutas contra o racismo na sociedade brasileira. Depois de surpreender negativamente, com a recusa de organizar a Conferência das Américas, o Governo brasileiro evitava mais desgaste e se beneficiava de divergências internas do Movimento Negro, para deixar transcorrer um processo preparatório pífio, sem grandes mobilizações e apelos de mídia e junto à população. E também precisava do ímpeto e competência das(os) militantes para formular intervenção de maior qualidade na redação e nas negociações, que geravam os documentos (declaração e plano de ação). A delegação oficial era, pode-se dizer, dependente dos militantes. A Conferência Nacional, então, traria, ao processo brasileiro, aquela aura de legitimidade social, que fortalece atuações no âmbito internacional.

Vale, no entanto, referir as controvérsias de todo tipo que ela gerou. Até o último momento, apesar das garantias da Vice-Governadoria e do

Presidente do Comitê Preparatório, havia dúvidas se ela se realizaria:⁷³

- os recursos eram um problema: o Rio de Janeiro era oposição ao Governo Federal e Benedita da Silva do principal partido da oposição;
- os temores quanto ao comportamento de uma “massa” de militantes inflamados era outro problema;
- os objetivos expressos da Conferência Nacional – elaboração de documentos para subsidiar a atuação oficial brasileira em Durban – já haviam sido parcialmente cumpridos com a sequência de Seminários Temáticos da Fundação Palmares e dos Seminários Regionais Preparatórios da SEDH-MJ, ocorridos em diversos Estados de todas as regiões, e já estava devidamente contratada a elaboração dos relatórios finais, que cumpririam aquele papel...

A entrevista gravada com a Vice-Governadora permite avaliar as suas razões de especial insistência na realização da Conferência Nacional, para além de seus próprios interesses políticos. Ela a via como essencial, “uma oportunidade que não deveria ser perdida”. Para Benedita da Silva, ao invés das discussões serem remetidas a Durban e só a partir da aprovação dos documentos finais mobilizarem a opinião pública brasileira, se deveria priorizar, como parte da preparação, uma ampla mobilização capaz, inclusive, de pressionar o desempenho da delegação oficial brasileira, antes, durante e no pós-Durban. A quantidade de problemas, também administrativos, mas principalmente no que toca às disputas políticas, desaguaram na plenária final, obrigando a Vice-Governadora a um desempenho extraordinário – um discurso memorável, no qual se esforçou por reconhecer as divergências e ambiguidades das posições em jogo (inclusive quanto ao papel que ela estava representando). Mas, com firmeza, acentuou a necessidade de se equilibrarem os ânimos, porque, por mais importantes que fossem as discussões ali levantadas, aquele era o momento nacional de um processo internacional.⁷⁴

⁷³ Em certo momento, houve, inclusive, uma gestão de parlamentares negros para que a Conferência Nacional não ocorresse. Seu argumento era que ela “não serviria de mais nada”, se realizada após a PrepCon de Genebra, pois documentos que dela resultassem não teriam mais nenhum papel. Tal posição significava o desconhecimento da dinâmica dos processos preparatórios de uma Conferência Mundial, onde na redação dos documentos oficiais as negociações, longas e delicadas, exigem muitas vezes o abandono de posições fechadas.

⁷⁴ Optei por um breve resumo e não transcrever trechos entrecortados da fita de áudio gravada ao vivo.

De qualquer forma, a Conferência Nacional reuniu representações do Movimento Negro (insisto que não é meu objetivo abordar a amplitude de representações de outros movimentos sociais e de outros setores interessados) de todo o País. Vale a pena referir duas expectativas convergentes, que permitiram àquela Conferência alcançar maior vulto: a vontade de participação dos mais variados tipos de militantes e Entidades Negras – ao fim das contas, esse tipo de evento possibilita novas experiências, contatos, oportunidades de trocas e aprendizagens, além de recarregar as forças (algo sempre importante para a militância negra) e a intensidade da divulgação e articulação a partir da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, cujo assessor especial, além de planejá-las e articulá-las, esteve presente em muitas assembleias estaduais e regionais, para a escolha de delegados. É possível observar, pelas falas de alguns agentes destacados, mas também em depoimentos “relâmpagos” colhidos de militantes anônimos de diversos Estados e regiões, que havia consenso sobre o impacto daquele evento no íntimo de cada um, mas, também, no que possibilitaria de desdobramentos.

Pela primeira vez, órgãos municipais, estaduais e federais atuaram conjuntamente, montando uma logística admirável para transporte e permanência (hotéis e outras formas de hospedagem, alimentação, deslocamentos etc), em função de um evento envolvendo não mais a cultura negra – isso, há tempos já “faz parte”! – mas a **Luta Contra o Racismo**. Também a organização da infraestrutura e desenvolvimento da Conferência no Rio de Janeiro foi objeto de dedicação ímpar de quadros selecionados por governos municipais e pelo estadual (não há, aqui, juízo de valor sobre a qualidade, pois falo de dimensões e de intensidade de articulações necessárias para dar conta de evento com aquela envergadura).

Havia, também, receios – muitas vozes e silêncios. Era flagrante o choque causado sobre os diplomatas e outros membros de Governo e do Estado frente à pujança (lembrou a Marcha a Brasília, de 1995!) da presença negra nos discursos e outras linguagens. Será que as medidas governamentais pós-Durban (Ação Afirmativa em Ministérios e outros

órgãos, criação do Conselho Nacional de Combate ao Racismo etc) viriam sem aquela mobilização e vibração?

Mas, também, pode-se dizer que tudo foi “produzido”. Uma ação estratégica do Governo Federal, fazendo concessões e abrindo espaços, enfim, soltando (alguns) anéis... Há, também, quem observasse pela ótica do rendimento para militantes negros (particularmente das ONGs), que se reforçavam politicamente e adquiriam maior margem de manobra, fosse em relação aos recursos disponibilizados (as “becas” para levar militantes a Durban, por exemplo), ou a maior força e respeitabilidade nas suas relações com a delegação oficial e órgãos de governo, ou no crescimento do cacife para futuras negociações. Como serão aproveitados, adiante, os contatos, as experiências adquiridas por esse amplo conjunto de agentes (negros, não negros solidários, não negros a partir dali despertados para uma dimensão insuspeita da questão racial)? Afinal, o Governo Federal (e até negros do Governo, por sinal) estava no comando daquele evento. Quem poderia assegurar controle sobre os desdobramentos daquelas interações?

Durante a Conferência Nacional, Hédio Silva Jr, advogado e dirigente de uma conceituada ONG Negra nas áreas jurídica, de relações de trabalho e Educação – o CEERT-SP –, até ali, membro do Comitê Preparatório e encarregado do seu relatório final (documento que seria levado a Durban), comunica seu afastamento. Suas razões foram amplamente divulgadas através de carta aberta e em bombástica entrevista à Folha de São Paulo, no domingo 12 de julho, dia final da Conferência. Ele resguardava a figura do Embaixador Sabóia, mas não via força, interesse e vontade política do Governo Federal na implementação de medidas que buscassem a eliminação da discriminação racial.

A CONJUNTURA À VOLTA DA CONFERÊNCIA

O Movimento Negro deu um salto qualitativo no processo organizativo da Conferência de Durban. Se vamos ter

competência e maturidade para sustentar esse salto, aí é o futuro quem vai dizer.

Sueli Carneiro

Embora eu seja um candidato a jurista e acredite que o direito internacional público seja um instrumento que, efetivamente, pode ser útil à nossa luta, não atribuo à Conferência da África do Sul responsabilidades que sejam exclusivamente nossas.

Hélio Silva Jr.

Os eventos referidos acima funcionaram, sem dúvida, como o impulso decisivo da espiral de controvérsias deflagradas pelo Presidente da república, ao se declarar, em setembro de 2001, favorável às cotas para negros em universidades públicas e na composição de quadros governamentais. Gostaria, então, de referir, brevemente, aspectos do desenvolvimento mais recente do Movimento Negro e analisar a sua importância para a compreensão das tensões evidenciadas no seu meio, como também para refletir algumas nuances das relações estabelecidas com as instâncias oficiais/governamentais de preparação da Conferência. Penso, ainda, que isso ajudará a compreender o protagonismo do Movimento Negro no pós-Durban.

Essa análise parte do pressuposto de que a consistência e o poder de intervenção daquele Movimento Social (qualquer que seja sua direção) têm sintetizado o motor e a ponta de lança da Luta Contra o Racismo. E está, ao mesmo tempo, impregnada do desejo de superação dos problemas que prejudiquem a unidade desse Movimento, compreendida como geradora de eficácia no desenvolvimento da Luta Contra o Racismo. Mas é essencial considerar o alerta de Castells: "A análise intelectual exige o relativo distanciamento das tarefas imediatas da luta para poder entender os mecanismos não visíveis e as contradições subjacentes. É essa a verdadeira contribuição de um trabalho teórico: ajudar a esclarecer o que parece opaco na prática diária." (Castells, 1980, p.17).

Temos, como Movimento Negro, o conjunto de Entidades/ONGs Negras e uma militância nem sempre fácil de categorizar, dada

sua característica difusa e irregular, que pode variar em intensidade e compromisso em determinadas épocas e/ou circunstâncias, e ocupa o amplo espectro da sociedade brasileira em todas as regiões do território nacional. O termo Consciência Negra é recorrente em identificações dessa militância. As formas e os conteúdos das ações que ela implementa comportam, inclusive, sua responsabilidade de autodefinição. Como exemplo, pode-se observar a diversidade de programações à disposição no mês da Consciência Negra em 2001, no Rio de Janeiro. Eventos promovidos pelo Governo do Estado, por Associações de Servidores de uma universidade e de um hospital públicos, pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro, em Sindicatos filiados a diversas Centrais Sindicais, em Escolas de Samba (dos vários grupos) e Grupos de Capoeira (de variada característica), em Associações culturais vinculadas a Comunidades de Terreiros de matrizes africanas, em Igrejas Cristãs de fé católica e protestante, em Associações de Moradores em diversos bairros, em incontável número de Escolas públicas estaduais e municipais etc.

É desse amplo universo que estou falando. Entre os dois conceitos clássicos de Joel Rufino dos Santos (1985), de Movimento Negro em sentido estrito (militância apta à luta política contra o racismo dentro dos marcos institucionais vigentes) e Movimento Negro em sentido amplo (todas as formas de luta e resistência negra), eu diria que esse amplo universo nem sempre constitui, assumidamente, Movimento Negro, mas, através da Consciência Negra, ali está o Movimento Negro. Não se trata aqui de fazer uma avaliação do que representam ONGs e Entidades Negras, mas de conceituá-las. Penso que é relevante para a análise da nova configuração que vem tomando a Luta Contra o Racismo, evidenciada durante o processo preparatório e no momento atual, pós-Durban.

As Entidades Negras são formadas a partir da década de 1970, e na década de 1980 vão adquirindo um perfil de espaços de contestação declarada e ostensiva ao mito da democracia racial. Ao mesmo tempo, geraram um amálgama de pensamentos e posturas políticas e ideológicas – que pode ser categorizado como **Consciência**

Negra –, que questionava a hegemonia dos valores históricos, simbólicos, estéticos, manifestos em ideias, como “Zumbi era um negro fujão”, “os negros deveriam ter ‘alma branca’”, “a cultura negra era folclore” etc., e que rejeitava os modelos de integração racial pela via do individualismo e da exclusiva autossuperação: “o negro tem que ser o melhor” etc. Essa nova postura política e ideológica – e já foram realçadas as condições em que se dava a emergência de um “novo negro”⁷⁵ – rompia drasticamente com o que ocorria em clubes de negros e nas formas de organização baseadas nas manifestações culturais que as antecederam. Mas, por outro lado, as novas Entidades adotavam um aspecto que as assemelhava às mais antigas: eram, basicamente, financiadas pelos próprios membros, recorrendo vez ou outra a benefícios do poder público ou a apoios de organizações da sociedade civil e de outros setores do Movimento Social.

Não tenho conhecimento de outro caso, além do IPCN (Instituto de Pesquisa das Culturas Negras-RJ), de acesso à cooperação internacional por parte de Entidades Negras, ainda nos meados da década de 1970⁷⁶. Já nos meados dos anos 1980, em todas as regiões brasileiras e com variadas propostas de trabalho, surgiam Entidades Negras, já atentas para um novo modelo que hoje adota a designação de ONG. Os seus projetos pediam, em geral, financiamento para infraestrutura e atividades, o que vai mudar radicalmente nos anos 1990. A remuneração de serviços era algo pontual e temporário. Salvo erro de interpretação, os(as) militantes não se viam remunerados(as) em função da dedicação à luta (isso seria até mal visto em alguns círculos militantes).

As ONGs Negras, por sua vez, têm sua gênese na ação do Movimento Negro em sentido estrito. Seus quadros, salvo suas

⁷⁵ Ver Pereira (1998).

⁷⁶ O IPCN-Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, fundado em 7 de julho de 1975, se constituiu, nos finais dos 70 e até meados dos 90, num espaço de articulação da quase totalidade da militância negra no Rio de Janeiro e uma referência nacional de Entidade Negra. Tal visibilidade se deveu em grande parte à compra, ainda em 1977, de uma sede própria no centro da cidade, com recursos doados pela Interamerican Foundation, organização vinculada ao congresso norte-americano. Também no RJ, em 1981, a ACAAN- Associação Cultural de Apoio à Arte Negra-RJ – que teve vida efêmera – contou com substancial aporte da Ford Foundation.

lideranças mais destacadas, no entanto, não seriam, obrigatoriamente, egressos da militância negra. Seriam recrutados entre negros com formação especializada nas áreas de atuação pretendida – pode-se observar uma concentração nas áreas jurídica e Direitos Humanos, de Educação e de Trabalho. Essas organizações estabeleceram e estreitaram relações com a cooperação internacional e, para algumas, essas relações saltaram a patamares mais elevados. Embora incorporassem a Consciência Negra e o sentido geral da Luta Contra o Racismo, se caracterizaram e se diferenciaram principalmente pela atuação a partir de projetos com prescrição de objetivos, delineamentos estratégicos, prazos e âmbito de atuação bem identificados. Pode-se dizer que era o Movimento Negro se adequando às possibilidades que se abriam, na virada dos anos 1980 para os anos 1990, na vaga de fortalecimento das concepções e direcionamentos político-institucionais, em função do chamado Terceiro Setor em todo o mundo.

Em sentido contrário a essa distinção conceitual que estou fazendo, existe a alegação de que nenhuma Entidade Negra, hoje (2003), sobrevive sem apoio de alguma fonte de fomento, seja da cooperação internacional, de fontes governamentais dos três níveis, de parceria com empresas etc.; o que daria a todas a mesma característica quanto aos compromissos institucionais e aos padrões de financiamento. Subjacente a essa argumentação, há a ideia de que diferenças entre os resultados e visibilidade de umas e outras se devem à qualidade dos seus quadros e projetos e/ou à objetividade, ou maior definição/precisão das suas estratégias e conteúdos de atuação. Penso que tal argumentação deve ser considerada, mas também não acho que seja tão simples. Será que poderíamos pensar numa “evolução natural” de um tipo de Entidade, de característica e de proposta/possibilidade de atuação, para outra, mais competente ou mais bem apetrechada/adequada às necessidades requeridas à intervenção do Movimento Negro, à eficácia de suas demandas etc? E que, de um certo momento em diante, apenas esse novo tipo é adequado?

Gostaria de problematizar tal concepção a partir do seguinte

ponto de vista: se as Entidades Negras foram capazes de elevar a Luta Contra o Racismo a um novo patamar, forçando a introdução do tema na agenda da sociedade brasileira, politizando a questão racial (Rufino dos Santos (1994); D'Adesky (1996), Bairros (1995), capilarizando novos sentidos de valor a referenciais históricos, simbólicos, estéticos, antes desprezados (Pereira, 1998), que que consequências poderia trazer para o impulso e eficácia das ONGs Negras, uma desvinculação orgânica abrupta com aquele contexto, no momento de:

- a) alcançarem êxitos significativos nas propostas de elaboração, articulação e implementação das medidas de Ação Afirmativa? Ainda mais que estas, até agora, são defendidas por parcela restrita dos quadros dos poderes públicos (por definição temporários), ou de agentes privados, realmente com poder para “bancá-las”;
- b) transcenderem as medidas de Ação Afirmativa, através da implementação de políticas públicas mais amplas e articuladas, que tenham o objetivo de atenuar as desigualdades raciais, ao mesmo tempo, em que sejam capazes de remexer as suas teias de significações? Sem força política, sem mobilização, as negociações seriam reféns da boa vontade, das motivações, enfim, do real interesse e força política dos seus interlocutores no âmbito do sistema de poder.

Desde já, quero frisar, que me parece importante discutir essas questões com o sentido de alertar e fortalecer o papel crucial que, nesse momento, representam algumas personalidades e ONGs Negras, sua capacidade de interlocução, bem como sua habilidade e experiência adquirida, trilhando caminhos “nunca d’antes navegados”, com nível de exposição pessoal e institucional de “alto risco”, no famoso “fio da navalha”. Muito menos estaria em questão a sua legitimidade para cumprir esse papel e conquistar espaços de atuação efetiva. O que importa é avaliar a capacidade de manterem o “padrão de voo” estabelecido, além de ampliarem tanto o nível de articulação e alianças quanto o alcance social da sua intervenção.

Gostaria de expor, ainda, alguns fatores que se interligam/

cruzam e me parecem determinantes na constituição da conjuntura da Luta Contra o Racismo, com reflexos na preparação brasileira para a Conferência Mundial Contra o Racismo. O primeiro seria o alto grau de politização alcançado por algumas Entidades/ONGs Negras. É verdade que, no início dos anos 1990 começaram a se destacar parlamentares negros, formados politicamente a partir da Consciência Negra, que passaram a imprimir ostensivamente essa caracterização à sua atuação, e que desde os meados dos anos 1980 vão sendo criados inúmeros conselhos municipais e estaduais, especificamente voltados para as demandas geradas pela questão racial. São as ONGs Negras, no entanto, que vão assumir o papel de enfrentamento permanente, desafiando órgãos de governos e de Estado com suas demandas nas áreas de Direitos Humanos, de relações de trabalho, de Educação, principalmente. E a sua ação vai mais longe do que as denúncias formuladas tempos atrás: elas tiveram condições diferenciadas (através do acesso à cooperação internacional, principalmente), o que lhes propiciou uma inédita (mínima que seja) independência econômica e política para encaminhar suas proposições. Pela via do combate ou da negociação, as Entidades/ONGs Negras, em todo o País, conquistaram espaços institucionais – em Conselhos de Educação, de Direitos Humanos, Conselhos Femininos, Tutelares etc – e cedem quadros para cargos de governo, em assessorias parlamentares etc. Em 1995, por efeito da “Marcha a Brasília” no tricentenário de Zumbi dos Palmares, foi criado o GTI (Grupo de Trabalho Interministerial contra as Desigualdades Raciais), numa tentativa de articular órgãos do Governo Federal para a elaboração e implementação de políticas públicas específicas.

De certa forma, essa politização é tida como altamente positiva, graças à concepção de uma evolução natural das lutas negras culturais para a política, esta vista pelo senso comum de vinculação a lutas eleitorais, sindicais etc. Essa hierarquização de importâncias foi identificada por Joel Rufino dos Santos como “chantagem do maquiavelismo ocidental que, hierarquizando as ações sociais, estigmatiza como alienadas e inferiores as não explicitamente políticas

e como inconsequentes as que parecem não acumular energia política” (Rufino dos Santos, 1985, p. 304). Mas era corrente dentro do próprio Movimento Negro e estava presente no discurso militante/acadêmico dos anos 1980 e 1990 (González, 1981).

A esse respeito é significativa a visão de Michael Hanchard (2001), analisando o Movimento Negro em SP e RJ na década de 1980. Uma leitura possível desse importante trabalho é a de que, no Brasil, não se teria formado um Movimento Negro mais eficaz (leia-se mais politizado) devido a um “desvio” (o termo é meu) culturalista. Luiza Bairros (1995), partindo dessa compreensão do trabalho de Hanchard replicou tal visão, afirmando que existe um setor politizado no Movimento Negro. Essa polêmica não consignaria a hierarquização política/cultural, questionada por Joel Rufino? Pode-se dizer, então, que havia um caldo de cultura favorável à emergência de novas formas de atuação no Movimento Negro. As ONGs Negras estariam, então, legitimadas. Seriam herdeiras naturais do acúmulo das lutas negras que as antecederam e estariam à vontade para romper vínculos orgânicos e se desvencilhar do peso do culturalismo (visto como excesso, estar demais voltados para a cultura, ocupando prioritariamente espaços tradicionalmente concedidos), para atuar politicamente.

Apesar de vínculos culturais muitas vezes serem mais do que reforçados ao nível individual por militantes, talvez seja um problema a ser enfrentado adiante o rompimento orgânico tão drástico com conteúdos e relações tão complexas, como são as culturais no bojo dos movimentos sociais, mormente do Movimento Negro brasileiro. Corre-se o risco de cair num outro tipo de culturalismo, substancializando a cultura (já que é impossível abandoná-la de vez), derrapando na sua mera utilização simbólica, incapaz de aproveitar seus conteúdos dinâmicos, transformadores.

O segundo fator seria a sensibilização, cada vez maior, de alguns setores do Estado e da sociedade civil, sem saída explicativa frente ao volume da produção e divulgação de pesquisas sociológicas, dando conta das desigualdades raciais. Nos meados dos anos 1990, crescia

em todo o espectro da sociedade, o número de pessoas sensíveis, “trabalhadas” para a discussão da questão racial, “minadas” por exemplos e/ou pela força argumentativa da militância negra. É como se houvesse cada vez menor margem para alegação de ignorância e/ou ingenuidade. Talvez se possa falar da instituição de um ambiente propício à construção de uma nova Cultura de Consciência Negra. Não tenho conhecimento de investigação a respeito, mas é possível falar a partir de órgãos ou mecanismos atuantes, hoje, em partidos políticos, sindicatos e associações de classe, culturais, recreativas e outros espaços coletivos. De qualquer forma, havia um terreno semeado. A ação perene e consistente do Movimento Negro em sentido amplo, potencializada pela assimilação e resignificação da Consciência Negra, é o pano de fundo que alimenta o desenrolar dessa conjuntura. Pensamos em calçar essa afirmação, por exemplo, na variada e abrangente programação à disposição em torno do **mês da Consciência Negra**, conforme referido acima.

Um terceiro fator seria a larga influência, principalmente a partir dos anos 1990, da linha de pesquisa sociológica capitaneada por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, que priorizou a análise de dados estatísticos com o propósito de medir as desigualdades raciais. Seus números eram (e têm sido cada vez mais) contundentes, materializando o que era recorrente no discurso do Movimento Negro. Este se apropriou desses dados e passou a brandi-los como legitimação científica da consistência de suas demandas. Isso se deu de tal forma que, hoje, pode-se observar a compartimentação/contingenciamento da Luta Contra o Racismo, como luta contra as desigualdades raciais – quanta ambiguidade nesses conceitos aparentemente redundantes!

A nossa insistência é a de que houve uma aceleração desse viés da Luta Contra o Racismo, graças ao processo preparatório da Conferência Mundial Contra o Racismo, a primeira ação de grande envergadura que se pode caracterizar como de complementaridade entre Movimento Negro e setores do Estado e de governos, bem como da sociedade civil e de outros setores do Movimento Social. Esta complementaridade se expressou de variadas formas. Um intelectual/

militante do Movimento Negro, Henrique Cunha Jr, professor universitário, foi chamado a contribuir com a Fundação Palmares na elaboração e implementação do seu projeto como a instância de governo designada para presidir a preparação oficial da Conferência Mundial; destacadas intelectuais/militantes e dirigentes de ONGs de mulheres negras – como Magali Naves, Fátima de Oliveira, Edna Roland (que, indicada pela delegação oficial, foi escolhida Relatora Oficial da Conferência Mundial), Dora Bertúlio, e outras – foram chamadas a assessorar a delegação oficial na elaboração de documentos e nas negociações que se dariam na Conferência Regional das Américas, nas Prepcons e em Durban; Wânia Sant’anna e Hédio Silva Junior, que também compuseram delegações oficiais, assumiram responsabilidades na elaboração do documento oficial brasileiro para Durban. Ivanir dos Santos e o Reverendo Olímpio Santana, também notórios militantes negros, eram membros do Comitê Preparatório Nacional e compuseram sempre a delegação oficial.

Era flagrante o entrosamento entre militantes e membros da delegação oficial nas discussões, proposições e negociações, efetuadas nos momentos internacionais do processo preparatório. Foram concorridíssimas, graças à mobilização das Entidades e ONGs negras, as Conferências Temáticas realizadas em 11 Estados – entre agosto 2000 e fevereiro de 2001 – sob a égide da Fundação Palmares. A SEDH do Ministério da Justiça realizou em SP, PA e BA, ao longo de Novembro de 2000, três Seminários Preparatórios (ou Pré-Conferências, como consta na apresentação da publicação), mesclando, em todos, a participação de intelectuais/militantes negros e especialistas na temática. O Embaixador Gilberto Sabóia esteve presente na abertura do II Fórum Nacional de Entidades Negras. E, na Conferência Nacional, as autoridades governamentais que se fizeram presentes (fora, naturalmente, a então, Vice-Governadora Benedita da Silva, que estava “em casa”) encontraram, nos responsáveis pelas coordenações das mesas nas quais se apresentaram, verdadeiros escudos (que nem foram tão necessários!) contra qualquer agressão do plenário.

A densidade e a visibilidade desse contexto redundaram no fortalecimento interno e das relações internacionais das Entidades/ONGs Negras brasileiras, mas, também, numa oportunidade ímpar (interna, como externamente), de legitimação do Governo e do Estado brasileiro no que tange ao contencioso racial. Para as Entidades/ONGs Negras, este fortalecimento institucional e político terá sido acompanhado por um nível mais amplo de articulação, de confiabilidade mútua, que permitam o estabelecimento de ações estratégicas coordenadas e, por isso, mais consequentes e eficazes?

Através da pesquisa realizada durante o ano de 2001, num esforço de registrar o processo preparatório da Conferência Mundial Contra o Racismo, foi possível ouvir, acessar e receber documentos das diversas correntes de pensamento e ação no Movimento Negro, nem sempre contidas no binômio Entidades/ONGs Negras. Além das diferentes percepções a respeito das características e da dimensão da Conferência e do difícil diálogo (por inoperância ou deliberadamente) entre si, foi possível observar, entre agentes do Movimento Negro, formas extremamente divergentes na concepção e nas interações de cada um com outros atores (governos, outros Movimentos Sociais, mídia etc.). Imersas numa ampla cadeia de relações políticas e institucionais, as diferentes organizações negras frequentemente deparam-se com desafios que implicam em, e exigem, sigilo e decisões exclusivas. Foram comuns, também, percalços e enfrentamentos entre si e/ou com esquemas de alianças que, em última análise, não interessariam, de uma ótica consensual, à perspectiva da Luta Contra o Racismo – precisariam ser discutidas em contextos restritos, mais apropriados – e que podem fragilizar a todas. Há, e todas estão conscientes disso, contradições na sociedade, que ainda não foram efetiva ou eficazmente demandadas pelo Movimento Negro. Varia muito, por exemplo, o grau de atenção (e de possibilidades efetivas de intervenção) de militantes negros(as) em relação aos sentidos da cooperação internacional e suas conexões estratégicas com os blocos de poder mundial; ou ao poder da mídia; ao poder judiciário; ao contexto e à dimensão do poder da produção acadêmica e de difusão de novos conhecimentos e significações sobre a realidade social e histórica.

De qualquer forma, aquele contexto tão intenso de interações – Entidades/ONGs Negras e setores de Governo – consolidou sua hegemonia no pós-Durban. Inegável avanço institucional e político, do ponto de vista da Luta Contra o Racismo, essa hegemonia – ou sua pregação mais visível – aponta uma tendência a tornar absoluto o viés da Luta Contra o Racismo, que têm, como programa de ação, a reversão dos números das desigualdades mais imediatamente enfrentáveis. Tal objetividade (ainda que se considere esse programa imprescindível, dado o abismo de desigualdades materiais) pode, no entanto, conter, em si, uma limitação. Será possível reduzir a dimensão histórica do racismo aos seus efeitos mais visíveis, que podem ser contados, medidos e pesados? Pegando emprestado o conceito de Appiah (1997), pode-se dizer que a racialização – pensar os lugares sociais a partir da raça – disseminada em todo o espectro da sociedade brasileira, estabeleceu uma hierarquia de valores e uma gama de referenciais simbólicos, históricos, estéticos, “raciais”, demasiadamente incrustados no imaginário social do povo brasileiro. Poderão estes ser enfrentados com eficácia, apenas se combatendo a sua materialidade?

Pode-se interrogar se não seria extemporâneo esse último tipo de questionamento, já que, mesmo o desenvolvimento dessa dimensão restrita da Luta Contra o Racismo – o combate às desigualdades raciais –, que é imperativo, dada sua oportunidade e possibilidade, ainda está claudicante. Como ter certeza? Pior seria correr o risco de nos tornarmos reféns de meias verdades – elas costumam trazer mais problemas do que mentiras e derrotas.

Dizem que os cometas são rasgos da ação cósmica, disseminadores de vida, sua cauda espargindo força e luz por onde passa. Gostaríamos de observar, por essa ótica, o processo preparatório da III Conferência Mundial Contra o Racismo – foi um momento inédito e especial. Oxalá as formas de atuação, os tipos de alianças e de relacionamentos estabelecidos e os resultados alcançados fortaleçam a todos que o trilharam e ajudem no desenvolvimento da Luta Contra o Racismo.

MOVIMENTO NEGRO/DELEGAÇÃO OFICIAL: UMA ALIANÇA DE SUJEITOS HISTÓRICOS NA PREPARAÇÃO PARA A CONFERÊNCIA MUNDIAL

Qualquer ação governamental depende de nossa capacidade de coesão e exigência. A reação governamental vai ocorrer em função dessa nossa ação; ou seja, a nossa ação é quem dará o ritmo, por isso estou muito otimista.

Hélio Santos-Militante Negro-Membro da Delegação Oficial

Há setores da população brasileira que não se conformam mais em ser meros espectadores e querem assumir um papel decisivo. O Brasil só tem a lucrar com isso.

Gilberto Vergne Sabóia - Chefe da Delegação Brasileira na Conferência Mundial

O racismo e as práticas discriminatórias disseminadas no cotidiano brasileiro, não representam simplesmente uma herança do passado. O racismo vem sendo recriado e realimentado ao longo de toda a nossa história. Seria impraticável desvincular as desigualdades observadas atualmente dos quase quatro séculos de escravidão que a geração atual herdou.

Extrato do Documento da Delegação Oficial brasileira, levado para Durban

Ao final da Conferência Mundial, a militância negra e a chefia da delegação oficial tinham motivos para comemoração. Para os últimos, era grata a continuidade da imagem progressista do Brasil. É como se dissessem: há racismo no Brasil, sim, mas ele está sendo enfrentado, basta ver a composição da delegação oficial e a atuação de aberta complementaridade entre militância negra e diplomatas, e outros membros. As posições brasileiras em relação à questão da homossexualidade, defendida como forma agravada de discriminação e em relação à causa indígena, defendendo o seu reconhecimento como Povos Indígenas, foram também marcantes.

Da parte do Movimento Negro, era inquestionável o seu êxito na aprovação de inúmeros parágrafos na declaração e no

plano de ação, que constituem os documentos finais de Durban. O acúmulo gerado em seu seio após mais de dois anos de intensa atividade e articulação, assim como os dividendos auferidos com a competência demonstrada, renderam mais visibilidade nacional e internacional, com probabilidade de mais recursos para incrementar e diversificar projetos. Tudo isso serviu para consolidar parcerias antigas, estabelecer novas e descortinar horizontes, até então, mais incertos.

A preparação e a Conferência em Durban serviram como um plano piloto, um laboratório, onde foram vivenciadas situações que, adiante, reconfigurariam a Luta Contra o Racismo, no Brasil, em novas bases. Aos reclamos de que os documentos finais são muito “etéreos”, de difícil instrumentalização no cotidiano da luta antirracista, os mais comprometidos com eles têm respondido que sua efetiva utilização é um desafio que exige aprimoramento, mais precisão, mais qualificação dos agentes. Sobre a argumentação de que o único resultado concreto de tanta articulação, mobilização de recursos e da militância seriam as cotas, pode-se perceber que não é pouco o impacto causado (e que vem se estendendo), apesar de uma conjuntura das mais turbulentas, com eleições nacionais, disputas e reviravoltas políticas e institucionais de amplo conhecimento, acentuada instabilidade econômica (inclusive a falência da vizinha Argentina, com enormes prejuízos para o Brasil), e a cruzada anti-terrorista norte-americana, que galvaniza a atenção mundial. Pois, ainda assim, e mesmo com as distorções e manipulações de influentes mídias e de setores mais conservadores, que se apegam ao senso comum do mito da democracia racial, o debate a respeito da necessidade/oportunidade/excquibibilidade das ações afirmativas, permanece na sequência do pós-Durban.

As afinidades entre Governo e Movimento Negro podem ter surpreendido pela abrangência, facilidade e intensidade. Mas, na verdade, representaram o ápice de um longo processo que será analisado adiante. As mulheres e homens envolvidos diretamente foram decisivos, com seus humores e capacidade de se reciclarem,

de ressignificarem preconceitos e prevenções. Mas como foi possível se enxergarem e estabelecerem um clima inicial de consulta e mútua disponibilidade para se ouvirem e se entenderem? Penso que, além de interagirem num momento excepcional, eles não operavam num vazio de experiências e relações. Tal comportamento de ambas as partes traduziam, no fundo e de maneira bem acabada, “os jeitos” como têm se dado historicamente as relações raciais no Brasil.

Sintimos necessidade, então, de expor a concepção que tenho a respeito da questão racial na trajetória de instituição do povo brasileiro.

A (VONTADE DA) DEMOCRACIA RACIAL

Um momento na sociedade brasileira, onde governo, sociedade civil e outros movimentos, discutissem a questão do racismo, nunca houve com uma amplitude tão grande.

Ivanir dos Santos-Diretor do CEAP-RJ

O exemplo remoto de Palmares – N' Gola Janga – vem à mente quando se pensa em radicalidade negra. Estudos históricos⁷⁷ falam de negociações entre Ganga Zumba e os governantes, da radicalização da luta protagonizada por Zumbi, da integração de brancos pobres e indígenas dentro do quilombo e de relações comerciais entre o quilombo e fazendeiros das regiões contíguas, de disputas pró e contra o quilombo no interior das senzalas e entre autoridades dos governos e Igreja, mais e menos flexíveis a negociações... Não interessa, aqui, aprofundar tal complexidade de relações e nem mesmo contextualizá-las. Importa identificar sua ocorrência em incontáveis momentos da história das lutas sociais no Brasil.

O quadro teórico que propomos, num esforço de aprofundar a análise da interação entre a delegação oficial e o amplo e diversificado conjunto de agentes negros presentes no processo preparatório da

⁷⁷ Ver: FREITAS, Décio. *Palmares: A guerra dos escravos*. Mercado aberto. Porto Alegre. 5ª edição. 1984; e MOURA, Clóvis. *Rebeliões nas Senzalas*. Editora Conquista. RJ. 1972. são duas boas referências.

Conferência Mundial, não implica em menosprezar o contencioso histórico das relações raciais no Brasil. Tenho em mente, por exemplo, os registros de atrocidades perpetradas por forças governamentais, na repressão aos quilombos e outras manifestações de rebeldia negra ao longo dos períodos colonial e imperial; as “pacificações” de rebeliões populares, quase sempre capitaneadas por membros radicalizados das elites, em que esses últimos, uma vez derrotados, na maioria das vezes obtinham algum beneplácito, ao contrário das lideranças populares (muitos executados, encarcerados ou novamente reduzidos ao cativeiro), que dificilmente auferiam melhorias ao final das disputas.

Gostaria de chamar a atenção para um trabalho, cujas linhas de análise e exposição sempre nos foram caras: **Conciliação e Reforma no Brasil – um desafio histórico-político**, de José Honório Rodrigues (1965), no qual o autor identifica o caráter sempre formal das conciliações entre as elites, mesmo na sequência de enfrentamentos abertos e cruentos “A política de conciliação foi quase sempre uma mistificação e serviu para tapear o curso do processo histórico”, (RODRIGUES, 1965: 12),

“Creio mesmo que foi o domínio étnico-minoritário que deu às oligarquias mineiras, baianas e fluminenses o fardo para as grandes manobras pelo comando das situações, diante das grandes massas negras trabalhadoras, as mais sofridas de todas” (RODRIGUES, 1965:50).

Apesar de certa apologia de alguns personagens e de tratar, preferencialmente, das disputas intestinas das elites, está sempre à volta do seu texto a preocupação de que tais conciliações, em geral, se davam em detrimento da maioria – no período que analisava, o Império e início da República, maioria negra nas regiões urbanas.

Um outro trabalho pode ajudar a ilustrar a distância histórica e sempre preservada entre elites e “massas” (essas, sempre, majoritariamente, negras conforme o próprio autor), mesmo em situações de revoltas sociais: **História das ideias socialistas no Brasil**, de Wamireh Chacon (1965). É um livro escrito com ênfase

progressista no período candente pré-golpe militar de 1964, em que o autor esbanja erudição, relacionando as ideias que geravam insurreições no Brasil do século XIX às mais eminentes correntes filosóficas e políticas da época na Europa. Destacando a Praieira, rebelião popular em Recife, em 1848, Chacon parece que não se dá conta de que aquelas lutas, que duraram cerca de dois meses e renderam quase mil mortos e mil e quinhentos feridos, não pode ter sido obra exclusiva das ideias insufladas por membros progressistas das elites, que circulavam nos jornais. Fica claro, através da sua pesquisa, que, aos poucos, as elites se recompõem, mas, em seu texto, ele naturaliza esse fato, além de ocultar (ou nada dizer) a respeito dos prejuízos (esses sim, permanentes e jamais recompostos) da grande maioria que se lançara nos combates.

Já na República, o “genocídio pacífico”, a arianização (embranquecimento) do povo brasileiro, era preconizada pela quase totalidade dos pensadores sociais e dos políticos brasileiros e foi a motivação principal da primeira (e colossal) política pública de envergadura ao longo dos primeiros governos republicanos: a imigração europeia estimulada e subsidiada, na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Ao contrário de menosprezar a questão racial, a observação crítica dessa história permite conceber que algo operou nas relações entre brancos e negros, pelo menos nas áreas de urbanização mais acelerada, permitindo um ajuste gradual – embora permeado por conflitos iminentes – ao custo da perpetuação das profundas desigualdades sociais e a despeito do racismo amplamente dominante, que acentuava o viés racial daquelas desigualdades.

Esse “algo” é o que levou às mudanças nas formas de atuação das elites em relação às manifestações culturais de matrizes africanas (exemplos: o Samba no Rio de Janeiro, o Candomblé na Bahia, o Passo/Frevo, em Pernambuco) em quase todas as regiões do País – passando da perseguição à gradual colaboração e relativo controle – quando elas se mostraram tão irredutíveis à repressão sistemática e às leis, suscitando temores de ruptura da ordem estabelecida. Esse “algo”,

também, é o que teria levado o Governo revolucionário, em 1930, ávido por legitimidade em seu início, a confrontar uma das pilastras ideológicas das elites brasileiras, para a construção da nacionalidade e interditar a emigração europeia de terceira classe; e a impor, no mesmo decreto, que 2 em cada 3 trabalhadores contratados fossem “nacionais” – a chamada lei dos 2/3⁸, sucessivamente ratificada até se tornar cláusula pétrea na CLT.

Amauri de Souza (1971), em trabalho sobre raça e política no Brasil urbano, analisando o apoio da população negra ao PTB, partido de Getúlio Vargas, parece ter captado esse “algo”, mas se refere, exclusivamente, à importância que a legislação trabalhista teve para tal. Um certo positivismo metodológico, contrário à perspectiva de que estamos imbuídos, o impede de captar a condição de sujeito histórico do negro e conceber seus motivos (também raciais) para aquela posição política. Souza vê o negro ao sabor das manobras das classes dominantes para que ele

“não viesse a constituir um grupo competitivo... [não] criassem solidariedades dentro do grupo negro... [e fosse levado à] assimilação do sistema de valores do branco, inclusive o estereótipo da inferioridade do negro” (SOUZA,1971:62).

Nota-se então uma lacuna no seu texto. Se Souza mesmo diz que “pelo menos durante os primeiros anos do período da democracia liberal, de 1945 a 1964, as categorias políticas de negro e povo eram quase que intercambiáveis” (SOUZA,1971:64), por que desprezar, como uma das causas do reconhecimento do negro, a brusca interrupção da imigração (quinze anos antes, antes mesmo da legislação trabalhista) e que era uma das principais reivindicações nacionalistas e populares (portanto negras), até por isso tomada como medida emergencial, pouco mais de um mês após os revolucionários assumirem o poder? Não cabe, aqui, analisar mais extensamente

⁸ Decreto nº 19.482, de 12.12.1930

incongruências no trabalho daquele autor, valendo a pena, no entanto, pontuar o velado endosso que faz da tese de Gilberto Freyre. Este, segundo Souza, teria interpretado “a preferência do negro por Vargas e pelo PTB como um produto de seu profundo sentimento de insegurança e de busca de um substituto para a figura do imperador ou do autocrata da casa grande”. (SOUZA:1971,64). Quer dizer, mesmo cautelosamente, Souza considera que negros e mulatos (naquele contexto) se viam como raça através de uma “dependência essencial do negro e do mulato a líderes paternalistas” (SOUZA:1971,64).

Espero elucidar um pouco mais a respeito desse “algo”, de uma efetividade da questão racial, observando que (longe do essencialismo identificado por Gilberto Freyre e da naturalização enrustida de Amauri de Souza), ele tem a ver é com a trajetória complexa das nossas relações raciais, com o volume da população negra e sua presença em todas as regiões. E também com circunstâncias e processos espaciais e temporais específicos de interação: negros escravos e libertos, uma massa de brancos e mestiços pobres, classes senhoriais profundamente conservadoras e subservientes à Monarquia e, depois, ao Império, às hierarquizações e, inclusive, a um Catolicismo cansado e combalido pela corrupção e pelo desgaste de séculos de inquisição – obrigado, então, a contemporizar com as matrizes culturais/religiosas africanas, majoritárias, um reduto inexpugnável de subjetividades negras.

A efetividade da questão racial tem a ver, também, com o impacto do projeto positivista da República e o impulso “renovador/civilizacional” de uma elite, cujo principal problema era a produção de um (outro!) povo a partir de matrizes genéticas e culturais “condizentes”!⁹ E, em outra mão, com a resposta negra de, das mais variadas formas, instituir suas próprias organizações e mecanismos de reprodução cultural e ideológica, ao mesmo tempo em que valorizava/assumia para si o discurso da igualdade proclamado pelas elites, aproveitando (estra-

⁹ Exemplo desse “ideal” presente em quase todos os pensadores sociais brasileiros nas primeiras décadas foi o texto apresentado por João Batista de Lacerda, então Presidente do Museu Nacional, no Congresso Mundial das Raças-Londres/1911, em que ele dizia que a mestiçagem no Brasil era uma solução não um problema. Aqui estaria se dando uma *redução étnica, um genocídio pacífico*, e em pouco mais de cem anos o Brasil seria uma nação branca.

tégica e/ou alicnadamente, às vezes mais isso, às vezes mais aquilo) as flexibilidades do paternalismo. Certamente, havia muitos sentidos na capacidade de a população negra empunhar a perspectiva nacionalista e integracionista; de se tornar a “campeã da ordem” (na expressão singular de Florestan Fernandes), saltando da mera resposta ao racismo à proposta de concretização da igualdade racial.

Mas a aproximação desse “algo” tem a ver, ainda, com o olhar e a postura do analista. Este pode se render aos paradigmas instituídos sobre a questão racial no Brasil (em geral balizados pela polaridade racismo/antirracismo), ou, ao invés do formalismo de “verdades” e infinitos desdobramentos que se enrigessem à sua volta, extrair um caldo de consciência que eles propiciam.

Trilhar essa segunda opção (e sua concepção) é uma tarefa que exige parcerias, contexto favorável e, principalmente, a ousadia do debate franco, desbravador. Não sei o quanto isso haverá. Não há escolas onde aprender. É preciso exercitar aquela sublime rebeldia em relação aos desafios do pensamento sociológico, com que nos brinda Guerreiro Ramos na entrevista a Lucia Lippi de Oliveira.⁸⁰

DE VONTADES E EXERCÍCIOS...

Urge ativar nas sociedades, uma capacidade de aprendizagem e superação das ideologias totalitárias e anti-humanas, assim como o racismo, a que inspira a xenofobia e que estão por trás e todas as formas de intolerância.

Parágrafo 41 da declaração da Conferência Cidadã
Forum de ONGs-Santiago do Chile. Dezembro/2000.

O Comitê Nacional se apresentava como a última esperança de que a gestão Fernando Henrique Cardoso pudesse adotar políticas concretas no plano interno, como uma lição a ser dada ao mundo, de um jeito brasileiro de enfrentar a questão racial.

Hélio Silva Jr-Diretor do CBERT-SP

⁸⁰ LIPPI de OLIVEIRA, Lúcia. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

Na sequência expositiva da minha concepção sobre a trajetória e as características das relações raciais no Brasil, é notável que, mesmo de lugares sociais absolutamente opostos⁴¹, a “harmonia racial” tenha sido, antes mesmo de seu enunciado teórico e mitificação, um apelo forte: a) para as elites e brancos pobres, ingênua, alienada ou convenientemente; b) mas também para a grande maioria dos negros, alienadamente ou porque fosse temerário e insensato se indispor com algo tão potente e bom. Todos proclamavam desejá-la.

O que pretendo sublinhar é a dificuldade de estudiosos das relações raciais, e até mesmo de setores do Movimento Negro, de conceberem um grau de deliberação no seio da população negra – de enxergá-la como um sujeito histórico coletivo, ainda que difuso – capaz, portanto, de significar ações e circunstâncias conforme seus interesses e conveniências. Faremos um pouco dessa discussão adiante.

No Brasil, não se consagrou como valor a propagação do exclusivismo racial branco. Em espaços das classes (e “raça”) dominantes, há certa tolerância (e manejos que se pretendem sutis) com os poucos negros que ascendem. Entre pobres, o prestígio e os vieses raciais de vantagens e oportunidades sociais foram sendo naturalizados e não racionalizados ou legalizados.

Também não prosperaram pregações do exclusivismo racial entre negros – desde as manifestações culturais e religiosas e clubes negros, às entidades negras politizadas –, ao ponto de se encontrar, em manifestações culturais e religiosas de matrizes africanas, a proeminência, o comando e, até, majorias de brancos. Se isso não

⁴¹ “Sabido é que desde a nossa formação histórica o povo brasileiro se constituiu de três raças fundamentais: a branca, a negra e a indígena. Somos considerados um povo mestiço e por essa razão não é justo que em pleno século XX, com a vitória dos princípios democráticos, ainda perdurem as restrições que elementos reacionários e com mentalidade nazi-fascista querem impingir ao nosso povo”. Aginaldo de Oliveira Camargo, Diretor da Convenção do Negro Brasileiro. In Revista Senzala. SP, Jan/1946.

“Seria verdadeiramente absurdo pretendermos, num país onde a maioria da população é proveniente do caldeamento mais diverso, e que foi, durante quatro séculos, um dos grandes cadinhos da humanidade, dar-nos ao luxo de ter preconceito de raça” Artur Hell Neiva. *Estudo sobre a imigração semita no Brasil* P.23. In. Imprensa Nacional (separata da Revista Brasileira de Imigração e Colonização). Apud. Vainer, Carlos. *Estudo e Raça no Brasil: Notas exploratórias*. Estudos Afro Asiáticos n° 18. CEAA-UCAM. RJ. Maio/1990. Artur Neiva pode ser considerado um dos mais importantes ideólogos e articuladores do arianismo no Brasil. Foi um dos principais organizadores do Congresso Brasileiro de Eugenia RJ, 1929, e dirigente do CIC-Conselho de Imigração e Colonização, órgão que executava a política imigratório do Estado Novo.

é problema para alguns, para outros é fator de certa tensão – tais interações entre mais claros e mais escuros, muitas vezes desiguais em termos de classe social e com diferentes motivações e graus de engajamento em relação àquelas matrizes culturais, corresponderia a distorções e descaracterizações/empobrecimento das práticas e seus contextos... Mas não é aqui o lugar dessa discussão. Queremos apenas anotar que, envoltas em tal complexidade de interações e significações, as transformações não ocorrem apenas em uma direção. Se, por exemplo, brancos estão “fortes” no Candomblé e Umbanda, a fé nas almas e pretos velhos, nos caboclos e orixás, a teogonia e os arquétipos yorubanos, além de outras ordens de poder e valores passaram a “fazer a cabeça” de membros mais claros das elites; se a Capoeira embranqueceu, brancos se encapoeiraram e não são poucos os que assumiram a “volta do mundo” e suas mentes e sensibilidades “gingam” em “jogo” infundável com a Consciência Negra.

Embora seja crucial sua denúncia e superação, a concentração dos dividendos materiais imediatos, quase sempre nas mãos dos mais claros, é apenas uma das dimensões de processo social e histórico de tamanha envergadura. Que sínteses sobrarão desses encontros? Ou será inevitável a redução da densidade humana desses encontros à sobreposição de um e a desqualificação/eliminação/menosprezo de outros? Se a história é construção permanente, não foi dada (existe?) a última palavra sobre perdas e ganhos, quem ganha e quem perde mais.

O caminho trilhado pelas vertentes mais influentes do Movimento Negro, em sintonia com aspirações manifestas de sua “massa”, jamais foi o da segregação. Entre a elite branca, pairaram sempre dúvidas a respeito das melhores táticas para perpetuação do *status quo* racial, variando também no tempo e regionalmente. Nossa tendência é concordar, nesse aspecto, com o que se pode inferir da **Fábula das três raças**, de Roberto da Matta (1981)⁸² – vigorou, por

⁸² DR. MATTa, Roberto. *A fábula das três raças*. In *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Vozes, Petrópolis, 1981.

aqui, a fórmula inversa ao modelo de relações raciais adotado nos EUA: desiguais, mas juntos.

Vale acrescentar que há uma visão que aproxima, quase sempre irrefletidamente, muitos ativistas da Luta Contra o Racismo dos seus oponentes: a tendência em entronizar a população negra exclusiva e, meramente, como vítima da história. Concepção equivocada – compreensível da parte de racistas que naturalizaram esse quadro e investem na sua velada difusão, coerentes com a visão da inferioridade negra e/ou da necessidade de mantê-los afastados/subalternos/submissos –, mas inaceitável nas hostes que pretendem a transformação. Para nós, é crucial a concepção de que negro, no Brasil, desde sempre foi sujeito histórico, não mero objeto da história, incapaz de iniciativas e de responsabilidades. Atestam isso, além dos quilombos e outras formas radicais, exemplos (os que chegaram até nós) da subjetividade e do talento negros nas diversas artes, na resistência e ressignificação das manifestações culturais e religiosas, na organização de Entidades associativas, recreativas, religiosas... Pensamos que essa formulação, calçada em recente e já farta historiografia, já impregna o senso comum.⁸³

As relações do Movimento Negro, com o Estado ou no âmbito da sociedade civil organizada, vêm se dando com mais intensidade, regularidade e amplitude. A concepção e criação dos Conselhos do Negro a partir dos anos 1980 – com sua riqueza de experiências “para o bem e para o mal” (variam as interpretações sobre sua validade, coerência etc) – junto a governos estaduais e municipais, representam uma expressão desse acontecer. Da

⁸³ Bom exemplo é o livro *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista*, de Eduardo Silva e João José Reis, que argumenta sobre possibilidades e variedades da resistência à escravidão, não apenas através de posturas e ações vistas hoje como radicais, mas em outras formas eficazes e subversivas nos contextos em que eram exercidas. Também o livro *Liberdade por um fio: histórias de quilombos no Brasil*, organizado por Flávio Gomes e João José Reis apresenta diversos trabalhos mostrando a diversidade de características de quilombos como forma de resistência negra. Importante, ainda, a discussão suscitada por Jacob Gorender no livro *A Escravidão Reabilitada*. Esse autor questiona o que vê como certa idealização das relações escravistas, por trás de trabalhos historiográficos que tratam do protagonismo negro-escravo no século XIX. Haveria um descolamento ou omissão desses estudiosos em relação aos dilemas da questão racial no Brasil contemporâneo. Como se o hoje não tivesse nada a ver com aquele ontem.

mesma forma, as assessorias e secretarias negras em sindicatos, partidos políticos, mandatos parlamentares etc.

SOBRE FALTA DE VONTADE E DE EXERCÍCIO

No Brasil, essa Conferência deixa claro que a questão racial, nesse país, só diz respeito ao negro. Estamos por conta própria. Não existe nenhum setor significativo da sociedade brasileira que se importe com a Conferência, que vá se envolver com ela. Não há, inclusive, apoio das agências de financiamento, como outras Conferências tiveram.”

Sueli Carneiro

“Água com areia brincam na beira do mar,
A água passa, a areia fica no lugar...”

Lagoa do Abaeté-Dorival Caymi

Apesar do contencioso racial que vimos discutindo e do seu inarredável, embora muitas vezes enviezado, entronhamento na agenda da sociedade civil, fora a tenacidade e concisão do Movimento Indígena, a participação na Conferência foi quase que exclusivamente uma coisa do Movimento Negro. Diferentemente das Conferências Mundiais do Meio Ambiente e da Mulher, os partidos políticos, o Movimento Comunitário, o Movimento de Mulheres, as ONGs mais visíveis e outros importantes setores do Movimento Social estiveram praticamente ausentes/afastados.⁸⁴

Seria meramente (se é que se pode dizer assim) por não ter clareza/posição definida sobre a questão racial ou exatamente pelo contrário? Seria uma rejeição ao rumo tomado pelos acontecimentos,

⁸⁴ Há honrosas exceções, como dois membros da Comunidade Bahá'í, especialmente no pré-Durban. Registramos a presença de Átila Roque, membro do IBASE, representando o Observatório da Cidadania, num momento da II PrepCon em Genebra. Guacira de Oliveira da CFEMEA também participou em sintonia com o Movimento Negro, em momentos da preparação brasileira e no Fórum de Ongs, em Durban. A pesquisadora Rosana Herlinger teve papel saliente na atuação da delegação brasileira no Fórum Paralelo em Durban, representando a AMB-Articulação de Mulheres Brasileiras; e produziu um relatório atento e minucioso. Um grupo plural de sindicalistas esteve em boa quantidade em Durban fortalecendo a delegação não oficial brasileira.

em que era flagrante a meticulosidade da preparação de uma parte e a ansiedade da maioria da militância negra, o que lhes trazia poder de iniciativa e conexões privilegiadas com centros de informações? Ou indiferença/menosprezo pela importância de um evento internacional desse tipo? Constrangimento por não ter uma política de enfrentamento da questão racial ou, pelo menos, membros (negros ou não) aptos a intervir/contribuir com qualidade? Registrar esse flagrante de omissão não vale como resposta. Todos precisam refletir e, sem dúvida, haverá oportunidades para posicionamentos discursivos e/ou efetivos adiante.

Não há evidência de que tal distanciamento tenha algo a ver com a visão grosseira, urdida em certos meios, de que o processo preparatório da Conferência seria um jogo de cartas marcadas entre elites negras e o Governo. Intervenção nesse diapasão, ao menos uma vez foi tornada pública por militantes negros – durante a II Plenária do Fórum Nacional de Entidades Negras na UERJ em abril/2001, sendo prontamente rechaçada por veemente discurso para uma plateia, entre afrontada e silenciada, de Hédio Silva Jr.

Seria simplista e incoerente se conceber a sequência de eventos pré e em Durban, da parte do Governo, como ação nada mais que habilidosa e cooptadora, administrando conflitos e procurando manter a imagem externa do Brasil, senão mais de democracia racial, como oficialmente engajado na superação do racismo. A perspectiva histórica esboçada lá atrás, e mais trabalhada adiante, que identifica a condição de sujeito histórico da população negra e do Movimento Negro, permite superar tal reducionismo.

Para isso, no entanto, é preciso conceber o Movimento Negro como um Movimento Social, o que tem sido difícil para as Ciências Sociais no Brasil. Mesmo para alguns estudiosos das relações raciais, surpresos, temerosos de que a autonomia de formulações políticas antirracistas abdique da primordialidade do papel da teoria. A nosso ver, o Movimento Negro produz teoria densificada como *práxis*, vigorosa instância de enunciação, que permite a alforria intelectual. Quem sabe o pós-Durban ilumine esse espaço de relações, fortalecendo as parcerias

academia/militância negra, fundadas na respeitabilidade de ambos os agentes?

Influenciadas por um tipo de visão política e teórica sobre a eficiência e qualidade dos Movimentos Sociais, tem sido comum a consideração do Movimento Negro e do contexto antirracista mais amplo como débeis, incapazes de acumular força e exercer pressões políticas permanentes e consistentes – agentes e fatos sociais menores na trama complexa das nossas relações sociais. Lamentavelmente, (quem sabe por que razões?), importantes vozes acadêmicas e políticas só manifestam esse tipo de posição em conversas reservadas.

Dessa ótica, seriam inexplicáveis a flexibilidade do Governo na direção de todo o processo preparatório e as “concessões” até mesmo na composição das delegações oficiais para as reuniões preparatórias (PrepCons em Genebra) e para Durban, em que estiveram incorporados alguns dos mais visíveis militantes do Movimento Negro.

Carece de mais detida apreciação a dificuldade teórica de se conceber a existência e consistência de movimentos sociais fora do contexto das lutas de classes e dos embates cotidianos das populações em função da melhoria de sua qualidade de vida material. Um bom exemplo a respeito foi a análise de Eder Sader (1985) sobre os “novos personagens que entraram em cena” na década de 1970. Em brilhante análise, aquele autor só enxergou (e categorizou como tal), o novo Sindicalismo, o Movimento Contra a Carestia e a Teologia da Libertação, mas não conseguiu identificar a presença do Movimento Negro. A militância que, partilhando os mesmos espaços e a fermentação ideológica na periferia de São Paulo, emergiria ao longo dos primeiros meses de 1978, na primeira manifestação de massa nas ruas, ainda durante a ditadura militar, nos grandes centros urbanos – o ato público de instituição do Movimento Negro Unificado, no dia 7 de julho, nas escadarias do Teatro Municipal, no centro da capital.

Ajuda a pensar essa dificuldade de certos nichos teóricos (embora acautelando-se com a substancialização dos conceitos) a

criativa análise de Nancy Fraser (1997), que articula raça e gênero para pensar a complexidade das relações sociais contemporâneas. Em sua visão, os interesses de classe teriam sido suplantados, como fator de mobilização, pelos grupos de identidade – nacionalidade, etnicidade, raça, gênero e sexualidade – no que ela designa “conflitos pós-socialistas”. Inovadora na análise dessa autora, repercutindo crescente tendência em importantes segmentos das Ciências Sociais, é sua percepção de que tais grupos estão demandando algo além da redistribuição de bens materiais, o reconhecimento de valores e da diversidade de sujeitos sociais.

Reiteramos a importância de que as pesquisas sobre Movimentos Sociais se debrucem, com mais atenção, sobre o “tema da diversidade e da identidade das camadas populares, privilegiando suas experiências culturais – valores, aspirações e utopias – [repensando] dessa forma, a questão da hegemonia, desamarrando-a da visão clássica de luta de classes”, questão captada, ainda que de maneira incipiente, por Lúcio Kowarick (KOWARICK, 1981:44). Não nos parece, tampouco, que o modesto exercício crítico nas pesquisas sobre os movimentos sociais no início dos anos 1980 (e que vem se alongando) tenha se dado apenas, como diz Ruth Cardoso (1989: 84-5), pelo engajamento dos autores e em função de circunstâncias e exigências da conjuntura efervescente daquele período. Se isso é verdadeiro, é verdade também que a questão racial não conseguiu penetrar o seu campo de visão. Estou sugerindo que os estudiosos dos movimentos sociais selecionaram tipos de movimentos sociais que mereceriam seu engajamento e exercício analítico. De qualquer forma, não é possível, aqui, tratar mais longamente desse tema, restando apenas anotar a raridade de produção acadêmica, tratando o Movimento Negro, explicitamente, como um Movimento Social – ele ainda atrai muito mais antropólogos do que cientistas políticos. No Seminário Internacional da Rede Rizoma na UFSC em abril/2003, nenhuma comunicação sobre o Movimento Negro, entre as muitas selecionadas em processo rigoroso, foi encaminhada para as sessões com título Movimentos Sociais.

HEGEMONIA X CONTRA-HEGEMONIA

Na virada do milênio não discutimos o racismo apenas, agimos, atravessando o muro das lamentações... O novo design parabólico das mulheres negras mostra que, definitivamente, nos instalamos no site da história

Alzira Rufino, Casa da Cultura da Mulher Negra de Santos

Tomando a raça e a etnia como dimensões de um processo hegemônico, existe a possibilidade de haver elementos contraditórios dentro de uma só consciência”.

Michael Hunchard

Importante a referência ao conceito de hegemonia, conforme Gramsci, ao pensar as relações entre o Movimento Negro e o Governo, ao longo do processo preparatório no Brasil, em Genebra e em Durban. O conceito gramsciano fala da proeminência de uma classe social dentro de uma correlação de forças sociais e políticas em determinado contexto histórico, no qual estão abertos espaços de negociação e onde se impõem graus de concessões inversamente proporcionais às forças em confronto (quanto mais força, menos precisa ceder). Na nossa utilização do conceito de hegemonia temos clareza de que, na composição de um contexto hegemônico, não contam apenas aspectos materiais, pois outros valores também estão envolvidos, sendo praticamente impossível tal composição se e quando tais forças se concebem antagônicas, também nesse campo. A vigência da democracia e da hegemonia implica em diferenças e conflitos de variada ordem de interesses e motivações, jamais inteiramente divergentes.

Assim, o campo do racismo – no qual se encontra quem aufere direta ou indiretamente, voluntária ou involuntariamente, alguma vantagem e de alguma maneira percebe isso, mas se amiúda na omissão ou na mistificação – entre nós não criou, por exemplo, uma Ku Klux Klan. Tendo em vista a obsolescência da proposta arianista,

intolerante com a presença da população negra e responsável pela onda de imigração europeia nos finais do século XIX e décadas iniciais do XX, aquele campo se camuflou e uma de suas vertentes propunha o assimilacionismo cultural e a valorização da mestiçagem como etapa do branqueamento possível.

E o campo do antirracismo – os que identificam o problema e se põem diante dele através de diferentes vieses e motivações – também não tendeu ao isolacionismo e diferencialismo, guardando em diferentes nuances, a perspectiva de integração da população negra à sociedade. Não me parece ter sido a tônica de uns ou outros confrontar o desejo de harmonia racial – é como se, a um setor, isso interessasse para manter o poder sem conflitos abertos e, ao outro, incentivasse ações para a conquista de efetiva igualdade-justiça-cidadania. Assim é que pensamos a existência de uma hegemonia racial (ou “política racial”, como Hanchard (2000) viu tal hegemonia) no caso brasileiro.

Será possível negar a proeminência de brancos (que se consideram e são vistos como tal) sobre o Estado (órgãos permanentes do Executivo, Legislativo e Judiciário, do poder militar e de grandes empresas estatais e autarquias) e governos, além de todos os setores de poder econômico e em quase todas as instituições mais visíveis/fortes/influentes da sociedade civil? Tal proeminência abarca a quase totalidade das interações sociais. Na área da Educação e mídia, por exemplo, as denúncias se acumulam e seus agentes se esforçam por se autolegitimarem como fiadores ou zeladores, de valores “nacionais não raciais”, consagrados no senso comum, por exemplo, quando se fala da mestiçagem como vocação e originalidade brasileiras e como solução para o problema racial, ou da harmonia/tolerância entre as raças.

É necessário, no entanto, se distinguir uma situação de hegemonia racial ampla e estrutural, que envolve o vasto universo mais ou menos organizado da sociedade, do contexto de alianças que se instituiu ao longo do processo preparatório da Conferência Mundial Contra o Racismo e que se prolongou no pós-Durban, impondo à sociedade a discussão sobre cotas e ação afirmativa. Talvez se possa falar

daquela aliança como o embrião de uma contra-hegemonia: ainda se trata de ações dispersas e pontuais⁵⁵. Preferimos, por enquanto, conceituá-la como um contexto restrito, capaz de agir com pretensão hegemônica nesse momento-ação determinada.

Pode-se compreender melhor esse quadro de alianças, que se manteve desde meados de 2000, como a culminância de uma lógica construída desde os finais dos anos 1970. Naquela oportunidade, o Movimento Negro se beneficiou da conjuntura favorável, a “abertura lenta e gradual”, e de transformações estruturais na sociedade brasileira: o chamado “milagre brasileiro”, que propiciou a segunda onda de absorção da população negra no mercado de trabalho das grandes cidades (a primeira foi a partir da lei dos 2/3, no início dos anos 1930). A partir dos anos 1970 emerge uma geração, oriunda de uma incipiente classe média negra mais escolarizada e apta aos jogos políticos institucionais, insuflada por vigorosos fatores de identificação positiva, como as lutas do Movimento por Direitos Civis nos EUA e as independências e lutas de libertação africanas. Foi ficando claro, então, que o novo impulso do Movimento Negro, mais instrumentalizado, conjugando a conjuntura interna e internacional favorável, conseguia mais força e consistência, mais audiência e impacto político, social e cultural. É flagrante, desde então, a ampliação de um campo antirracista, protagonizado pelo Movimento Negro.

Seria possível, para o Governo brasileiro proceder, em 2001, como, por exemplo, no FESTAC – Festival de Arte e Cultura Negra-Lagos, de 15 de janeiro a 12 de Fevereiro de 1977? Ali, a delegação oficial brasileira incluía apenas estudiosos de manifestações culturais e religiosas e pessoas que partilhavam o mito da democracia racial e rechaçavam inteiramente qualquer postura crítica⁵⁶. Ou como nas Conferências Mundiais Contra o Racismo I (1978) e II (1983), em que o conjunto do Movimento Negro sequer tomou conhecimento? É fato que, nos últimos

⁵⁵ Ver Jaccoud, Luciana de Barros. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. IPÊA. Brasília, 2002.

⁵⁶ Ver Nascimento, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Editora Paz e Terra, RJ, 1978.

anos da década de 1990 o viés racial das desigualdades sociais eram cada vez mais questionadas e a questão racial mais presente na agenda social, cultural e política nacional. De tal forma, que se tornara insustentável a recorrência ao mito da democracia racial e se impunha a rearticulação dos discursos e práticas oficiais e de setores das elites, de mídia etc.⁸⁷

Além do mais, a aliança na preparação para a Conferência era, em princípio, bem delimitada: seu propósito declarado era intervir com qualidade na redação dos documentos que seriam aprovados em Durban. Não constava, em sua agenda, de imediato, o combate ostensivo à hegemonia racial, embora estivesse implícita para (e até declarada por) alguns dos agentes. No caso brasileiro, principalmente em se tratando de relações Governo x Movimento Negro, é difícil prever comportamentos em face de situações específicas, exatamente porque, embora ampla e estrutural, o que há é hegemonia e não dominação racial. Existe um espaço tácito de composições (no qual se equilibra a efetividade da questão racial), que costuma – quem sabe por quê? – ser considerado em situações potenciais de litígio.

Alguns exemplos nos vêm à memória:

- Relatos de antigos militantes negros paulistas sobre a pressão da Frente Negra Brasileira, vitoriosa junto ao Governo estadual de SP (este eliminou medidas que vedavam o ingresso de negros na força pública).⁸⁸
- Também as negociações que levaram à legalização dos desfiles das Escolas de Samba no Rio de Janeiro, na década de 1930.⁸⁹

⁸⁷ Referências importantes são ações de militantes do Movimento Negro junto ao Governo Federal. A Marcha de Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida em Novembro de 1995 é, sem dúvida, o marco estratégico dessas relações. O presidente da república recebeu membros da direção da Marcha e se comprometeu com a criação de um GTI-Grupo de trabalho Interministerial para promoção da igualdade racial. A ação desse Grupo foi fundamental para a introdução do item População Negra nas *Propostas de Ações Governamentais*, que compunham o Programa Nacional de Direitos Humanos, elaborado no âmbito do Ministério da Justiça, em 1996 – um marco na ação de governos federais em relação à questão racial. Nesse programa se encontra a admissão da existência de racismo no Brasil.

⁸⁸ Ver LEITE, J. C. e Curi (1992)

⁸⁹ Ver LOPES, Nei (1981)

- A tolerância ao desfile dos Filhos de Ghandi, na Bahia no final dos anos 1940.⁹⁰
- Ou, também, as negociações que permitiram apresentações do TEN, de Abdias do Nascimento, diversas vezes, nos anos 1940 e 1950, em importantes teatros da Capital e, até mesmo, no Teatro Municipal;
- O aniversário de Clementina de Jesus, em 1983 – ao que parece, sob a égide de Darci Ribeiro e os ventos progressistas do Governo Brizola – no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, ainda hoje, um templo sagrado para eventos das elites culturais.
- Encontros de *Blacks* – eventos que reuniam milhares de jovens, negros em esmagadora maioria, no Movimento da *Soul Music*, nas regiões do grande Rio, na década de 1970. Mesmo havendo forte repressão, notava-se certo cuidado de comandantes policiais na saída dos bailes – pelo menos enquanto permaneciam em grupos maiores, ou por que havia presença da imprensa. “Lá longe”, nos caminhos mais ermos, nos pontos de ônibus mais distantes, sem registros comprometedores, ao menor descuido, “o pau comia” sobre a garotada.⁹¹
- Lembramo-nos, ainda, da polícia paulista (posicionada e sinalizando que interviria “com tudo”), repentinamente passiva frente à decisão dos militantes negros, no momento crucial do avanço e ocupação da escadaria do Teatro Municipal de São Paulo e realização do Ato Público de instituição do Movimento NegroU, em julho de 1978.⁹²

* * *

⁹⁰ A mini-série *Fezda dos Milagres*, da Rede Globo, baseada no romance homônimo de Jorge Amado, trata, com sensibilidade, das circunstâncias em que se dava a repressão ao Candomblé, em Salvador-BA, e da força e capacidade de organização de lideranças religiosas. Aquele era o contexto onde fermentava a consciência daquelas lideranças, que levou à criação do Afôxé Filhos de Ghandi e ao enfrentamento da repressão policial, no carnaval de 1949.

⁹¹ Reportagem de Lena Frías, no *Jornal do Brasil*, em 1975. Cópia muito apagada, sem data. Esta reportagem teve enorme impacto e inaugurou aguda polémica dividindo a opinião pública. De um lado mostrava a força e a peculiaridade de um movimento até então só conhecido nos subúrbios do RJ e na baía de fluminense; de outro estereotipava os participantes, suas roupas, motivações, hábitos coletivos etc. Sua repercussão ensejou o incremento da repressão ao movimento e a perseguição de lideranças comunicárias, de DJs e proprietários das “Equipes de Som”, além da intimidação a responsáveis por clubes e agremiações que costumavam abrigar os Bailes.

⁹² Há reportagens com fotos nas primeiras páginas de quase todos os principais jornais brasileiros de oito de julho de 1978. Falavam em cerca de 200 participantes. Quem viveu a manifestação fala em mais de 1000, ainda que contabilizando os transeuntes que paravam para ver (18.30 h-cerco de SP).

As pesquisas de casos pontuais nas décadas finais da escravidão têm apresentado interessantes dados a respeito da multiplicidade do protagonismo negro, escravo ou não. Penso, no entanto, que esses "espaços tácitos de composição" tornaram-se mais patentes a partir dos anos 1930, quando a construção do mito da democracia racial se mostrava um discurso mais adequado (da ótica da perpetuação do *status quo*) do que a pregação arianista, frente à insustentabilidade do racismo, fundado, meramente, em diferenças biológicas.

Nesses espaços, não são comuns rupturas e, quando ocorreram, não foi total ou prolongada. É a correlação de forças e a capacidade/condição/possibilidades de concessões das forças em confronto que determina a possibilidade, a conformação e os limites da negociação. No processo da Conferência, o perfil da militância e as circunstâncias apresentavam contornos muito distintos de tudo o que houvera antes. Começa pela nova caracterização institucional no interior do Movimento Negro, de que falei antes. Também pelo fato dessa militância ser herdeira, além de uma combatividade ancestral, de mais de vinte anos de amadurecimento contínuo de articulação nacional no interior do próprio Movimento Negro e das suas relações com governos e setores da sociedade civil, que compõem o arco hegemônico sociorracial. E estava atuando, além disso, numa conjuntura em que as relações internacionais são muito mais amplas, próximas, ágeis, envolvendo/articulando as sociedades civis e os movimentos sociais e alcançando muito maior repercussão no interior das nações, na formação da sua opinião pública, por sua vez mais atentas e amadurecidas – enfim, era um novo tempo!

Mas, se essas condições foram (e estão sendo) fundamentais, os talentos de indivíduos e de organizações se mostraram fecundos e se manifestaram na clareza de objetivos, nas definições estratégicas e composições de alianças internas (dentro do Movimento Negro nacional e internacional) e externas (com outros setores nacionais e internacionais).

O nível de apropriação dos temas em pauta e o impulso para a ação pelos quadros do Movimento Negro equilibraram, a seu favor, uma correlação de forças que poderia lhes ser desfavorável pelo fato

de se tratar de uma Conferência em que a participação, mesmo, só se poderia dar através da representação oficial. E adquiriam mais força em função dos cuidados exigidos aos diplomatas e representantes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário (juntando-se a isso o crescente convencimento e engajamento íntimo de alguns), para resguardarem a imagem de tolerância racial que é uma marca brasileira no exterior. A militância negra não agia apenas técnica e/ou até mesmo solidariamente como os “oficiais”: esse contexto galvaniza suas vidas.

Não penso, então, que a formação dessa aliança Governo/Movimento Negro tenha sido “historicamente determinada”. Temos buscado demonstrar que ela tem sua história e circunstância, mas gostaria de sugerir, ainda, a intervenção de fatores aparentemente aleatórios.

Vejamos: ela foi se esboçando em meio a conflitos ideológicos, de interesses e de personalidades, tanto dentro das hostes oficiais como no âmbito do Movimento Negro, como entre um e outro campo.⁹³ Foi um representante oficial brasileiro que propôs a realização da Conferência no âmbito das Nações Unidas e assumiu, tacitamente, senão a candidatura para sediar a Conferência – os eventos recentes na África do Sul a colocavam como o contexto simbolicamente mais adequado – mas, pelo menos, para sediar a Conferência Regional das Américas. Uma outra agente oficial, porém (pressionada por circunstâncias) quebra tal expectativa. Um seminário, realizado em Brasília por dois agentes novíssimos na cena – o Escritório Nacional Zumbi dos Palmares e a Comunidade Bahá’í – propicia uma primeira “costura” entre a militância negra e setores oficiais.⁹⁴ Na sequência,

⁹³ São nebulosas, por exemplo, as razões que levaram Joaquim Barbosa Gomes, então procurador da república, e atual Ministro do Supremo Tribunal Federal, a se afastar da delegação oficial em Santiago. A Procuradora federal Dra. Maria Eliane Rodrigues, representante do judiciário na Conferência Mundial, mostrou admiração por ele e se referiu a desavenças entre ele e o chefe da delegação Embaixador Sabóia. Temos essa gravação em fita cassete.

Edson Cardoso, em entrevista gravada, é enfático se referindo à irresponsabilidade/imaturidade de muitos militantes durante a 1ª Plenária do Fórum Nacional de Entidades Negras, SP-Julho/2000; segundo ele, o Movimento Negro pendia, ali, a oportunidade de se fortalecer intetivamente e de definir uma estratégia – aproveitando o contexto favorável – de pressão sobre o Governo (inclusive com ações de massa) para a adoção de medidas imediatas de enfrentamento do racismo.

⁹⁴ Seminário Mecanismos de Promoção de Igualdade. Brasília, Julho de 2000.

após sondagens governamentais junto a várias organizações negras, e no vácuo criado pelo discreto ostracismo da Presidenta da Fundação Palmares (até então, formalmente no comando oficial da preparação para a Conferência), foi criado o Comitê Nacional (oficial) para a preparação, incorporando lideranças do Movimento Negro. E, na Conferência Regional das Américas, a delegação oficial, entremeada por militantes negros, passa a acatar gestões mesmo das organizações negras que não compunham a delegação oficial, estabelecendo uma complementaridade surpreendente para os menos avisados. O repúdio da militância negra à negativa oficial, na I PrepCon (Genebra, maio/2000), de sediar a Conferência das Américas, não impediu que, adiante, essa militância estivesse – à parte os(as) que recusaram –, presente no Comitê. E parece que o ponto de partida deu-se na ação articulada em Santiago. Daí em diante, não ocorreram mais indisposições e conflitos maiores entre a militância e oficialidade (salvo a exceção de Hédio Silva Jr, referida no histórico), em outros eventos preparatórios internos, inclusive na Conferência Nacional.

A concepção do Movimento Negro como sujeito histórico – livre da “síndrome da cooptação” – permite avaliar melhor o nível de interação/complementaridade Governo-Movimento Negro e as condições de sua manutenção adiante. Insistimos que o processo preparatório da Conferência Mundial parece que foi encomendado ou caiu sob medida: para uma “prova final” de setores do Movimento Negro que vinham se qualificando para pautar uma recomposição das maneiras usuais da hegemonia racial; e para membros de governos e Estado, que também aproveitaram a oportunidade de renovar seus discursos e até suas práticas em relação à questão racial, de formas mais politicamente corretas, mais e/ou menos sinceras. O fato de o Presidente da República ser um sociólogo de carreira, especialista em relações raciais, não deve ser menosprezado. Também já eram conhecidos trabalhos de pesquisadores do IBGE e do IPEA, enfocando decididamente as desigualdades raciais.”³⁵

³⁵ O livro de Carlos Hasenbalg, *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, Graal, RJ, 1979 é um

A meu ver, então, o que se instituiu, durante a maior parte do processo preparatório em Durban, e na sequência imediata daqueles eventos, foi um campo de força articulado por agentes e interesses de Governo e Estado e setores “de ponta” da militância negra. Dada a sua consistência, esse campo de força **contra-hegemônico** conseguiu se sobrepor a contrariedades:

- **Nas hostes oficiais**, onde se sussurrava que era uma Conferência oficial e, nessa instância, caberia ao Governo se pronunciar com exclusividade. Segundo Ivair dos Santos, “O próprio Embaixador Sabóia, presidente do Comitê Nacional de preparação da Conferência, passou a ter dificuldades até de agendar uma nova reunião com o Ministro de Educação e a sentir dificuldades até de articular o ingresso do Governo para implementar as políticas nas diferentes áreas”;

- **E também em relação a dificuldades no seio do Movimento Negro**, para “aproveitar melhor” o processo da Conferência, para mobilização em torno da questão racial e para conquistar medidas imediatas de enfrentamento das desigualdades raciais. Para Hédio Silva Jr, que dois meses depois dessas declarações rompeu com o Comitê Nacional, “A Conferência não far[ia] pelo Movimento Negro aquilo que é papel dele. Ela não substitui uma ação política que o Movimento deve ter, de criar um espaço de visibilização do problema racial no Brasil, de debate e de articulação”.

Não se pode falar, portanto, de desarticulação do projeto das ONGs negras e sua rearticulação em torno do projeto do Governo, como numa visão clássica de hegemonia. Não se pode dizer, também, que havia **um** projeto do Governo. Grosso modo, ele oscilava entre,

marco nos estudos de relações raciais no Brasil, enfatizando a necessidade das pesquisas incidirem sobre indicadores sociais e econômicos como forma de desvelar a materialidade do racismo e precisar a análise das desigualdades raciais. Logo depois, em 1982, Rosa Parcaro, Tereza Cristina Nascimento Araújo e Lúcia Helena Garcia de Oliveira publicaram *O lugar da negra na força de trabalho*, utilizando larga e eficientemente aquela metodologia e perspectiva teórica. E outros se seguiram. Na virada do milênio era flagrante a posição do presidente do IPEA e de outros pesquisadores influentes, dispostos a enfrentar as desigualdades raciais. Em julho de 2001 vinha a público o trabalho de Ricardo Henriques, *Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 1990*. IPEA, Texto para discussão nº 807.

ao fim das contas, passar ileso por aquele vendaval e (como os antecedentes) passar o bastão da administração da questão racial; e a tentação/desejo de passar à História como aquele que colocou, em um novo patamar, a questão do reconhecimento da dívida histórica com a população negra e do enfrentamento das desigualdades raciais.

O que acontecia era muito diferente de outros momentos vividos por ideólogos do poder às voltas com essa questão. Penso que é possível aprofundar esse viés analítico, apesar de ainda ser escassa a massa crítica. São exceções textos como o de Carlos Vainer (1991), expondo pensamento e estratégias explícita e deliberadamente racistas de ministros e órgãos de Estado; ou as investidas certeiras de Giralda Seyferth a respeito do imigrantismo no início do século XX, como orientação do pensamento social brasileiro sobre as políticas públicas; ou, ainda, a contundente sentença de Marisa Correia (1998), para quem Antes de ser pensada em termos de cultura, ou em termos econômicos, a nação foi pensada em termos de raça. (CORRÊA, 1998: 53).

Ainda que, em minha avaliação, não tenham prosperado entre cientistas sociais pesquisas sobre o racismo como ideologia/estratégia oficial de poder, interrogamo-nos sobre a possibilidade de uma ideologia racial a partir da produção de certos setores de Estado. Não seria essa a tônica entre dirigentes do CIC – Conselho de Imigração e Colonização e redatores de seu caderno homônimo, até os meados do século XX? (VAINER, 1991). Mais recentemente, os cursos da ESG/ADESG, certas linhas de publicações da Biblioteca do Exército, ou de órgãos governamentais, como a Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos e suas conexões com as forças armadas, com o alto empresariado, representações dos poderes econômico e financeiro etc., não teriam cumprido papel semelhante?⁹⁶

São raras vinculações explícitas como a exposição do

⁹⁶ Tenho procurado estudos sobre como essas instâncias de poder interagem com a questão racial. O que tenho são anotações e induções que ainda não me permitem formulações conclusivas. Penso que seria de grande valia a investigação sistemática deste "fio" pela Ciência Política. Importante conhecer, por exemplo, o texto profético de Freitas, Itamar. *Brasil ano 2000: o futuro sem fantasia*. Biblioteca do Exército. RJ, 1969. pp. 87 a 93-*Crise racial no Brasil – ano 2000*.

monumento do *Laager* (símbolo do poder branco na África do Sul do *Apartheid*), na última capa de um livro de Therezinha de Castro, ideóloga do nacionalismo brasileiro e eminência entre os pensadores da ESG – Escola Superior de Guerra, durante o regime militar; ou como o documento assinado por Benedito Pio Corrêa, para o seu Grupo de Ação e Participação – GAP/BANESPA (instância de assessoria interna em São Paulo, durante o Governo Paulo Maluf). Ele se refere ao que ocorreu em Washington (Capital, EUA), alertando para o perigo dos negros brasileiros dominarem a política através do voto nos principais centros urbanos em virtude do seu crescimento demográfico⁹⁷. São mais comuns artigos e outras publicações, traduzindo a fixação de eminentes pensadores com a questão racial, todo o tempo fazendo questão de consagrarem o mito da democracia racial, como os do St. J.O. de Meira Pena, nos anos 1970 no *Jornal do Brasil*, tratando, ora da posição brasileira frente às lutas anti-coloniais (perfilando com as metrópoles), ora da coesão e harmonia racial vigentes em terras brasileiras, o que concedia autoridade a seus governantes, nas relações internacionais; ou, ainda, as sutilezas do Gal Carlos Meira Mattos, conceituando “elites nacionais”, no livro **Brasil: Geopolítica e Destino** (1975).

Durante a ditadura militar, a ESG era vista como uma instância fundamental na produção e articulação de um pensamento estratégico hegemônico sobre o Estado e a sociedade brasileira. Questão a ser investigada é se e/ou o quanto terá cumprido esse papel, também, no que toca à questão racial no Brasil. Em algum momento, se teriam criado articulações efetivas, canais regulares de comunicação, constituindo uma rede produtora/difusora, ou, ao menos, organicamente reflexiva, encetando o que se poderia designar por ideologia ou política racial dominante? É fato que boa parte da intelectualidade emergente nos anos 1970 e 80 (do empresariado às artes, passando por cientistas e tecnólogos, pelos *midia*, por personalidades influentes na Educação etc.), passaram por seus cursos

97 Cópia desse documento circulou entre os militantes negros e chegou às mãos de estudiosos das relações raciais. Não lembro dele ter gerado ações jurídicas de interpeleções ao órgão estatal referido – em governador de SP na época. Paulo Maluf – ou sua consideração e/ou citação em qualquer mídia.

– quantos teriam sido negros? Esses cursos, em certo momento, eram vistos quase como um pré-requisito para o exercício de cargos públicos de destaque, ou para aprovação de projetos etc. Não deve passar despercebido que, em diversas oportunidades, frequentaram aqueles cursos negros destacados em algumas profissões, e/ou indicados/legitimados por atuação em entidades influentes naquele contexto (a Maçonaria seria um bom exemplo?)

Pensamos, porém, na possibilidade de existência de outros esquemas autárquicos, compostos por intelectuais pouco visíveis, militares, policiais, membros da burocracia dos médios escalões, investidos de responsabilidades na perenidade de órgãos de Estado.⁹⁸ Seria mesmo possível haver modos de articulação entre ambos. O setor mais elevado nos parece envolto numa certa “pompa”, em cuidados e subterfúgios, não “metendo a mão na massa”, pouco se expondo como formador de opinião em mídias de maior penetração, em palestras públicas abertas; o outro teria mais capilaridade e efetividade para compor uma hegemonia.

A partir da observação do processo preparatório da Conferência Mundial, temos questionado a condição de poder de algo que se assemelhasse a esses segmentos de opinião, que buscamos descrever. Pensamos que eles operam menos como um poder efetivo em esquemas clandestinos deliberadamente ajustados para a ação racista. Sua atuação e êxitos se beneficiam, isso sim, de uma margem de manobra que se deve à inércia do mito da democracia racial – e graças a obstáculos de variados tipos (inclusive raciais) –, à presença negra e da militância negra e suas demandas em circuitos de poder, onde se discutem/elaboram/planejamos/implementamos políticas públicas e outras formas de intervenção de Estado e governos.

98 Chamadas a explicar o não encaminhamento da proposta de um Curso de Especialização em História da África oferecido por uma universidade privada, para professores da Rede Pública do Estado do Rio de Janeiro, funcionárias de escalões médios da Secretaria Estadual de Educação no governo Rosinha Garotinho, disseram que nunca perceberam esse tipo de demanda e por isso não acreditavam que interessaria aos professores. Simplesmente “engavetaram” o projeto e o processo.

OS SETORES DO MOVIMENTO NEGRO FORA DO CONTEXTO HEGEMÔNICO

O Governo brasileiro, em seu conjunto, poderia ter dado um salto de qualidade na questão das relações étnicas no Brasil... Não chegar fazendo proposta como os outros, mas chegar dizendo: estamos fazendo uma mudança, já instituindo essas coisas.

Henrique Cunha Jr.

Até agora esta Conferência [a Nacional] não está tendo nenhum sentido. Porque viemos para ouvir o Governo e ele não veio... Não faz sentido reunir 1500 representantes dos negros, homossexuais, Para se colocar o que vem sendo dito há mais de 40 anos.

Ivana Leal - Representante do Movimento Negro

A grande maioria das Entidades e Militantes Negros ficou deslocada, fora de sintonia, com a tônica de participação dos(as) principais agentes negros(as) na preparação da Conferência Mundial, mais dirigida para a redação dos documentos oficiais. Para alguns, que procuravam se informar e assumir posição, tal opção era demasiadamente presa à ótica jurídica e formal. Postulavam, então, a ampla mobilização da militância e da opinião pública, como forma de “arrancar” a adoção imediata de ações afirmativas e de outros mecanismos promotores de igualdade racial, ou, pelo menos, compromissos públicos por parte dos governos (federal, estaduais e municipais) e de outras instituições do Estado Nacional. De acordo com essa visão, também se perderia a oportunidade de galvanizar a opinião pública em torno da questão racial, reforçando a dimensão pedagógica da Luta Contra o Racismo e realçando o protagonismo político do Movimento Negro.

Para muitos militantes, a produção dos documentos finais – a visibilidade que a atuação no contexto das negociações, os resultados que isso poderia produzir para as Entidades envolvidas nos seus futuros projetos – superou o interesse em mobilizar o conjunto do Movimento Negro. Pensamos que tanto a mobilização quanto a visibilidade da atuação no contexto internacional poderiam render

bons resultados no pós-Durban. A primeira, no entanto, era trabalhosa e cheia de percalços, demandando investimento nas articulações de espaços coletivos e cautela nas relações cheias de arestas. Exigiria, também, paciência na explicitação do significado e das características de uma Conferência Mundial e, finalmente, no convencimento de uma militância interessada, que intuía um grande momento, mas pouco informada e com poucas oportunidades de entendimento e participação – sua condição de participação no processo não era a mesma dos membros das ONGs Negras.

Não se pode, porém, dizer que a mobilização não foi tentada: Edson Cardoso viajou para diversos Estados, no esforço de articulação da Plenária de Julho de 2000, em São Paulo – ele era o principal articulador do Comitê Impulsor; Geledés financiou uma reunião da CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras, em junho de 2000, em Belo Horizonte; CEERT e CEAP se dispuseram a organizar a Plenária da UERJ e Fala Preta cedeu quadros importantes para a viabilização daquele momento especial. Lá, alguns dos militantes mais bem informados, como Sérgio Marrins, do Escritório Nacional Zumbi dos Palmares – ENZP, de Brasília, tiveram a palavra para traçar um quadro do que acontecia nos bastidores da preparação brasileira – tanto da delegação oficial, quanto entre as Entidades e militantes do Movimento Negro. Percebia-se, também, que esse esforço de explicação encontrava certa resistência em setores da militância – uns porque não assumiam a ignorância, outros porque, de antemão, repudiavam aquela representatividade e, até mesmo, a participação na Conferência Mundial... Era, enfim, um mosaico de posturas que dificultava a comunicação dos profissionais. Mas, também, pode-se questionar a impaciência, o pouco empenho desses profissionais. Era visível a autossuficiência de quase todos(as), todo o tempo⁹⁹, mesmo frente a provocações de militantes insatisfeitos

⁹⁹ Vem-me à lembrança um único momento de destempero: o de Hédio Silva Jr na Plenária do Fórum Nacional de Entidades Negras-UERJ-Maio/2001, quando desancou militantes, que ele via como provocadores, irresponsáveis, incompetentes etc., que estariam sugerindo a existência de cooptação e tração de “alguns”, e estariam até mesmo contra a participação brasileira na Conferência Mundial.

com os sigilos que se adivinhavam. Nesses momentos, entre a militância com menos acesso a informações, vicejavam, como nunca, as concepções maquiavélicas, conspirativas, da história – “eles (as ONGs Negras) tinham já seus esquemas de informação e articulação, seu norte traçado, suas alianças estabelecidas, recursos garantidos etc.”

Havia uma convergência estratégica nos discursos do amplo conjunto do Movimento Negro: como aproveitar o processo preparatório para dar visibilidade à questão racial e demandar, com mais força, medidas concretas de ação afirmativa e de enfrentamento das desigualdades raciais. E isso passava pela composição de uma ampla unidade do Movimento Negro. Esta perspectiva é manifesta na ação do Comitê Impulsor (é relatada por Edson Cardoso e referendada por outras vozes, inclusive Sueli Carneiro) até a Plenária do Fórum de Entidades Negras, em julho/2000, em São Paulo. Ali, se deu a ruptura dessa unidade, ou de sua possibilidade, já que ela vinha sendo construída.

Será que apenas desentendimentos táticos e histórias de desavenças pessoais seriam suficientes para determinar o abandono e a frustração de estratégia reiteradamente afirmada? E, dessa forma, a ruptura política (ou pelo menos o distanciamento) até mesmo entre militantes até ali muito afinados?

As respostas a essas interrogações ainda não nos parecem claras. Nossa avaliação é que as Entidades/ONGs Negras – Geledés-SP, Criola-RJ, Maria Mulher-RS (todas compondo a Articulação Nacional de Mulheres Negras), mais o CEAP-RJ, CEERT-RJ, ENZP-BR e Iradj Roberto Egbari e Gabriel Bahá'í, membros designados da Comunidade Bahá'í – que assumiram a dianteira em termos de articulação e organização, já haviam definido uma prioridade estratégica, que era a dedicação à produção dos documentos oficiais. Essa era a principal orientação e foi a partir daí que captaram recursos junto à cooperação internacional logo no início do ano 2000.

É provável que tal opção tenha resultado de um diagnóstico, de uma avaliação de suas próprias possibilidades e interesses em relação

ao momento especial que tinham pela frente. Não sei até que ponto, mas certamente pesou a experiência das mulheres negras no processo da Conferência da Mulher cinco anos antes. Naquela oportunidade, parece que não houve grandes questionamentos à orientação de priorizar a intervenção junto às instâncias oficiais, onde se daria a produção dos documentos. Nas entrevistas realizadas em diferentes momentos com dirigentes das ONGs Negras mais envolvidas, era perceptível essa opção estratégica, mas tal fato não deixava entrever menor importância à ampla mobilização do Movimento Negro, pelo contrário. Mas também não se pode falar de especial empenho das ONGs Negras para tal mobilização. Se investiram, em certo momento, na mobilização, a partir do afastamento de Edson Cardoso ninguém se dispôs, decididamente, a reverter a desagregação da Comissão que se instalara no I Fórum Nacional de Entidades Negras em SP/julho de 2000.

Há, talvez como atenuante, a alegação de que aquela Plenária fora extremamente desgastante e terminara por fortalecer, na Comissão, um setor que (por incapacidade ou desinteresse) não investia, de fato, numa sequência de mobilização. Certos setores do sindicalismo eram vistos como especialmente problemáticos, com pretensões hegemônicas na Comissão e no I Fórum. E se valeriam, segundo aquelas avaliações, das vantagens de recursos, de disponibilidade, de mobilidade etc. De qualquer maneira, a concisão da atuação dessas ONGs Negras em Santiago, na Conferência Regional das Américas, e na II PrepCon, não deixava dúvidas de que, realmente, naquele contexto de negociações é que se encontrava o seu objetivo central. Para aquela atuação, mostraram-se muito bem preparadas.

É possível que, se o conjunto mais amplo de Entidades e Militantes Negros tivesse entrado com mais objetividade/unidade e imprimido outra característica ao processo preparatório, as ONGs Negras assimilariam bem a situação. Não haveria, em princípio, conflito entre a sua ação prioritária, que se daria nos fóruns internacionais, e a mobilização/pressão do Movimento Negro sobre o Governo e a sociedade, para a adoção de medidas imediatas e

concretas de enfrentamento das desigualdades raciais. Mas não lhes empolgava assumir tal responsabilidade. Atuavam, também, aqui, mas sua motivação central era mesmo o Preâmbulo e o torvelinho de parágrafos da Declaração e do Plano de Ação, que estavam sendo arduamente discutidos.

Diferentemente do que preconizava Henrique Cunha Jr. e o plano inicial da Palmares; ou o plano do Comitê Impulsor no qual se engajou com determinação Edson Cardoso; ou o interesse proclamado pelas Entidades Negras Nacionais CONEN, Movimento Negro Unificado, UNEGRO, Agentes de Pastorais Negros, GRUCON, por que, então, esse segundo arco tão grande de interesses e forças políticas não conseguiu implementar sua estratégia de permanente mobilização e pressão sobre o Governo e a sociedade?

A única resposta que nos ocorre é a diferenciação de modelos de organização e ação facilmente identificáveis no âmbito do Movimento Negro ao longo dos anos 1990 – ONGs Negras x Entidades Negras. No que toca à relação com governos e/ou ações que envolvam institucionalidade oficial, não há dúvida de que o modelo de organização negra designado por ONG – e vimos a controvérsia quanto às diferenças entre ONGs e Entidades Negras – se mostrou mais adequado. Arriscamo-nos a dizer que esse modelo, ao mesmo tempo, criou e é criatura do pensamento que veio se aprimorando e se tornando hegemônico no seio do Movimento Negro ao longo dos anos 1990: a ênfase na denúncia da materialidade do racismo, do enfrentamento e da supressão das desigualdades raciais. Tal direcionamento exige alto grau de coesão do grupo, dissensões sendo vistas como um problema capital: quem não se imbuí do mesmo sentido e esforço de ação está fora. Exige, também, níveis sempre elevados de capacitação, de comunicação e de ágil recomposição de estratégias.

Como um Movimento Social amplo, diversificado, que se constrói na abertura quase irrestrita para a participação, na densidade das disputas ideológicas e no debate democrático – e essas foram, sempre, sua maior fonte de energias – pode se enquadrar nessas exigências?

Esse ângulo permite compreender a marginalidade da CONEN nesse processo. Esta vem se constituindo no território mais amplo e plural de articulação e debates sobre estratégias do Movimento Negro, onde ainda se faz presente a vivacidade e pujança de um Movimento Social. (Se bem que não seja nada fácil mesclar, numa mesma plenária ONGs fortes e mais visíveis, Entidades organizadas em diversas regiões, como GRUCON e UNEGRO, e Entidades Negras localizadas e de menor porte). Aquela marginalidade, porém, não impediu nem arrefeceu o impulso da militância negra, para vivenciar a grandiosidade daquele evento internacional – para muitos, em sublime emocionalidade, o auge do processo que vem acumulando desde os anos 1970. E mais, CONEN e Movimento NegroU (que também esteve marginal, apesar da presença constante de um parlamentar filiado – Deputado Federal Luís Alberto/PT-BA) tiveram seu momento e mostraram que em sua competência são insubstituíveis: realizaram a vigorosa manifestação (o que se falava ser algo inédito no espaço oficial de Conferências Mundiais) frente ao ICC – o Centro de Convenções onde se realizava a Conferência Oficial, em Durban – que repôs a visibilidade do racismo brasileiro, esmaecida naquele contexto.

Uma coisa, no entanto, é identificar a justeza do modelo ONG num contexto de atuação como foi a preparação para e na Conferência Mundial; outra é pensar que a Luta Contra o Racismo se esgota nessas ações pautadas de fora para dentro, no enquadramento mais que perfeito de adequação e domínio das tarefas que tal participação impõe, na busca de composições adequadas para levá-las a termo etc.

Nossa perspectiva é a de que esse processo da Conferência Mundial mostrou um caminho. Os riscos e os brilhos desse caminho foram vistos por alguns, a quem cabe decidir os próximos passos. O Movimento Social Negro tem outras dimensões, outras atribuições, outras histórias a contar e a fazer. Ele jamais seguiu caminhos. Ao contrário, os fez existir na sua caminhada obstinada.

REFERÊNCIAS

- ALVES DOS SANTOS, I. Augusto. A Democracia e a Questão Negra no Brasil. In: **Anais Seminários Regionais Preparatórios para a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas**. Min da Justiça. Brasília. 2001
- APPLAH, Kwame Anthony. **Na Casa de Meu Pai**. Contraponto. RJ. 1997.
- BAJRROS, Luiza. Uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil. **Afro-Ásia**, nº 17 Salvador. BA. 1996
- CARDOSO, Ruth C. L. Movimentos sociais na América Latina. In: **Cadernos CEBRAP**. Nº 3. SP. 1989.
- CARDOSO, Ruth C. L. A trajetória dos Movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org) **Os anos 1990: política e sociedade no Brasil**. Editora Brasiliense, SP.
- CORREA, Marisa. **Ilusões da Liberdade**. Ed. Universidade São Francisco. Bragança Paulista. 1998.
- D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo Étnico e Multiculturalismo - Racismos e Antirracismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2000.
- FRASER, Nancy. *From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a Post-Socialist Age*. In: **Justice Interrupts**. Cap. I pp. 11-41. New York. Routledge. 1997
- GOMES DA CUNHA, Olívia Maria. Depois da Festa. In: **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino Americanos- Novas Leituras**. Ed. UFMG. Bh. 2000
- GONZALES, Lélia. F. HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro. **Marco Zero**. RJ. 1981.
- HANCHARD, Michael George. **Orfeu e Poder: Movimento Negro no Rio e São Paulo**. EdUERJ-UCAM, RJ. 2001
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Edições GRAAL. RJ. 1979.
- HASENBALG, Carlos e Valle e Silva, Nelson. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Vértice. SP. 1988.
- KOVARICK, Lúcio. Movimentos Urbanos no Brasil Contemporâneo: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** nº 3. vol I. Fev. 1981.
- LEITE, José Correia e CUTI. **Assim falava o velho militante**. Sec Municipal de Cultura. SP. 1992
- LOPES, Nei. **Samba na realidade: a utopia da ascensão social do sambista**. Editora Codecri. RJ. 1981
- MEDEIROS, C. Alberto. Em Busca da Ação Afirmativa. Texto apresentado à Reunião anual da ANPOCS. Caxambu. MG. Set/1996.
- MUNANGA, Kabengele. (Org) **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. EdUSP. SP. 1996
- PEREIRA, A. Mendes. **Três Impulsos Para um Salto - Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro**. Monografia policopiada. CEAA-UCAM. RJ. 1998.
- PINTO, Regina Pahim. **O Movimento Negro em São Paulo: luta e identidade**.

Tese de Doutorado em Antropologia. USP São Paulo, 1993.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. Companhia das Letras. SP: 1996

RUFINO DOS SANTOS, Joel. O Movimento Negro e a Crise Brasileira. In: Rev. **Política e Administração**. Nº2. Julho/Set-1985. RJ

RUFINO DOS SANTOS, Joel. A Luta Organizada Contra o Racismo. In: **Atrás do Muro da Noite**. Fundação Cultural Palmares. MinC. Brasília-DF, 1994.

SEYFERTH, Giralda. **A antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda**. Revista do Museu Paulista, vol XXX, 1985

SOUZA, Amauri de. **Raça e política no Brasil urbano**. In Revista de administração de empresas. Outubro/Dezembro 1971. RJ

Nacionalismo e antirracismo: rima fácil, parceria difícil

A sessão de encerramento da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância foi a conclusão de um encontro repleto de tensões, divergências, acordos, eliminações de alguns parágrafos e inclusão de outros. No entanto, foi, ao mesmo tempo, a oportunidade de se testemunharem alguns grandes depoimentos, dentre os quais dois poderiam ser ressaltados: O primeiro, da Senhora Mary Robinson, e o outro, da Dra Nkosazana Dlamini Zuma¹⁰⁰. A representante dos Direitos Humanos despedia-se dos presentes, afirmando que, historicamente, as Conferências da ONU marcavam o término de um ciclo, mas, aquela, ao contrário, determinava um momento onde diferentes formas de racismo e discriminação racial eram desvelados e, como tal, deveriam ser enfrentados por todas as pessoas que constituem a luta antirracista no mundo.

No segundo discurso, repleto de figuras metafóricas – em que, para bom entendedor, meia palavra não bastava – a Primeira Ministra da África do Sul comparava a III Conferência a uma criança que acabara de ver as primeiras luzes da vida e, portanto, necessitava ser cuidada (*nurtured*, dizia ela) para que pudesse crescer com sabedoria e grandeza. As dificuldades passadas no antes e durante a III Conferência – quando, em diferentes momentos o encontro, perigara fracassar, devido à retirada de países-chave, além dos diversos acordos

¹⁰⁰ Mary Robinson é alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos e atuou como Secretária Geral da III Conferência. A Dra. Nkosazana Dlamini Zuma é Ministra dos Negócios Estrangeiros da África do Sul.

já ratificados, que se viam na iminência de serem abandonados – são, por Dra. Zuma, associados ao nascimento num parto difícil.

Essas duas mulheres, que, pelos cargos que ocupam – uma nos Direitos Humanos da ONU e outra na África do Sul do pós-*Apartheid* –, são figuras emblemáticas para a luta antirracista, estavam, na verdade, expressando um mesmo pensamento e sentimento. Ou seja, a III Conferência fora muito mais um palco para demonstração das novas formas de racismo e das discriminações agravadas, do que um local para a sua solução. Em outras palavras, não teria conseguido alcançar na plenitude, um dos objetivos para o qual teria sido conclamada: “Considerar maneiras para melhor assegurar a aplicação dos atuais padrões e a implementação dos instrumentos existentes de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas.”

É sobre esta aparente “dificuldade” de erradicação ampla e irrestrita do racismo, que pode ser percebida já nos documentos finais das Conferências I e II de Combate ao Racismo (1978 e 1983), que se ocupará este texto. Nosso objetivo é, inicialmente, fazer uma breve abordagem sobre os conceitos de nação e nacionalismo e suas tendências racializantes; daí, proceder à análise de alguns eventos sobre o racismo, realizados pela ONU. A hipótese apresentada, aqui, é a de que esta pode ser uma das chaves a serem empregadas para entender as dificuldades do combate ao racismo, expressos pelos documentos finais da I e II Conferências Contra o Racismo (1978 e 1983). Tendo em mente que esses documentos dialogam com os Estados-Nação e que, em última análise, cabe a eles a implementação das decisões resultantes de cada encontro internacional, propomos uma breve abordagem teórica sobre a construção do ideário de nação e nacionalismo.

NAÇÃO E NACIONALISMO: AS ESCOLHAS NA CONSTRUÇÃO

Racism and Xenophobia are powerfully present in the modern world ... A significant aspect of racism is that no country can

claim to be free of its malign influence”.

(Mary Robinson In: *United to Combat Racism*. UNESCO, 2001 : V)

A conceituação de Nação e Nacionalismo é uma tarefa à qual estudiosos de diferentes áreas têm se dedicado. Dificuldades diversas têm se interposto entre estes e suas tentativas de definir tais conceitos, provocando, por vezes, conclusões que se contrapõem entre si. Não é nossa intenção apresentar uma noção consensual a este respeito. Desejamos, apenas, refletir à luz de alguns desses autores e, para tal, optamos por orientar nossas conclusões a partir dos trabalhos de Benedict Anderson (1994), Marcel Mauss (1969) e Ernest Renan (1990)

Ao definir onde e como começam a teoria e a ideologia que perpassam cada uma das diferentes tentativas de conceituar o Estado nação, Anderson se depara com uma dificuldade ainda maior, que é a de ter que considerar os aspectos sociais, históricos e econômicos que intervêm nesta análise e que, se desconsiderados, podem, segundo ele, levar a conclusões superficiais e uniformizantes, diante de experiências muitas vezes bastante específicas. Anderson encontra, na cultura, a via que nos poderia conduzir às bases teóricas ideais para entender os diversos significados tomados pelo termo nação ao longo dos tempos e os denomina de artefatos culturais. Assim, a cultura dos grupos que estão criando a Nação, seja esta no singular ou plural, tornará diferenciadas as características principais que comporão esta ou aquela nação. O surgimento do Estado moderno, para Anderson (1994), é resultado da grande necessidade de integração administrativa que antecedeu à criação desses estados e a standardização da linguística, que permitiu maior comunicação entre os povos das diversas regiões.

O que faz com que a ideia de pertencimento a um corpo nacional provoque emoções expressivas através dos séculos, pode, segundo Anderson, ser elencada em duas causas principais: a primeira delas é o poder emocional ligado às noções de pertencimento, lealdade e identidades (culturais, étnicas, religiosas) e a segunda

a legitimação político-ideológica. A ideia de "*Imagined community*", apresentada por Anderson, refere-se ao fato de que os membros daquela nação não conhecerão individualmente a todos os que nela vivem ou se incluem, mas terão, imaginativamente, cada um deles um perfil de como sejam, em termos raciais, linguísticos, culturais, religiosos, que seriam os marcadores de sua identidade coletiva. Embora mais afeta à individualidade, é a representação coletiva que definirá uma nação. Diríamos então, que o apelo se dá sobre os cidadãos, para que estes se convertam individualmente às propostas unificadoras. Cada pessoa deverá ser convencida da importância da sua adesão ao novo projeto. No entanto, a divulgação dos resultados obtidos a partir destas adesões será feita de forma coletiva. São os nacionais que serão exibidos como filhos da grande mãe pátria. Todos estes atributos, no entanto, terão significação e realização se subjacente a eles houver um sentimento comum, que una e congregue os que compõem ou, no futuro, comporão o povo daquele espaço, quer físico/geográfico, quer psicológico. Tal análise nos remete imediatamente ao campo da emoção, no qual Anderson aborda a importância da dimensão psicológica na conceituação de nação. Assim, o aspecto emocional contamina o conceito e pode contribuir para maior dificuldade de conceituação. O amor à nação é alimentado pelas campanhas nacionalistas no momento em que está sendo discutida.

Desta forma, o emocional e o político entrelaçam-se e são perpetuados, mesmo que com reinvenções e reificações, através dos diversos símbolos identitários estabelecidos pelos nacionais: o hino, a bandeira, os mapas, o folclore, a indumentária, as características físicas (a raça), o passado comum (fundado numa memória coletiva real ou elaborada), o legado ancestral. Estes símbolos contribuirão para que a nação adquira um traço que permita ser reconhecida por seus membros e pelos de fora, mesmo que ausentes de seu território geográfico. É a identidade que ultrapassa fronteiras e se supõe superar as demais. O sacrifício (a doação da vida e da morte) e o

orgulho pelos heróis nacionais complementam tal comportamento, que é classificado por Anderson como combinação entre legitimação política e poder emocional, ambos geradores da força do nacionalismo e, ao mesmo tempo, gerados por ela. Este simbolismo nacional permitirá, então, a definição de fronteiras geográficas e mentais, que estarão presentes em cada ser nacional.

Ernest Renan (1990) inicia seu texto, chamando atenção para o perigo de conceituações generalizantes, que não tomem em consideração as especificidades de grupos diferentes. Numa análise histórica sobre o princípio da constituição das nações, Renan afirma que a base para a sua construção repousa nas invasões germânicas a partir do século V a.C., dando lugar ao surgimento da França, Alemanha, Inglaterra, Itália e Espanha. Segundo o autor, três foram os principais fatores responsáveis por este nascimento a partir de uma base comum. Primeiro, a religião; segundo a língua e, em terceiro lugar, o casamento ou o concubinato. Os conquistadores germânicos teriam adotado o Cristianismo no seu contato com os gregos ou os latinos. O princípio universalista de igualdade e fraternidade entre os humanos, presente naquela religião, contribuiu para a unificação entre conquistadores e conquistados. A respeito da língua, Renan chama de "esquecimento" a troca da língua nativa dos conquistadores por aquela encontrada nas regiões ocupadas, levando os primeiros a adotar a língua dos últimos. O autor aponta, também, um aspecto, que estaria imbricado na questão da língua, que é a escolha da relação de concubinato dos chefes germânicos com mulheres latinas ou o casamento destas com os membros das tribos germânicas. O resultado destas relações teria propiciado uma maior fusão linguística e um gradativo abandono da língua dos invasores.

Estes fatores teriam, então, contribuído para que, no caso da França, as diferentes raças que compunham o país caíssem na invisibilidade, já que a língua, a religião e as relações de parentesco os faziam iguais, encobrendo, assim, com o passar do tempo, todo o processo de massacre, violência e terror, que teria originado a unidade construída ao longo do tempo. Neste sentido, afirma

Renan: “A essência de uma nação em que muitos indivíduos tem muitas coisas em comum é também que eles tenham esquecido muitas coisas” (RENAN, 1990:11).¹⁰¹ Desta forma, com o passar do tempo, fatores que distinguiriam o surgimento das nações e teriam construído suas identidades individuais, como língua, religião, origem dinástica, ou mesmo casamentos ou concubinatos, não seriam mais relevantes para constituir sua legitimidade como tal. Esta legitimidade, atualmente, estaria constituída, se fixaria e resistiria na raça da população.

Outros dois fatores realçados por Renan são: primeiro o fato de que, segundo ele, acreditava-se, no primeiro período da Revolução Francesa, que as mesmas regras submetidas a pequenas cidades independentes (como Sparta e Roma) deveriam ser aplicadas a grandes nações. Continuando nesta linha de análise, apontados os deferentes equívocos suscitados pelo entendimento do que seja uma nação, Renan lembra que as “considerações etnográficas não tomaram parte na constituição dos Estados-Nação” (Renan, 1990:14). Tendo em conta que a raça pura não existe – por razões históricas e antropológicas – no que concerne à criação das nações, ela deixa de existir porque o estabelecimento das fronteiras dos Estados-Nação não levou as diferenças raciais em consideração. Desta forma, as nações europeias são constituídas de miscigenação. No entanto, atualmente, comete-se o erro de “confundir raça com nação” (Renan, 1990:14). Como consequência, grupos diversos, integrantes daquela nação, podem vir a ser colocados no mera categoria de grupos étnicos ou linguísticos.

Discorrendo sobre a origem da categoria Nação, Marcel Mauss (1969) afirma que seu uso, na linguagem jurídica e filosófica, é relativamente recente – a partir do século XVIII – com os filósofos franceses, sendo Rousseau o responsável por sua adoção definitiva, tendo sido associada à ideia de República. Segundo Mauss, o século

¹⁰¹ Tradução da autora

XIX vai, no entanto, encontrar o conceito de nação totalmente diferenciado daquele do século anterior. Para Mauss, só é possível perceber quais sociedades têm historicamente sido vistas como uma nação, quais o são hoje e quais virão a sê-lo, se classificarmos “as formas políticas da vida social” (Mauss, 1969: 282). O autor divide em quatro grupos principais aquelas que podem ser chamadas de sociedades. Sua divisão, apresentada de forma evolucionista, inicia-se pelos grupos familiares, se estende às sociedades que guardam formas tribais, passando por aquelas de organização estável.

A condição precípua para a existência de uma nação, segundo ele, é a ocorrência de um certo nível de integração na sociedade em questão, que pode ser traduzida num diálogo direto e sem intermediação entre a nação e seus cidadãos. A integração seria de tal ordem, que se estenderia do centro para as fronteiras delimitadas do território nacional e fixadas através dos símbolos que a representam, como a bandeira ou os barcos de guerra, por exemplo.

A economia seria como outro aspecto importante, para se ter em conta quando se analisa a existência de uma nação. Mauss chega mesmo a afirmar que “a maior unidade econômica humana que se tem conhecimento é a nação” (Mauss, 1969: 292). Embora reconhecendo que a economia que se refere às sociedades constringidas no âmbito da nação seja um fenômeno recente, Mauss conclui que esta foi necessária para manter uma unidade entre as cidades que anteriormente voltaram-se para sua própria economia. Citando Bucher, o autor lembra que a economia nacional foi a etapa avançada de uma economia que, antes, era familiar, que se transformou numa economia urbana e, por último, reuniu-se em torno de um centro nacional e que continua se formando até hoje, baseada, principalmente, numa economia transnacional, que suporta uma competição entre as nações. A economia e a integração territorial se tornam possíveis devido a um aparato jurídico, militar e administrativo, que são todos mantidos e perpetuados através da participação dos cidadãos daquela nação no seu fluxo de ideias. Assim, afirma que uma nação “possui sua mentalidade,

sua sensibilidade, **sua** moralidade, **sua** vontade e **sua** forma de progresso”. (MAUSS, 1969:293, grifo do autor).

Vista desta forma, poderíamos concluir que o crescimento das nações e a sua solidificação enquanto tal ao longo dos séculos, levariam a uma conseqüente unificação e uniformização da civilização. No entanto, o autor observa que, ao contrário, os membros de cada nação, diante da grande gama de informações e ideias circulantes no mundo, acabam por saber apenas informações gerais sobre sua própria nação, o que contribui para uma individualização que o fragmenta dentro da nação à qual pertence. A nação deixa de ser um coletivo uniformizado no campo das ideias e se individualiza. Podemos, então, observar a realização de duas individualidades em constante tensão com a coletivização esperada pelo Estado-Nação, onde todos deveriam ser um e este um (o indivíduo) estaria voltado para todos.

A primeira individualidade seria aquela provocada pela fragmentação do indivíduo moderno. A outra, dá-se no sentido das próprias nações, que se diferem e procuram se individualizar num contraste com outras a partir, da língua, religião e, acima de tudo, através das ideias. Na busca pelo estabelecimento desta diferença, que a tornaria uma nação única em relação às demais, a raça passa a ser uma categoria reificada. Assim, afirma ele: “uma nação moderna crê na raça” (Mauss, 1969: 297). Conseqüentemente, expressões como “raça alemã” ou “a pureza escocesa”, por exemplo, são comuns na Europa, desconsiderando o alto grau de mestiçagem presente desde o surgimento da Humanidade. O autor observa que raça e nacionalidade são categorias tão imbricadas nas nações modernas que, para muitos, ser de uma determinada nação é sinônimo de pertencer a uma determinada raça, tendência esta cada vez mais presente no mundo, estimulada pelos grandes deslocamentos.

A partir dos autores brevemente resumidos aqui, poderíamos sugerir algumas conclusões. Vários projetos de construção nacionais suscitaram muito mais um sentimento de propriedade do que de

real afiliação à ideologia da construção nacional. Desta forma, nações foram criadas a partir da ideia de pertencimento a um grupo, cabendo a este a responsabilidade de gerir-lhe os destinos, para o “bem” de toda uma coletividade. Outra contradição que poderíamos apontar, na proposta democrática presente na retórica do “somos todos iguais”, é a homogeneidade que pressupõe a ideia de um corpo único e uniforme. Esta proposição, feita de maneira autoritária, se apresentou, em muitos casos, como única forma de salvar um projeto nacional. O cidadão de um determinado Estado nacional, assim definido, em detrimento das identidades de gênero, etnia, religião (ou mesmo cultural), que por ventura viesse a diferir daquela escolhida como delineadora do perfil nacional. Esta proposição constrói o que chamaríamos de identidade compulsória, onde ser nacional antecederá qualquer outra identidade. A identidade coletivizada estimula a anulação das diferenças de classe, gênero e raça como forma de igualar as coletividades. Este discurso sustenta-se muito mais enquanto necessidade de acomodação de um determinado contingente populacional, do que de concessão de direitos aos cidadãos. Os que se veem enquanto não inseridos num projeto dito igual, serão imediatamente refutados diante da afirmação de que o projeto nacional já os contempla ao inserir a todos. Logo, não haveria necessidade, nem lugar para insatisfações específicas.

Neste sentido, todos teremos que possuir pelo menos uma nacionalidade e pertencer a um território, uma vez que o mundo está loteado em nações. Assim, a ideia de identidade coletiva unificada, que subjaz o conceito de nação, evoca uma hegemonia nacional que se pressupõe universal sobre as demais. Do ponto de vista do exercício do poder, uma vez tendo se tornado realidade, o nacionalismo transforma a sua elaboração ideológica de participação igualitária e implanta a centralização das decisões (a democracia do poder único), onde as oligarquias se revezam e acabam por não diferirem, em muito, dos regimes aos quais pretendem se opor, tais como o colonialismo (para as nações do século passado) e o imperialismo (para as novas

nações). Assim, podemos perceber como a construção das nações modernas no Ocidente, apresentam em sua formação e formulação a constante fricção entre democracia e autoritarismo. Ao “naturalizar” a igualdade, o nacionalismo, inspirado nas teorias liberais impôs o sufocamento das diferenças, impedindo que as diversidades fossem manifestadas, num espaço geográfico que se imaginava igualitário. As fronteiras escolhidas para demarcar as nações e seus membros (língua, religião, território e raça) acabaram por ensejar a exclusão ao propor a inclusão através destes parâmetros limítrofes. Passam a ser nacionais somente aqueles que se incluem ou forem incluídos nesses demarcadores.

De posse destas observações, proponho que olhemos o processo de desenvolvimento da luta antirracista – a partir das iniciativas organizadas pela ONU –, visando sua implementação pelos estados membros nacionais.

A LUTA ANTIRRACISTA NO INTERIOR DA ONU

Desde 1945 la comunidad internacional se há dotado de vários instrumentos jurídicos para combater al antiguo y grave flagelo dos racismo, la discriminación racial, la xenofobia y las formas conexas de intolerância.

(Instituto Interamericano de Direitos Humanos. 2001:14)

O fim da II Guerra marca, no cenário mundial, uma preocupação recente com um retorno da racialização no mundo. A ONU tem, em sua carta de fundação, uma referência específica em relação às liberdades fundamentais sem distinção de raça, sexo e religião. Diversos esforços foram envidados pelos tentáculos deste órgão internacional, na busca de melhor entendimento das questões de raça naquele momento. Dentre elas, podemos citar os estudos da UNESCO no Brasil, nos anos 1950, que, segundo Costa Pinto (1950), tinham como objetivo conhecer, através da análise de uma situação

nacional, os diversos fatores – econômicos, psicológicos, políticos e culturais –, que influenciavam no sentido da harmonia ou desarmonia nas relações de raça. Nos anos 1960 – em **Dezembro de 1965** – foi adotada a **Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial**, que continua sendo, até hoje, um dos principais documentos de referência nesta área. Assim, em seu Artigo 1º, a Convenção define a categoria discriminação racial. A Convenção é um marco: combinada com diversos outros documentos internacionais, constitui o aparato legal necessário para a implementação de políticas nacionais e regionais no combate ao racismo. Note-se, no entanto, que esse recurso jurídico, por si só, não tem se mostrado suficiente. Cabe aos Estados a implementação dos dispositivos legais, produzidos pela ONU.¹⁰²

A fim de reunir análises e provocar a produção de estudos e documentos sobre o racismo e a discriminação racial, a ONU organizou três seminários internacionais sobre o tema. Novamente, o protagonismo brasileiro se fez presente, sediando o primeiro destes seminários, em Brasília de 23 de agosto a 4 de setembro de 1966, cujo tema era o *Apartheid*. O Segundo, sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, ocorreu na Índia em 1967. O terceiro foi na Zâmbia, também em 1967, cujo tema era a discriminação racial, o *Apartheid* e o colonialismo. Estes seminários propiciaram acúmulo de informações e maiores debates, influenciando a Assembleia Geral da ONU e levando-a a instituir o “Ano de Ação para o Combate ao Racismo e a Discriminação Racial” em 1971.

O principal evento, organizado naquele ano, foi o seminário intitulado: “Medidas a serem tomadas a nível nacional para a implementação dos instrumentos das Nações Unidas sobre o combate e eliminação da discriminação racial e a promoção da harmonia das relações raciais”, que aconteceu na República dos Camarões em 1972. As discussões em Camarões giraram em torno de quatro eixos

¹⁰² “The International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination has to adjust its working methods to the new challenges; ... Further steps have to be taken in particular by the High Commissioner for Human Rights and the Commission on Human Rights, namely to more effectively co-ordinate the efforts to combat racism in all its forms”. (Wolffrum, in *United to Combat Racism*, UNESCO, 2001: 25)

principais: o primeiro deles, o Apartheid, tido como a forma mais flagrante de negação da auto determinação de um povo e, como tal, deveria ser alvo de combate por parte de todos os governos; o outro, a mídia, que, a partir daquele momento, passou a ser vista como tendo papel importante nas ações de combate e nas de implementação de políticas para a eliminação do racismo; depois, a reafirmação da tese do colonialismo como uma das causas e como consequência do racismo. A supremacia racial, de acordo com os documentos daquele seminário, justificaria o colonialismo. Este, por sua vez, seria um dos causadores do racismo ao subjugar os sujeitos colonizados em seus territórios de origem; a educação também recebeu atenção especial no Cameroon. Aliás, nos documentos da ONU, relativos à discriminação racial, a educação tem sido vista como relevante mecanismo de combate ao racismo.¹⁰³

Paralelamente a esses seminários, dois importantes estudos foram realizados sob os auspícios das Nações Unidas. Um procurava analisar as consequências econômicas e sociais das práticas de discriminação racial; o outro, que durante vários anos foi usado como referência teórica no âmbito das Nações Unidas, foi escrito pelo relator especial Hérnan Santa Cruz (Chile) e tratava da discriminação racial nas esferas política, econômica, social e cultural.¹⁰⁴ Após analisar as antigas teorias sobre superioridade racial do século anterior e as consequências do colonialismo e da escravidão para as manifestações de racismo, Santa Cruz conclui que

apesar dos progressos substanciais observados em muitos países e territórios, a discriminação racial, nas esferas política, social, econômica e cultural persistiu, seja de direito ou de fato, em muitas partes do mundo, apesar de não haver justificativa para tal, seja na teoria ou na prática e

103 Haja vista o artigo 7º da Convenção Internacional pela Eliminação e Todas as Formas de Discriminação Racial (1963), onde se lê: "*Os Estados signatários comprometem-se a adotar medidas na esfera da educação, ensino e etc. no sentido de combater os preconceitos que produzem a discriminação racial.*". O artigo 75 da Convenção baseia-se no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos que afirma que todo homem tem direito à educação. Além disso, em 1960 é criada a Convenção contra a Discriminação na Educação que define como discriminação qualquer tipo de distinção, exclusão, limitação ou preferência baseada na raça, cor, sexo, língua, religião...

¹⁰⁴ Este relatório foi publicado em 1971. Uma versão atualizada voltou a ser publicada em 1976.

que ela feriu tanto os que a praticaram como os que foram suas vítimas. (A/ Conf. 92/18 : 9)

Criou-se, nesse processo, no âmbito das Nações Unidas, um programa de atividades nos planos nacional e regional, estabelecendo medidas que deveriam ser adotadas pelos órgãos da ONU e pelos Estados membros, no combate ao racismo e à discriminação racial. Symonides (*United to Combat Racism, UNESCO, 2001*) atribui todas estas iniciativas à uma resposta da ONU no sentido de fazer diminuir as inúmeras manifestações de preconceito racial e intolerância religiosa, ocorridas após a II Guerra Mundial, fruto da herança do Nazismo. Se, até ali, o racismo provocado pelo *Apartheid*, e aqueles ocorridos nos territórios sem autodeterminação, eram as principais preocupações da ONU, as explosões de racismo em diferentes Estados europeus é que teriam propiciado, segundo Symonides, a realização de tantos estudos e seminários. Vemos, então, que havia como um crescendo nas atividades realizadas pela ONU, tendo o racismo e a discriminação racial como preocupação central. Ao mesmo tempo, a leitura dos documentos nos dá a sensação de que há uma incompletude e uma ineficiência na consecução dos objetivos que seriam, em última análise, criar meios efetivos de eliminação do racismo. Nascia, desta forma, a necessidade de se criar uma década de combate ao racismo, cujo objetivo principal era:

Promover os Direitos Humanos e as liberdades fundamentais para todos, sem distinção de nenhum tipo tal como de raça, cor, descendência, de nacionalidade ou origem étnica, especialmente na erradicação do preconceito racial, destruir qualquer expansão de políticas racistas, eliminar a persistência de políticas racistas. (A/ CONF.92/ 40).

A primeira década de ação para o combate ao racismo e a discriminação racial teve seu início marcado para 10 de dezembro de 1973, como comemoração dos 25 anos de aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O principal evento planejado no

programa de ação da década deveria ser uma Conferência Mundial de Combate ao Racismo a ocorrer num prazo não superior a cinco anos. Porém, anterior a isto, o documento determinava que a completa implementação daquele programa dependia da organização anual de seminários nacionais e regionais sobre "os aspectos especiais de combate ao racismo e à discriminação racial" (A/Conf. 119/4 : 2). Assim, no meio da década, ocorreu a primeira Conferência Mundial de Combate ao Racismo e a Discriminação Racial, mais precisamente em agosto de 1978, em Genebra.¹⁰⁵

A Conferência preocupou-se mais enfaticamente com o *Apartheid*, com o Neonazismo e o Fascismo que, segundo o plano de ação, estava grassando naquele momento. Além destes, os direitos das minorias, dos povos indígenas e dos migrantes eram pontos incluídos na declaração da Conferência. A África do Sul, a Namíbia, o Zimbábue e a Palestina eram focos de maior atenção como violação aos Direitos Humanos.

Num dos parágrafos do plano de ação, é recomendado que, entre as diversas ações a serem implementadas em nível nacional, os governos deveriam organizar:

A publicação e a larga distribuição das resoluções e decisões dos organismos da ONU referentes ao racismo, à discriminação racial e ao *Apartheid* e colonização e os resultados e conclusões das conferências e seminários relativos ao tema" (A/CONF.92/ 40)

Novamente, a Educação voltava a ser um dos pilares através do qual se alcançaria o fim das ocorrências racistas no mundo. Assim, aos governos era recomendado que currículos escolares e livros didáticos fossem elaborados, tendo em vista o racismo e as teorias que o defendiam como falácias. Já, aí, o combate às desigualdades

¹⁰⁵ Objetivos da Primeira Conferência : "A Conferência deverá ter como seu tema principal a adoção de meios efetivos e medidas concretas para assegurar a total e universal implementação das decisões e resoluções das Nações Unidas sobre racismo, discriminação racial e *Apartheid*, descolonização e auto-determinação, bem como a adesão, a ratificação e o reforço dos instrumentos internacionais relativos aos Direitos Humanos e a eliminação do racismo e da discriminação racial". (A /CONF.92/ 40)

sociais, econômicas e culturais, provenientes do racismo, faziam parte das recomendações do programa de ação. Esforços também deveriam ser feitos no sentido de eliminar a discriminação racial contra as mulheres, já que, quando alvo de injustiça racial, eram, segundo o documento, vítimas em maior potencial.

O plano de ação da I Conferência recomendava, à Assembleia Geral da ONU, que, ao final da década, outra Conferência deveria ser organizada, objetivando revisar e avaliar os trabalhos realizados durante a década e apontar novas medidas, onde fosse necessário. A II Conferência ocorreu em Genebra, em agosto de 1983.

Repetindo em muitos parágrafos a mesma redação do plano de ação da Conferência de cinco anos antes, o da II Conferência avançava um pouco mais em alguns temas. Era o caso, por exemplo, da referência às discriminações raciais contra mulheres, que, após repetir literalmente as palavras do Plano I, remetia à Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres. Outro grande avanço no campo da Educação foi a adoção da categoria ação afirmativa, que deveria ser incluída em programas especiais para este fim, com o objetivo de enfrentar as desigualdades raciais institucionalizadas. Em relação aos currículos escolares, observava-se a necessidade de que os programas de História e Geografia deveriam também ser reavaliados, com este mesmo objetivo. O Plano de Ação finaliza com o seguinte parágrafo:

Apesar de todos os esforços realizados pela comunidade internacional durante a década nos planos nacional, regional e internacional, o racismo, a discriminação racial e o Apartheid continuam fortes como antes e não têm dado mostras de diminuir. É necessária uma determinação inalterável de alcançar que se exerçam as máximas pressões internacionais para alcançar os objetivos da década, a Conferência recomenda firmemente que a Assembleia Geral declare uma segunda Década de Luta Contra o Racismo e a Discriminação Racial. (A / CONE. 119/26)

Vemos, então, que mais uma vez, um documento final remete para o futuro a solução das ocorrências de discriminação racial e racismo no mundo. Poderíamos, então, perguntar, por que, ao longo de cinco décadas, em que conferências, seminários, estudos e instrumentos legais têm sido realizados, a III Conferência em Durban termina com suas mais altas dignatárias (a Sra. Mary Robinson e a Dra Nkosazana Dlamini Zuma), demonstrando repousar na esperança e, por conseguinte, num futuro não identificado, a erradicação do racismo no mundo? Por que o racismo ainda persiste no interior das nações apesar de tantos esforços para o seu término?

ALGUMAS CONCLUSÕES

Discutimos, no início deste texto, que os Estados-nação possuem, em sua gênese, privilegiar um grupo em detrimento de outros. Pautado no discurso liberal e universalista, o nacionalismo tende a estimular a negação das diferenças. E são estas que permitiriam uma identidade mais próxima do real e não aquela construída em bases que se apoiam na ideologia de uma unidade nacional. Por mais contraditório que possa parecer, então, até mesmo as nações democráticas trazem, em sua formulação, um componente de autoritarismo. O discurso nacionalista é, portanto, a um só tempo, democrático e autoritário. É democrático quando clama por uma independência e uma autonomia em relação aos outros estados, para, desta forma, obter uma prática, nos mesmos moldes, alcançando os que estão abrigados nos seus limites. Ao mesmo tempo, em nome da formação de um só corpo e assim poder se estabelecer enquanto unidade diante de elementos externos, volta-se para os seus e os vê como um bloco único. Transforma-se em autoritário quando a ditadura da igualdade refuta as diferenças. Neste sentido, a constituição das nações dar-se-á com base na visão de ser esta uma propriedade. As nações, ao serem imaginadas como propriedade de um determinado grupo social – responsável pela realização do projeto de nação e que toma para si os destinos das novas gerações, reproduzindo internamente

as estruturas hierárquicas já estabelecidas pelos governos coloniais –, serão compartilhadas com os poucos detentores do projeto nacional. Os diferentes serão, então, tratados como tal, estigmatizados como desiguais e negativamente discriminados. Serão os diferentes dentre os iguais. Assim, ao se compor uma identidade nacional, esta perde seu caráter de especificidade individualizante e torna-se característica demarcadora de uma coletividade. A identidade, elaborada para ser uma identidade coletiva acaba por “universalizar” certas identidades privilegiadas pelo grupo, silenciando as diferentes vozes.

Seguindo esta linha de análise, e tendo em conta que os documentos da ONU dialogam com os Estados-nação (ou seja, são eles os responsáveis pela execução das resoluções documentais), implementá-los na sua íntegra significa evidenciar esta contradição já a partir da concepção daquele Estado-Nação. Ou seja, admitir que há racismo dentro de suas fronteiras seria, ao mesmo tempo, assumir a inadequação do projeto fundante. Significa evidenciar que o discurso universalista que o constitui, não foi, por si só, capaz de incluir a “todos” aqueles constantes do seu território (geográfico). A dificuldade estaria, então, no fato de o racismo estar na constituição, ou seja, na gênese do estado-nação? Se assim o for, que saídas seriam possíveis para a resolução deste possível impasse teórico e porque não dizer, metodológico?

O título da I Conferência é **Conferência Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação**. O título da II Conferência é o mesmo. O da última é **III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, à Discriminação Racial, à Xenofobia e Intolerâncias Correlatas**. Estes dois termos agregados (xenofobia e intolerância correlatas) são resultado das novas manifestações de racismo e de discriminação no mundo. Mas são, também, resultado dos movimentos organizados em nível mundial, que vêm, há décadas, denunciando sua existência. Ou seja, teriam sido as vozes dos não oficialmente incluídos nos projetos nacionais as que contribuíram para a maior objetividade na luta antirracista, no interior da ONU? Se assim o for, poderíamos ir mais longe, afirmando que, embora os planos de ação sejam dirigidos para os

Estados-Nação, estes só se converterão em políticas de transformação, com a participação efetiva da sociedade civil organizada a partir do seu monitoramento e articulação.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict, *Imagined Communities*. London: Verso, 1994
- MAUSS, Marcel. *La Nation*. In: Oeuvres, v.3. Paris. Minuit, 1969
- RENAN, Ernest. *What's a Nation?* In: Bhaba, H.K. (Ed.) *Nation and Narration*. London. Ruledge, 1990
- Inst. Interamericano de Derechos Humanos – San José, C.R., 2001

Documentos da ONU:

- Wolffrum, in: *United to Combat Racism*, UNESCO, 2001
- Robinson, in: *United to Combat Racism*. UNESCO, 2001
- Report of the World Conference to combat Racism and Racial Discrimination*
- Informe de la segunda Conferencia Mundial para combatir el Racismo Y la Discriminacion*
- A/Conf. 119/4 - May 5, 1983. Original: English
- A/Conf. 92/18 - April 18, 1978. Original: English



PARTE III

Vozes





Flashes colhidos durante a Conferência Nacional

Estávamos em meio à pesquisa intitulada **Olhares sobre a mobilização brasileira para A III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas**. Percebíamos uma boa reciprocidade dos(as) companheiros(as) do Movimento Negro mediante nossa (Joselina da Silva e Amauri Mendes Pereira) presença, sempre tomando notas ou em algum lugar mais afastado – mas sempre visível – com gravador em punho, entrevistando um ativista, um parlamentar ou alguma autoridade presente. Era fala comum entre os(as) militantes negros(as), que se destacavam naquele processo, conclamarem os ativistas, para que, em número crescente, tomassem parte ativa daquele momento ímpar. Com esta informação, decidimos ouvir, dos próprios ativistas, como havia se dado a convocação que tornara possível sua presença na Conferência Nacional Preparatória para a Conferência Mundial, realizada na UERJ, no Rio de Janeiro. Seria o olhar das lideranças de cada região e localidade.

As escolhas se deram às vezes calculadamente (identificando militantes reconhecidos, mais ostensivos etc), às vezes de forma aleatória, através de encontros breves com quem estava na feira de artesanato, nos corredores e/ou sentados nos jardins do *Campus* da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Procurávamos, também, os egressos das salas e grupos de reunião, identificados através dos crachás, que indicavam seus Estados de origem. Aproximávamo-nos e solicitávamos seu depoimento. Íamos pouco a pouco, cobrindo o território brasileiro, sem sair do Rio de Janeiro, onde a Conferência ocorria.

Além do nome e da filiação institucional (afinal, se todos eram delegados, acreditávamos que deveriam ser representantes de

alguma organização), estávamos desejosos de saber como se dera a convocação local e o processo de escolha dos participantes. Como ficará evidente a seguir, não houve uma unanimidade de ações. Embora, a princípio, a informação sobre a Conferência Nacional tenha sido emitida com o mesmo formato e simultaneamente para os Estados, a recepção nem sempre ocorreu de imediato, tendo se perdido, muitas vezes, nos meandros da burocracia estatal (nas três esferas). Os recursos destinados ao transporte (aéreo ou rodoviário) de diferentes localidades até o Rio de Janeiro também chegaram (quando chegaram), de tal forma que gerou atropelos, desentendimentos e tensões entre lideranças e autoridades em diferentes pontos do território nacional.

Logo, tentávamos ver de perto como se passou todo o processo. Buscávamos, entre outros objetivos, conferir informações oficiais de Governo – às quais tivemos acesso –, que divulgavam uma importante dotação no sentido de viabilizar o deslocamento das delegações, oriundas de suas regiões.

Cleide Hilda¹⁰⁶

Apesar de o processo ter começado um pouco tarde, no momento em que o movimento reivindicou, porque percebeu que o Estado não chamaria, então, nós fomos atrás do Secretário do Estado dos Direitos Humanos e este assumiu, então, junto com o Fórum Zumbi dos Palmares e com o CENARAB, a organização da Conferência. Faltando praticamente três semanas para a tal, organizamos a Conferência Estadual, em duas semanas a regionalizamos, porque, além de os municípios de Minas serem muito distantes, facilitaria nossa organização. Delibramos que seriam quinze vagas para cada regional, Regional Zona da Mata,

¹⁰⁶ N'zinga-Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte e do Fórum Zumbi dos Palmares (CONEN – MG)

Triângulo. Dirigimos assim, que a grande Belo Horizonte teria 40 vagas. A Conferência aconteceu no SESC de Venda Nova. Tinham 170 pessoas presentes. O interior fez as conferências regionalizadas elegendo 31 delegados. Sobraram, inclusive, vagas para Belo Horizonte e Grande Belo Horizonte, ou seja, dos 170, nós elegemos 69 no último final de semana.

O Governo, acredito que ele falhou, falhou muito. Depois ele assumiu tudo, a Conferência em Minas Gerais, bancou tudo, inclusive nossos representantes ficaram por conta do Governo para poder organizar. Mas eram duas semanas, então ficou muito em cima da hora, acho que se ele tivesse assumido a Conferência, poderia ter passado de 500 pessoas no interior e Grande BH. Por isso, o processo foi atrasado e não existiu tanta representatividade como deveria. Mas, pelo pouco tempo que tivemos para organizar junto ao Governo, eu acredito que faltaram muitas entidades negras, já que Minas Gerais tem muitas. Mas talvez tenhamos conseguido atingir cerca de 1/3 delas.

Elizabeth Lima

Meu nome é Elizabeth Lima. Participo do Quilombo, Organização Negra do Rio Grande do Norte. Sobre a Conferência Nacional contra o Racismo e Intolerância, estamos participando, desde os primeiros momentos, de todas as atividades realizadas pelo Movimento Negro Brasileiro. Iniciando, em Belo Horizonte, com um Seminário Nacional de Preparação para a Conferência Nacional contra o Racismo, promovido pela CONEN em Belo Horizonte, no mês de junho de 2000. Em seguida, participamos de um Seminário Regional, promovido pela CONEN Sergipe-Bahia. Posteriormente, em nosso Estado, realizamos um Seminário Preparatório para a Conferência Mundial, envolvendo os Estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Realizamos, também, dentro do Estado, dois Seminários rumo à III Conferência, junto à Articulação de Mulheres Negras, ao

Conselho Nacional de Mulheres Negras e ao Conselho Municipal de Mulheres. Participamos, também, da Delegação que foi ao Chile, ao Fórum das Américas e, finalmente, à Conferência Estadual, que antecedeu a esta. O processo da Delegação do Rio Grande do Norte se deu diante da participação dos integrantes dos diversos segmentos, que estão acompanhando a construção da Conferência Nacional e o que vier a acontecer a respeito da Conferência da África do Sul.

A Conferência Estadual se deu de uma maneira muito especial, porque sabíamos que a mesma era de responsabilidade do Governo, como em nível nacional de responsabilidade do Estado brasileiro. Então, não tínhamos certeza de quem convocaria a Conferência Estadual. Não sentimos iniciativa do Governo local e, desta forma, o Movimento Negro, junto com os homossexuais e os portadores de deficiências, tiveram a iniciativa de realizar a Conferência Estadual, já muito próximo da Conferência Nacional.

O processo, no Rio Grande do Norte, se deu às vésperas. Por isso, precisamos enfrentar e pressionar o Governo para que, realmente, se tomassem atitudes concretas, que viabilizassem a Conferência Estadual, ou seja, discutimos duas semanas antes da Conferência Nacional, e colocamos que precisaríamos de uma estrutura mínima para a realização da Conferência Estadual. E a participação, também, do Governador do Estado. Não tivemos um contato direto com ele, mas com o Secretário de Justiça do Trabalho e Cidadania, que foi o responsável para encaminhar as condições para a realização da Conferência Estadual, para nossa ida à Conferência Nacional e, posteriormente, à Conferência Mundial.

Foi indicado um representante, Sr. Tertuliano Pinheiro, coordenador de Direitos Humanos e defesa de minorias. Nós tivemos a participação do Estado no sentido de transporte, alimentação, principalmente nas comunidades negras rurais, que participaram e vêm participando deste processo preparatório à

Conferência Mundial. Pela primeira vez, em nível nacional, a delegação do Rio Grande do Norte teve condições de trazer, na sua totalidade, 20 delegados, de diferentes segmentos em nosso Estado. A avaliação que faço desta Conferência Nacional é que o Movimento Negro esteve presente de maneira muito especial, singular, e que nós, efetivamente, trouxemos a massa, a base desta Conferência Nacional, mesmo assim, através das condições favoráveis de transporte, colocadas pelo Governo brasileiro.

Fernândcio Barbosa Carneiro

Meu nome é Fernândcio Barbosa Carneiro, do grupo de Agentes de Pastorais Negros – APNs do Piauí.

Inicialmente, fizemos algo muito apressado, principalmente porque foi no mês de maio. Teriam que ter nos apresentado o documento de preparação, organização. O documento da própria Conferência, porque não estávamos sabendo de nada, e só foi feito dias antes da Conferência. O documento que nós procurávamos estava na Assembleia. Estivemos lá, foi necessário uma pessoa do Ministério, da Delegacia do Trabalho Federal, ir lá para colocar as Entidades e fazermos o ofício, encaminharmos ao Governo e solicitarmos, também, algumas passagens ao Governo Federal. Foram fornecidas dez passagens, mas como a negritude, as pessoas não têm contas individuais, só recebemos sete passagens. Três foram excluídas porque não tinham contas individuais. Então, recorremos ao Governo Estadual e conseguimos mais quatro passagens junto à Secretaria de Justiça, ou seja, foi um processo difícil.

Fizemos uma reunião com as equipes de trabalho, pessoas que tiveram acesso às informações, as pessoas dos Quilombos, existiu um representante. Nós decidimos em grupo, dois agentes da Pastoral Negra, três do Causa (ou Coisa) de negro, dois do (...) e o restante das mulheres da Entidade de Mulheres negras do Piauí. Foi através das Entidades, para vir para a Conferência, em torno de duas pessoas entre as duas que nós dirigimos. Todo o pessoal, que

estava envolvido no Movimento Negro, que tem uma Militância. A partir de reunião preparamos uma listagem. Essa lista foi escolhida pela militância, ou seja, fizemos uma votação.

Não foi uma Conferência, esta ainda vamos realizar. A Conferência no Piauí, por incrível que pareça, será depois da Conferência Nacional, uma vez que não tivemos tempo. Foram três dias para articular passagem, reunir o pessoal, como você colocou, no domingo, fizemos as ligações e, imediatamente, na segunda-feira, o pessoal já estava escolhido e reunido, e mandamos a lista.

O pessoal da Assembleia Legislativa guardou o documento desde maio. Um documento que dizia como organizar a questão da delegação, como votar, enviar delegados. Tínhamos direito a quarenta, não sei se foi medo de se gastar dinheiro. Na hora, a Assembleia Legislativa só deu uma passagem, o Governo do Estado forneceu o resto, mas o Governo Federal foi quem forneceu o montante maior, foram 7. Viemos, pela primeira vez, de avião. Penso que, principalmente por força do Ministério Público, que esteve lá pressionando para que conseguíssemos; caso contrário, não seria possível.

A Conferência está tendo dois pontos principais: uma Conferência Cultural – estamos indo a diversas apresentações –, e a Conferência Política. A parte cultural domina, porque não tivemos muito tempo de discutir nada. A Conferência está sendo, praticamente, de um dia, porque a maioria das coisas são manifestações, ou seja, estamos perdendo a questão do elo político, de propostas e muito pouco tempo para se resolverem as questões estratégicas e de ações para a Conferência. Certamente que a Conferência terá os Estados, que se comprometerão, mas se não fizermos o trabalho de base com as organizações, perderemos todas as estratégias para serem cultivadas aqui no Brasil e sinto que tivemos pouquíssimo tempo de Conferência. Mesmo porque a nossa locomoção é complicada e leva tempo. Se o pessoal dormisse aqui, talvez fosse melhor, colchonete e tudo

o mais, existe estrutura para tal. O Hotel fica longe e existem também as atividades à noite e perdemos muito tempo. Sinto que a gente gosta de convivência, de se encontrar, mas a questão política ainda é muito fraca. Digamos que, talvez, tenhamos alcançado a meta de 20% do que deveríamos e, na questão cultural, obtivemos um bom resultado.

Maria Rosalina

Sou Maria Rosalina, do Quilombo do Tapuio do Estado do Piauí, faço parte da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombola.

No Piauí, não aconteceu a Conferência Estadual, como nos outros Estados, devido ao fato da documentação ter chegado em mãos um pouco fora do prazo. Houve, sim, uma discussão entre as Entidades: Coletivo de Mulheres Negras, Entidades Negras e também as Comunidades Rurais, mas foi tudo muito rápido, de curto prazo, e não tivemos um aprofundamento. Portanto, montamos critérios de participação da delegação que estivesse vindo, ou seja, entre Militantes do Movimento viessem pessoas que tivessem mais disponibilidade de fazer o trabalho, de atuar, de militar, e que tivesse a capacidade de, ao voltar para o Estado, multiplicar todos os conhecimentos adquiridos aqui. Reuniu-se cada entidade; entre elas, houve essa discussão e seleção de pessoas. Todas juntas, foram divididas vagas entre elas. Vieram 12 delegados, sendo que 11 de Entidades Urbanas e de Quilombos só 1.

Aconteceu uma reunião muito pequena, mas houve, com todas as Entidades, até mesmo porque, para articular a questão da vinda, buscar as passagens e todo o resto da organização. Quase todos vieram através do Secretário da Justiça e do Governo do Estado. Essa decisão se deu em uma terça-feira, dia 25 de Junho.

Já sabíamos que iria haver a Conferência Nacional desde o início do ano, todas as Entidades sabiam que aconteceria. Mas, como se dava o processo de escolha de delegados, isso ainda

não tinha sido trabalhado até então, porque não tínhamos recebido a documentação que continha as informações e critérios. Penso ter sido por isso que tudo se atrasou, como a vinda, por exemplo. Poderíamos ter vindo com uma delegação maior, mas, devido à falta de tempo para se discutir, se aprofundar, de conhecimento, isso não aconteceu. Desta forma, ficou tudo resumido e, então, também foi muito difícil conseguir recursos para virmos. Procuramos vários órgãos, colocamos a importância da participação e nada. Por isso, reduzimos a delegação e estamos aqui com 12 pessoas.

Maria Vidal

Meu nome é Maria Vidal e trabalho na Rede Criando de Mulheres e Homens no Acre. O processo de decisão dos delegados foi a partir da afinidade com o tema, ou seja, grupos, entidades que trabalham com a questão do gênero, com o tema dos portadores de necessidades especiais, com os grupos de homossexuais e as mulheres negras. Entidades que trabalham com a temática de raça e etnia. A partir daí, as entidades encaminharam a escolha. Não houve uma Conferência, no Estado, relacionada somente com as populações negras, aos portadores de deficiências especiais, porque nós mobilizamos, ajudamos muito no processo de mobilização da Conferência das mulheres indígenas e, nesse processo, houve um espaço de discussão, para as outras entidades. Nós não fizemos duas mobilizações, apenas desintegramos o processo das comunidades indígenas.

São 10 delegados. Algumas são entidades mistas, por exemplo: a Rede trabalha com a questão de gênero. Homossexualidade tem menos. Da rede, tem a Lúcia Ribeiro, são 3. Na questão da raça e etnia, tem a Miralda, que é indígena, existem portadores de deficiências especiais. Veio uma pessoa da área de Educação, que trabalha com a questão de gênero; um rapaz do grupo dos homossexuais e duas pessoas da área de saúde, portadores de HIV.

Foi tirado um documento por contribuição à Conferência Nacional.

Miralda

Meu nome é Miralda, sou do povo AKURINAMI. A organização indígena se chama UNI, União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas. E faço parte também do grupo de mulheres indígenas. O nosso processo foi feito em realização ao encontro sobre racismo, xenofobia e intolerância no Acre, nos dias 16 e 17 de abril, onde reunimos 46 mulheres indígenas de todo o Estado da Amazônia legal. Dentro deste processo de dois dias de reuniões e discussões, tirando propostas para a nacional, foram escolhidas as delegadas de cada Estado para participar da Conferência Nacional.

Do Acre, são aproximadamente 8 delegados, que vieram conosco. Viemos de avião, é claro! Tivemos problemas, porque a nossa locomoção se tornou complicada. Quando chegamos no hotel existia uma grande desorganização, para com a maioria das pessoas. A dificuldade com relação à alimentação. Não existiu nem mesmo um auxílio para as despesas de táxi e outras coisas que também são necessidade para o delegado estar aqui. Em relação à questão dos outros movimentos sociais negros e homossexuais, houve um outro momento que foi tirado. Nesse caso, em relação à população indígena, houve um momento em que foram dois dias; então, foram retirados os delegados indígenas. Agora, com relação ao outro público, aconteceu um seminário e, a partir daí, foram tirados os outros delegados.

Paulo Axé

Sou Paulo Axé, do Movimento MOCAMBO, e estou na Delegação do Estado do Amapá. Nosso processo para chegarmos aqui foi feito através da Pré-Conferência. Quem a organizou foi a

Assessoria Comunitária do Governo do Estado e, de lá, mandaram os convites para alguns Movimentos que são reconhecidos, isto é, têm uma luta. Nossa delegação é bastante diversificada, existe homossexual, indígena, as mulheres profissionais parteiras, uma série de segmentos da nossa sociedade, que lutam por uma sociedade melhor, estão presentes na Conferência. A Pré-Conferência foi basicamente para discutirmos algumas temáticas referentes a esta Conferência aqui no Rio de Janeiro e traçarmos algumas propostas. Depois da Pré-Conferência, os Grupos se reuniram para sistematizar as propostas, que foram obtidas na Pré-Conferência, e trazer para o Rio.

Temos por volta de 35 pessoas.

Além disso, mais 4 pessoas, que são de Instituições Governamentais, que vêm assessorando nossos contatos. A Agência de Mobilização do Estado reconhece alguns Movimentos que têm mais discussão dentro do Estado, que têm mais organização. Foi mandando o convite para essas organizações, para se compor uma reunião. Nós tivemos três Fóruns de Reuniões antes da Pré-Conferência, preparatórios para tal. Foi rápido, duas semanas preparando a Pré-Conferência.

Vejo uma certa desorganização, principalmente nos grupos de trabalho de ontem. Foi terrível. Pessoas totalmente perdidas. Quando foram compor a mesa para orientação, tentaram avançar em alguns pontos, o que foi importante.

Rosa Maria Marques

Meu nome é Rosa Maria Marques, sou da Articulação de Negros e Negras de Pernambuco. Dentro do processo de preparação para essa Conferência, fizemos uma Conferência Estadual, em que nós conseguimos reunir diversas Entidades. Levantamos critérios para esta Conferência e, em relação à Conferência Mundial, nós ainda não conversamos sobre os

critérios para a Delegação e, diante disso, também da retirada de Delegados.

Trabalhamos juntamente com a Prefeitura, com a Coordenadoria da Mulher da Prefeitura e o Fórum de Mulheres de Pernambuco. Fizemos o convite ao Governo, mas não tivemos, no Dia da Conferência, ninguém que representasse o Governo do Estado. A Prefeitura deu um certo apoio, principalmente porque a Coordenadoria da Mulher faz parte da própria Prefeitura; então, o apoio, de certa forma, foi dado.

Foram 33 delegados, foram convidados todos os segmentos, os homossexuais, portadores de deficiências, judeus, pessoas brancas, mulheres, o segmento de mulheres de uma maneira geral, no qual dividimos um percentual, por exemplo, para os afrodescendentes. Escolhemos um número que foi maior para as mulheres, porque éramos a maioria. Afrodescendentes; homens foram 7 vagas; homossexuais tiveram 2 vagas; judeus 1 vaga, os quais não deram retorno. Tivemos quatro reuniões de conversação sobre critérios da delegação e forma de como viríamos para esta Conferência. 25 delegados vieram de ônibus e o restante de avião, por conta própria. Com relação às passagens, não tivemos apoio do Governo.

Ficamos à mercê da proposta da Conferência Nacional, que era o ônibus, que foi muito angustiante, uma vez que estávamos muito distantes e um ônibus saiu. Chegamos com atraso, perdemos a abertura. As pessoas chegaram no dia da Plenária... foi muito desgastante, ficamos muito insatisfeitos devido às informações equivocadas. Recebíamos informações diferentes a cada instante, pessoas diziam coisas diferentes. Muito desorganizado esse processo. E nós, que estávamos longe, aguardávamos. Um dia antes, no caso, teríamos que viajar. Na quarta-feira, passamos todo o dia aguardando, de malas prontas. Voltamos para casa. Pois, saímos na quinta-feira à noite, isto é, foi um processo muito desgastante.

Cris

Sou Cris, do Mato Grosso do Sul, e a organização é a ATMS (Associação de Travestis do Mato Grosso do Sul). Bem, eu escolhi a Delegação, que estava representando a questão da Orientação Sexual na Conferência Afro-Indígena no Mato Grosso do Sul, da qual só tive o prazer e privilégio de participar, porque tenho um amigo que é Coordenador de Movimentos Sociais e trabalha no Governo do Estado. E foi quem me propôs, inclusive nem sei como ele conseguiu, através de sua influência, me colocar para compor a mesa, em uma tarde no último dia da Conferência. Caso contrário, não teria participado. Fui a única travesti a participar, a única pessoa representando os homossexuais na Conferência Afro-Indígena.

A Conferência, que aconteceu uma semana antes da Conferência Nacional, para a escolha dos delegados, chamava-se Conferência Afro-Indígena contra o Racismo. Nesta Conferência, um amigo me convidou para participar e sentar à mesa. Então, disseram que cederam apenas uma vaga para a questão da orientação sexual. Então, briguei e disse que gostaria de, ao menos, mais uma pessoa para vir comigo. Foi assim que consegui duas vagas.

O Governo doou um ônibus de ida e volta e a hospedagem. Mas tudo em cima da hora. Não tivemos tempo de mostrar o nosso trabalho, não trouxemos nada.

Eu fiz uma análise do que aconteceu, porque a Fundação de Cultura pediu para que cada representante fizesse uma memória. E fiz uma coisa rápida, pois só assisti o último dia, e passei um fax para eles. Penso que vieram 26, 27 pessoas, todos de ônibus.

Existe muita discriminação. Me admira ser uma Conferência que trabalha a questão da Discriminação, Preconceito e Racismo. Começando pelas pessoas do atendimento, falsos moralistas, vestidos de heterossexuais e de branquinhos, totalmente desorientados e desinformados para atender um público com

diversos tipos de pessoas. E, por outro lado, a questão da delegação, que vai ser escolhida para a África do Sul. Por que os homossexuais não terão os mesmos direitos dos outros, de levar a mesma quantidade, ou, ao menos, dois ou três a mais, e, por que, só o Claudinho (Claudio Nascimento, do Grupo ARCO-IRIS / RJ) vai representando os homossexuais para a África do Sul? Por que abriram apenas uma vaga para os homossexuais no RJ? Não deveria ser assim, deveria existir pelo menos a representação de um Travesti, um Gay, uma Lésbica e uma Transexual, ou seja, uma vaga para cada. Acho que o Mato Grosso do Sul ficará sem vagas, não conseguimos nenhuma delegação para o Mato Grosso do Sul.

Achei que foi muito mal organizada, não nos atenderam bem, existiu uma falta de vontade grande ao nos dar informações corretas, não nos trataram muito bem. Não nos sentíamos bem com as pessoas que nos atendiam, precisava ser mais organizado. Três dias são um espaço de tempo muito curto para tal Conferência Nacional.

Ivana Leal

O processo foi deslançado através do Coletivo de Entidades Negras e do Fórum Goiano de Mulheres. Essas duas organizações políticas convocaram a Conferência Estadual, tendo em vista que o Governo não tomou nenhuma iniciativa neste sentido. Fizeram um trabalho de mobilização com as Entidades do Movimento Negro, estas ligadas à questão da Conferência Estadual. Além de mobilizar as Entidades, repassar as informações, também levar pessoas que obtivessem estas informações sobre o processo da Conferência em nível mundial e a importância política destes grupos estarem se organizando para participar da Conferência. Conseguimos fazer um Encontro com uma média de 200 pessoas. Foram dois dias de reunião com a presença da Presidente da Conferência Nacional, Benedita da Silva, e com

alguns convidados do Movimento Negro, o Movimento de Mulheres, de Homossexuais, presentes também para passar os informes. Escolhemos 50 delegados, o que representava a nossa cota. Goiás tinha 50 delegados e 25 suplentes.

Nem todos vieram ao Rio, porque não conseguimos recursos. Pois, a princípio, a Conferência Nacional assumiu os gastos com a delegação e, no último dia (o que nos complicou), disse que não tinha mais condições deste fornecimento, ou seja, as passagens para os delegados. Tivemos que procurar por um ônibus, que possui somente 50 lugares. Por isso, priorizamos os delegados e, na medida em que uns delegados não puderam vir, foram substituídos por suplentes, mas foi um processo tranquilo. Os grupos compreenderam a importância de as Entidades estarem indicando os seus representantes, sua participação. Tentamos que todas as Entidades, na verdade, que mobilizaram este processo contra o racismo, tivessem representação dentro da Delegação. Outra preocupação nossa foi articular a participação dos Remanescentes do Estado. Foi pouco tempo para preparação e a questão financeira pesou. Eles também estavam envolvidos em outras atividades. Existiu uma cota para os Remanescentes de Quilombos e para os índios. Vieram 3 remanescentes de Quilombos, e os índios não conseguimos, pois eles, em Goiás, estão restritos a 30 índios, e são de ações que não têm nenhuma discussão política. Apesar de ter uma população de índios frequentes em Goiás, eles são de outros Estados, não são de Goiás. Ou seja, não conseguimos trazer nenhum indígena.

Tiramos um documento. Uma carta de Goiás, com as propostas que a gente discutiu em formato de grupo de trabalho, os temas das Conferências Nacional e Mundial. Em nosso documento, fazemos uma avaliação do papel que o povo negro teve nestes últimos anos, de estar colocando na rua a questão do negro no Brasil e também o papel que o Movimento Negro teve, de estar desmascarando a realidade que o Governo sempre quis nos impor. Nele, contém a importância hoje, isto é, qual é o

nosso papel no Movimento Negro. Agora, temos que pressionar o Governo para fazer e agir. Possuímos uma grande vitória, que são os dados que o próprio Governo é obrigado a estar processando com relação aos negros. O nosso documento aponta para isso. Dar o papel do Movimento Negro na sociedade, de estar cobrando, do Governo, ações para a população negra. Esse é o nosso papel hoje, não mais de criar aquelas iniciativas isoladas que fazíamos, o que não deixou também de ser muito importante para construirmos uma história, desmascarmos um processo. Hoje, o nosso papel é outro. Estamos dialogando, pressionando o Governo para fazer ações, acabar com essas desigualdades que o próprio Governo assumiu em documentos. Outra coisa, que tem no documento, são propostas práticas para a questão da mulher (da mulher negra), saúde e educação, remanescentes de Quilombos, violência, propostas de ação mesmo, nesta ideia de estar conversando com o Governo, o que ele pode estar fazendo para acabar com a desigualdade racial no Brasil.

Até agora, esta Conferência não está tendo nenhum sentido, porque viemos para ouvir o Governo e ele não veio. Ou seja, não tem sentido. Estamos aqui, mais uma vez sentados, como já fizemos há 20, 30, 40 anos produzindo material, colocando as nossas necessidades e isso não é mais necessário. Já existem os documentos, um processo construído. Existe toda uma provocação que fizemos do Governo. Já fizemos todos os apontamentos; então, não é mais necessária esta etapa, do jeito que ela foi organizada. O que queríamos é dialogar com o Governo e ele nos respondesse o seguinte: o que ele fará para acabar com a desigualdade racial. O Governo recusou-se a vir dialogar. Isto é um momento muito sério. Penso que temos que tomar uma atitude; caso contrário, isto aqui será uma brincadeira, não faz sentido reunir 1.500 representantes dos negros, homossexuais, para se colocar o que vem sendo dito há mais de 40 anos, não tem sentido. Agora, sinto que a Plenária, a maioria, tem este mesmo sentimento. Precisamos saber por que isto se transforma em uma ação nossa. Por que este é um sentimento que

rolou pelos corredores, grupos de trabalho. Inclusive, no grupo de trabalho de que participei, remanescentes de Quilombo, a primeira fala dizia exatamente isso. Não precisa de documento, nós temos aqui um dossiê com mais de 300 páginas de documentos, que foram entregues ao Governo, falando e apontando caminhos para resolver o problema da questão dos remanescentes de Quilombos. Um dado que a gente tem é que, na Constituição Federal, a única brecha para a reparação do povo negro é o Art. 68, que determina que o Governo titule as terras. E o que o Governo aguarda para fazê-lo?

Maria Elaine Rodrigues

Sou Maria Elaine Rodrigues, a Elaine, moro em Porto Alegre, no Bairro Cidade Baixa. Trabalho no projeto MOCAMBO. Temos dois órgãos em que a comunidade negra fica mais congregada, o Fórum de Articulação das Entidades Negras e o Conselho Estadual do Desenvolvimento da Comunidade Negra, que chamaram também o Conselho Municipal da Mulher em Porto Alegre. Realizaram alguns Seminários e Conferências sob alguns critérios, mas de livre participação com o viés da escolha de delegados.

Acredito que vieram umas 18 pessoas, escolhidas das formas mais diferenciadas possíveis. Existiram encontros anteriores para a tirada de alguns pontos para esta Conferência. Achei pouco espaço para se colocar a discussão de propostas. Senti um pouco difícil. Não discuti todas as propostas. Nas Pré-Conferências, discuti algumas, me aprofundando mais em Saúde.

Paula Biasi

Meu nome é Paula Biasi, sou da ATMS, Associação dos Travestis de Mato Grosso do Sul, sou do Mato Grosso do Sul. Existiu a Conferência Estadual uma semana antes desta. Dois ou três dias antes, me convidaram para participar desta Conferência Estadual e, então, fizeram os debates. Foi escolhida a delegação. Convidaram os

delegados, abriram somente duas vagas para nós da Associação dos Travestis (por muita insistência), representando, de um modo geral, os Gays, Lésbicas e afins.

Rosa Maria de Oliveira

Meu Nome é Rosa Maria de Oliveira, trabalho com Direitos Humanos, crianças e adolescentes no Estado do Espírito Santo, no Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Município de Serra, que fica na grande Vitória. O processo de escolha dos delegados foi muito rápido, porque o convite chegou muito em cima da hora, não tivemos muito tempo para articularmos e trazer um número maior de pessoas para estar participando da Conferência, questão de uma semana. O processo foi assim, muito a toque de caixa, não sei por quê. Não tivemos tempo hábil para fazer uma articulação em nível estadual, para ter uma maior representatividade das entidades do Estado na delegação que viesse. Temos trinta pessoas na delegação, todas delegadas.

Foi feito no dia 30, tínhamos um encontro do Movimento Negro. Seria para discutirmos coisas da Conferência, mas não para a escolha de delegados. Se a gente tivesse prazo, teríamos uma discussão maior. Neste encontro, discutimos um pouco a Conferência e o que seria, pensando mais na África do Sul. A maioria dos delegados foi indicado, justamente por já termos este trabalho. E já sabe que a negrada participa, que estão a fim de participar, de discutir.

Sinceramente, não gostei da Conferência. Bem, a desorganização é total. Ontem à tarde, ainda existiam pessoas que não tinham sido credenciadas. Ontem, às cinco da tarde, tinha gente sem almoço. Na hora do almoço, estávamos nos grupos, chegamos na fila do almoço e eu mesma desisti de ficar na fila, pois era imensa e o tempo muito curto para fazermos o trabalho em grupo. Não teríamos tempo, e a comida, de péssima qualidade. O hotel está ótimo, estamos no Hotel Guanabara,

mas existem muitas pessoas em situações diferentes. É uma falta de respeito muito grande com as pessoas que vêm participar, que levam tudo a sério. Quem está aqui é porque está a fim de discutir e quer mudanças. Mas, não temos as condições necessárias para desenvolvermos um bom trabalho.

Muito grave também é não se ter, em uma Conferência Nacional, os representantes do Governo. Como se farão as propostas de mudança, se os responsáveis em levar estas propostas não estão presentes? Isso é muito grave.

Parece que a Conferência é um engodo, que viemos só para justificar a existência de uma Conferência. Uma prestação de contas, que tem que ser feita não sei a quem, não sei se seria para a ONU, mas na realidade não precisamos disso. Precisamos, realmente, de compromisso e acho que o Governo não está tendo este compromisso. Como, no Brasil, a questão da discriminação, a questão racial, não é discutida com seriedade, mais uma vez, parece que a gente é tratada como criança.

Vera Fermiano

Sou Vera Fermiano, estou nesta Conferência Nacional representando a Articulação de Mulheres Negras da Grande Florianópolis. Sou delegada do Estado de Santa Catarina e o nosso processo lá não foi diferente da grande maioria de todas as pessoas que estão aqui. Ou seja, o Governo Federal mandou os ofícios para os Estados via Secretarias de Justiça e Cidadania. As pessoas responsáveis por divulgar e fazer o processo não o fizeram (que era o Estado). Quando soubemos do evento, foi na quinta-feira, quase que véspera de começar a acontecer.

Então, fizemos um pouco de pressão, porque estávamos na eleição do Conselho Estadual das populações afrodescendentes que nós acabamos de criar dia 03. Durante a reunião e com muita pressão do Movimento de Mulheres, o Secretário conseguiu um

ônibus leito, para que trouxesse a delegação até aqui. Porque, até então, só viria ele e uma assessora da Secretaria.

Este processo de seleção de delegados se deu em plena eleição, que fizemos, do Conselho Estadual da População Afrodescendente. As entidades que lá estavam naquele momento já se posicionaram para vir ao evento. Até mesmo porque nunca tinham participado de nada deste bojo e queriam, também, estar contribuindo neste processo, naquela Plenária, que era mais do que significativa, porque todas as Entidades Negras do Estado estavam ali reunidas.

Infelizmente, não tivemos a possibilidade de trazer um documento, colocando nossa especificidade. Porque ser negro no Sul é como ser negro no resto do País, mas parece que a população não acha isso. Acha que nós, daqui do sudeste, para baixo, temos um tratamento diferenciado, somos mais ricos, não passamos pelas mesmas questões. Mas o racismo no Sul é ruim, é pesado e tem o diferencial de que o Sul é branco, é colonizador, é o alemão. Tanto que as pessoas ficam espantadas quando dizemos “Venho de Santa Catarina”. As pessoas pensam que, em Santa Catarina, não existem negros. Principalmente Norte e Nordeste, ainda têm muito esta ideia de que Santa Catarina é um Estado branco, até porque o que se vê de propaganda de Santa Catarina é Oktoberfest, é Blumenau.

Sobre esta Conferência, penso que é um grande encontro do Movimento Negro para o Movimento. Mas, além de tudo, é uma oportunidade de nos reunirmos, trocarmos ideias, avançarmos, pensando o nosso futuro, a nossa caminhada. Por tudo o que este povo vem sofrendo ao longo deste século e a gente espera que, no mínimo isto, o Governo brasileiro tenha a hombridade de levar para Durban os resultados desta Conferência...

Domingos do Pará

Realizamos, no ano passado, um Seminário promovido pelo Ministério da Justiça, para tratar da questão da Conferência. Já vínhamos acompanhando.

Foi o Seminário que tratou do tema da Conferência (Acredito que tenha sido em 10 de novembro) contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância correlata e, neste período, viemos discutindo. Não fizemos, na verdade, uma Conferência em decorrência deste Seminário. Nós discutimos com Dr. Ivair (Ivair dos Santos), do Ministério da Justiça, a possibilidade de vir uma delegação para participar desta Conferência Nacional. Então, nos reunimos com ele, discutimos a possibilidade de vir algumas pessoas e chegamos deste jeito. A nossa entidade tem uma representação menor, pois é mais recente. Estamos há pouco tempo no Movimento como entidade oficial. Temos uns sete anos como entidade, somos oriundos do Movimento do Grupo de Universitários Negros. Foi no início da década de 1990 e temos poucas pessoas dentro da delegação. Mas participamos desta forma dentro do processo. Houve o Seminário. Posteriormente, quando Dr. Ivair esteve em Belém, nos sentamos, nossas Entidades e mais algumas, para pensar como trazer algumas pessoas para esta Conferência. Então, elegemos as pessoas, que ao nosso ver, pudessem representar o nosso Estado aqui na Conferência. Temos, em média, 22 pessoas, todas como delegadas. Tem gente, inclusive, das Comunidades Rurais Negras, Comunidades Remanescentes de Quilombos. Nosso Estado, vocês devem saber que é o Estado pioneiro na demarcação de terras em nível nacional.

Não houve uma chamada, porque as entidades que estão participando, ou seja, que têm representante aqui (principalmente na área urbana da capital), já estão engajadas, aglutinadas no Conselho Municipal do Negro. Estão todas representadas. Então, estamos fazendo uma discussão. A minha

avaliação é a de que existe falha no processo, porque, digamos assim, fazer uma Conferência Nacional pressupunha reunir todo o Estado, uma grande chamada, mas não demos conta de chamar isso. Até mesmo porque o Movimento Negro no Pará não tem essas pernas. Até mesmo no Brasil. Chamamos os setores que já se organizam, por exemplo, as Comunidades Rurais Negras e o pessoal das áreas urbanas, que são 5 entidades representando o Conselho Municipal do negro. Estas estão representadas aqui, é maioria.

A Conferência é importante neste conteúdo. Ela falha, porque não dá conta de fazer, para o Movimento, este tipo de discussão. As discussões são muito apressadas. A Plenária, as mesas são na correria. Os documentos são pela metade. Ou seja, isso prejudica, a meu ver, a qualidade do conteúdo do que vai ser levado para a Conferência Mundial.





OLHARES

**sobre a mobilização brasileira para
a III Conferência Mundial Contra o Racismo,
a Discriminação Racial, a Xenofobia
e Intolerâncias Correlatas**

